

***“A INTEGRAÇÃO DO GUARANI MISSIONEIRO NA SOCIEDADE
SUL-RIO-GRANDENSE”***

MAXIMILIANO MENZ

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

O texto aqui apresentado é a última versão do trabalho elaborada após a defesa de mestrado que ocorreu em 28/03/2001 na UNISINOS. Fizemos poucas alterações, de caráter estilístico, nesta versão. A grande diferença é que incluímos em anexo a nossa defesa, baseada nos pareceres dos professores da banca examinadora (Dras. Paula Caleffi e Heloísa Reichel da UNISINOS e Dr. Jorge Grespan da USP), para proporcionar ao leitor parte do interessante debate ocorrido na ocasião. Sugerimos a leitura deste anexo após a Introdução, pois poderá esclarecer melhor diversos aspectos do trabalho.

Muitas pessoas colaboraram de uma ou outra forma para a concretização da dissertação. Seja através de um apoio no óikos, no meio doméstico, seja através do embate de idéias na Ágora, no espaço público.

Do primeiro, destaco o apoio material e emocional fornecido pelos meus pais, Walter Menz e Iara Menz, e pela minha namorada, Alice Pires, sem o qual, certamente, meu mestrado não teria terminado de maneira tão serena e feliz. Também destaco a ajuda fornecida pela Marlene Gomes que tentou botar ordem no meu caótico apartamento em São Leopoldo.

Já as pessoas com quem debati na Ágora foram mais numerosas. Começo agradecendo à minha orientadora Paula Caleffi que desde a graduação tem colaborado na construção de minha carreira acadêmica e à minha co-orientadora Heloísa Reichel que, com o seu livro publicado em parceria com a profa. Ieda Gutfreind e com a sua disciplina ministrada no curso de mestrado, abriu meus olhos para as potencialidades da História Agrária da América Platina e do Marxismo Inglês, apesar de todas as nossas diferenças teóricas. Agradeço também aos professores Werner Altmann e Marluza Harres, interlocutores dos mais acessíveis e de grande vigor intelectual, pelo material fornecido e pelas seguidas conversas em torno de temas transversais ou de fundo teórico que tocaram o meu trabalho. O fato deles jamais terem lido qualquer capítulo da dissertação lhes exime qualquer “culpa” no texto aqui apresentado.

Devo citar ainda os meus companheiros de partido, Leonardo Henn, Nivaldo Neto, Gilmar (Meu Filho) Izidro, Orson Soares: com eles, se não cheguei a discutir o assunto da minha dissertação, debati toda a classe de idéias: partindo de política (contra o projeto neoliberal do governo FHC...) e sempre terminando em temas menos nobres (a dupla grenal, o cd do Manu Chao, etc.). Devo prestar ainda minha gratidão ao “camarada presidente” Gerson Severo, que pôde acompanhar de perto a redação da dissertação e corrigiu sua ortografia.

Para terminar, agradeço a todos meus colegas de mestrado, especialmente a Juliane Izidro e a Leonice Aparecida, por todas as dicas, conversas e conselhos que me ajudaram para a conclusão do mestrado.

Às demais pessoas que de alguma forma colaboraram na elaboração deste trabalho e que não estão elencadas aqui por esquecimento, deixo o meu mais sincero reconhecimento.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS	1
RESUMO	6
INTRODUÇÃO	9
AS FONTES	17
1. A INTEGRAÇÃO DO ESPAÇO ORIENTAL MISSIONEIRO SOB A ÓTICA DA HISTORIOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE	22
INTRODUÇÃO	22
1.1. DIÁLOGO COM OS MORTOS: A HISTORIOGRAFIA TRADICIONAL.....	23
1.2. DIÁLOGO COM OS VIVOS: A HISTORIOGRAFIA RECENTE.....	31
2. O ESPAÇO ORIENTAL MISSIONEIRO E O SISTEMA DE COMUNIDADE	39
INTRODUÇÃO	39
2.1. SISTEMA DE COMUNIDADE, COMUNIDADE E REGIME DE COMUNIDADE.	40
2.2. O SISTEMA DE COMUNIDADE SOB A ADMINISTRAÇÃO ESPANHOLA : TRANSFORMAÇÕES QUALITATIVAS.....	46
2.3 A POLÍTICA LUSO-BRASILEIRA PARA A PROVÍNCIA DE MISSÕES	50
3. A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ORIENTAL MISSIONEIRO:A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE LUSO-BRASILEIRA NO TERRITÓRIO MISSIONEIRO	61

INTRODUÇÃO	61
3.1 A DILAPIDAÇÃO DOS BENS DAS COMUNIDADES	63
3.2. A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM TORNO DA APROPRIAÇÃO PRIVADA	76
4. A INTEGRAÇÃO DO GUARANI MISSIONEIRO NA ECONOMIA SUL-RIO-GRANDENSE	101
INTRODUÇÃO	101
4.1 A DISPERSÃO INDÍGENA E SUA INTEGRAÇÃO NA ECONOMIA SUL-RIO-GRANDENSE	102
4.2. O PROBLEMA DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO.....	111
4.3. O BRAÇO INDÍGENA NA COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA SULINA.	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
BIBLIOGRAFIA UTILIZADA.....	137
CRONISTAS	146
DOCUMENTOS PUBLICADOS, EM REVISTAS , ANAIS, ETC.....	147
ANEXOS	149

RESUMO

Esta dissertação, tendo como marco temporal o intervalo de 1801-1830, estuda a integração do espaço oriental missioneiro na economia sul-rio-grandense. Sob o prisma do materialismo histórico, este estudo busca seus suportes teórico-metodológico em Marx (1974A e 1974B), Luxemburg (1985), Martins (1998 e 1999), Santos (1999) e Lenin (1982).

Excluindo-se Introdução e Conclusão, o texto compreende quatro partes. A primeira revisa a Historiografia existente sobre o assunto; a segunda discute a economia missioneira e suas transformações sob a administração luso-brasileira; a terceira analisa as atividades econômicas desenvolvidas no espaço oriental missioneiro sob a égide da agropecuária comercial; e a quarta examina a integração dos indígenas na economia meridional.

ABSTRACT

This thesis studies the integration of the eastern missionary zone into the economy of the state of Rio Grande do Sul from 1801 to 1830. Bearing reference to historic materialism, this study is indebted theoretically and methodologically to the work of Marx (1974A and 1974B), Luxemburg (1985), Martins (1998 and 1999), Santos (1999), and Lenin (1982).

Introduction and Conclusion apart, the text comprises four parts. The first one revises the historiographic production available on the topic, the second discusses the missionary economy and the transformations carried out under the Luso-Brazilian administration, the third analyzes the economic activities developed in the eastern missionary zone under the support of the commercial agro-farming model, and the fourth proposes the integration of the natives into the southern economy.

Abreviaturas:

- ✓ AHRP: Arquivo Histórico de Rio Pardo.
- ✓ AHRG: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
- ✓ AN: Arquivo Nacional.
- ✓ APERGS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.
- ✓ RAPERGS: Revista do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.
- ✓ RIHGB: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- ✓ RIHGRS: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- ✓ RMJCAHRS: Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

[O capitalista] [...] busca apenas a própria segurança, e pelo fato de que [...] ele dirige a produção de tal modo que o seu produto tenha o máximo valor, ele busca apenas o próprio ganho pessoal [...], neste caso uma mão invisível o conduz, para ajudá-lo a alcançar um fim pelo qual ele não se interessa. (Adam Smith, A Riqueza das Nações, 1776).

Com efeito, parece ser necessário de uma vez decidir-se se as leis existentes devem ou não ter lugar neste recanto do mundo, quero dizer, se os índios devem ou não ser tratados como são os do resto do Brasil [...] o que tenho observado neste país me conduz a crer que há uma ou várias mãos ocultas que operam violentamente para a sua exterminação total [...] (Antonio Jose da Silva Paulet, falando sobre os índios nas Missões, 1822).

É uma noção tradicional esta que imagina que se tem vivido em certos períodos unicamente de pilhagens. Mas, para poder saquear, é necessário que exista algo que saquear, isto é, produção. E o próprio gênero de pilhagem é determinado pelo gênero da produção. Não se pode saquear uma stock jobbing nation (nação de especuladores da bolsa) da mesma maneira que uma nação de vaqueiros. (Karl Marx, Para a Crítica da Economia Política, 1859).

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é resultado de projeto de pesquisa iniciado em 1999/1, “A integração do guarani missioneiro na sociedade sul-rio-grandense” e desenvolvido em vista da obtenção do título de mestrado em História da América Latina.

O problema que nos orientou inicialmente consistiu no destino da população indígena residente nos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai¹, que no momento de sua conquista pelos portugueses (1801) continham 14.010 almas, e, trinta e três anos depois, apenas 372. A idéia, relativamente simples desde os tempos em que Erico Verissimo criou seu personagem Pedro Missioneiro (final dos anos 40), era a de que os índios teriam se “agauchado”, integrando-se de alguma forma na sociedade sul-rio-grandense².

¹ O termo Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai relaciona-se com a localização geográfica das reduções de São João, Santo Ângelo, São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz e São Lourenço (leste do Rio Uruguai), não representando uma divisão administrativa seja na administração jesuítica, seja na espanhola. Ao serem conquistados pelos portugueses passaram a representar uma divisão administrativa, mas sob o nome *provincia de Missões*. Em nosso trabalho utilizamos os termos *Sete Povos* ou *Missões Orientais* como sinônimos. Ao nos referirmos às reduções que compunham os Sete Povos manteremos os nomes em português (São Nicolau ao invés de San Nicolás); às demais manteremos os nomes em espanhol.

² Em nosso trabalho utilizamos seguidamente os termos *sul-rio-grandense* e *Rio Grande do Sul*, apesar destes não serem utilizados pelos contemporâneos do período tratado. De 1801 a 1830, a divisão político-administrativa que mais tarde será conhecida como “Estado do Rio Grande do Sul”, foi uma Comandância Militar (até 1807), depois Capitania Geral (até 1824) e Província (1824 em diante); sendo conhecida por Rio Grande, Rio Grande de São Pedro ou São Pedro do Sul.

Entretanto, à medida em que íamos desenvolvendo a pesquisa, observamos que a pergunta inicial que deveria incidir em todo o desenrolar do trabalho teria de ser: por que ocorreu esta integração? A resposta para a pergunta não era passível de ser encontrada apenas na pesquisa empírica. Não desejando incorrer nas explicações metafísicas dos contemporâneos aos fatos³, tivemos que buscá-la por meio de um exame crítico do material obtido empiricamente.

A *crítica* parte do pressuposto materialista que entende que os homens, ao estabelecerem relações sociais com vistas à produção e à reprodução material, criam também suas idéias, seus princípios, enfim, sua visão de mundo, conforme aquelas relações sociais (MARX, 1974B). Nosso método, inspirado em Marx, compreende uma análise sócio-econômica, estrutural e histórica, na qual as *transformações* e as *contradições* são os elos principais (ver HOBBSAWM, 1998a e 1998b).

Assim, visamos a uma compreensão totalizante da História para *explicar* eventos históricos determinados. Não se trata de “forçar a realidade” em um modelo apriorístico. Busca-se entender a singularidade dos eventos em sua relação *ativa* com a totalidade⁴.

³ Além do fragmento da carta de Paulet, citado em epígrafe na primeira página desta dissertação, vale citar a impressão do Visconde de São Leopoldo: “Um destino irresistível parecia empenhado a reduzir esta tão amena e fértil porção da Província a um vasto ermo, e davam-se por causa o flagelo da fome e as freqüentes invasões hostil.” (grifo nosso) [PINHEIRO, 1982 (a primeira edição é do início de século XIX), p. 157].

⁴ Sartre, referindo-se ao método de Marx na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, definiu bem como deve ser, na nossa opinião, o método materialista histórico: “O marxismo abordava o processo histórico com esquemas universalizantes e totalizadores. E, bem entendido, a totalização não era feita ao acaso; a teoria determinava a perspectivação e a ordem dos condicionamentos, estudava tal processo particular no quadro de um sistema geral em evolução. Mas em nenhum caso, nos trabalhos de Marx, esta perspectivação pretende impedir ou tornar inútil a apreciação do processo como totalidade singular. [...] Se [Marx] subordina os fatos anedóticos à totalidade [...] é através deles que quer descobri-la [...] o princípio que preside a pesquisa é o de procurar o conjunto sintético, cada fato, uma vez estabelecido, é interrogado e decifrado como parte de um todo; é sobre ele, pelo estudo

Essa visão totalizante foi inspirada na economia política marxista, especialmente as obras clássicas de Marx (1974A), Luxemburg (1985) e Lenin (1982), que discutiram a gênese histórica do capitalismo e a expansão do capital para as áreas periféricas do Ocidente. Desta forma, relacionamos o processo histórico mais amplo de afirmação do capitalismo com o nosso objeto específico. Através das categorias da economia política, construímos o eixo narrativo do trabalho.

Assim, o estudo crítico do material empírico baseado nas categorias da economia política, permitiu-nos observar que o móvel principal da inserção do indígena esteve em um processo, de certa maneira simultâneo, de integração do *espaço*⁵ oriental missioneiro na economia sul-rio-grandense. Como pano de fundo a essa conjuntura histórica, a gênese do capitalismo industrial, a crise e dissolução do Antigo Sistema Colonial⁶.

Na leitura de Marx (1974A) o conceito de *acumulação primitiva* pareceu apropriado ao nosso contexto: etapa em que os produtores diretos são expropriados dos seus meios de produção, condição histórica indispensável para a afirmação do capitalismo, pois transforma

de suas insuficiências e de suas 'sobre-significações' que se determina, a título de hipótese, a totalidade no seio da qual reencontrará a verdade." (grifos no original) (SARTRE, 1972, p. 26).

⁵ Seguimos a definição de espaço proposta por Silva (1986, p. 32), que o considera como um resultado do ato de produzir, a partir de um espaço anterior. Este último pode ser a natureza ou espaço já transformado pelo trabalho pretérito, portanto humanizado. Santos, ao diferenciar a categoria de *espaço de paisagem*, afirma que: *'A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. [...]'* (SANTOS, 1999, p. 83). E, que *"O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre a sociedade e espaço, entre um presente invasor ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas."* (ID., p. 88).

⁶ Sobre as relações entre a consagração do capitalismo industrial e a crise do Antigo Sistema Colonial, ver Novais (1995).

os meios de produção em *capital*⁷ e os antigos produtores diretos, espoliados, em produtores de mais-valia.

Os estudos empíricos fortaleciam nossa convicção quanto à plausibilidade do conceito. À inserção do indígena na economia sul-rio-grandense, ponto inicial para a sua integração social, correspondia um processo de expropriação, no qual os bens coletivos das comunidades (ver capítulo 2, esp. item 2.1) orientais missionárias foram espoliados em favor da agropecuária comercial.

O fato da acumulação primitiva, na análise d'*O Capital*, estar localizada em um período *anterior* (séculos XVI, XVII e XVIII) à consolidação do capitalismo em nível mundial, não é um empecilho para o desenvolvimento desta hipótese. Pois, naquela mesma obra, reconhecia-se que o processo de separação do homem de seus meios de produção expandia-se através do globo e do tempo motivado pela expansão do capitalismo.

O jovem Marx acreditava que a influência imediata da expansão capitalista sobre as colônias e países dependentes resultaria em sua industrialização e, por conseguinte, na formação do operariado e das relações de produção típicas entre capital e trabalho⁸. Uma visão presa a estas concepções, por assim dizer, mecanicistas inviabilizaria nossa hipótese

⁷ “A teoria marxista considera que o conceito de capital se assenta [...] numa forma específica de relação social, que se apresenta sob a forma de objetos: dinheiro, meios de produção, mercadoria. A conceitualização de capital aparece referida a uma situação histórica concreta: a sociedade capitalista. Os meios de produção e o trabalho humano constituem fatores indispensáveis para a produção social, mas é no contexto do capitalismo que esses meios de produção tornam-se capital [...] assim como o trabalho humano assume a forma de trabalho assalariado. O capital surge, então, como resultado da mais-valia que o capitalista obtém do trabalho de seus empregados.” (verbete capital In: SANDRONI *et alii*, 1985, p. 47).

⁸ MARX, (1977A e 1977B). Altman (1997) ressalta que Marx e Engels não romperam totalmente com o eurocentrismo de sua época, extremamente vinculado ao processo colonialista do século XIX. Porém, como ressalva o autor, as opiniões marxianas sobre as sociedades não-ocidentais e sobre a América Latina, em particular, são fruto de observações ocasionais. Além disso, o pensamento de

pois quando da integração do espaço oriental missioneiro inexistiu um processo imediato de consolidação do capitalismo no regime de produção. Imediatamente, não se consolidaram relações capitalistas de produção (ver o item 3.3 e o capítulo 4 desta dissertação).

Já na maturidade de seu pensamento, Marx desenvolveu as reflexões necessárias para o rompimento com esta tese: em suas anotações que deram origem a *O Capital*, os famosos *Grundrisse*, escreveu que as relações de domínio e servidão (nas quais se incluem a escravidão) também são reproduzidas de uma forma indireta pelo capital nos períodos de transição⁹ (MARX *In*: MARX e HOBSBAWM, 1975).

Luxemburg (1985), partindo da crítica aos esquemas de reprodução do capital como expostos por Marx, aprofundou o problema, afirmando que o capital se expande em direção às zonas economicamente periféricas, em sua forma comercial ou mercantil, na busca de sua realização e de matérias primas para o desenvolvimento da indústria. Nesse processo, o capital comercial¹⁰ estende seus tentáculos em direção às formas de valorização não propriamente capitalistas, como por exemplo a renda¹¹, procurando monopolizar fatores de

Marx, no final de sua vida, sofre uma inflexão quanto à expansão colonial capitalista, abandonando a idéia de uma “missão civilizacional” do colonialismo.

⁹ Grespan, comentando o pensamento marxiano, afirma: “*O capital se ‘entrelaça’ com ‘restos de situações econômicas anteriores’, porque os rebaixa a momentos de seu próprio processo de valorização, os integra à consecução das finalidades dele e os destrói ou modifica radicalmente se eles eventualmente passarem de meios a obstáculos para tais finalidades.*” (GRESPLAN, 1999, p. 255).

¹⁰ O conceito de capital comercial se refere à esfera exclusiva de circulação existente tanto no capitalismo como em sociedades não-capitalistas: “[...] o capital ‘comercial’ e usurário inserto numa formação pré-capitalista (muito mais porque este capital encontra-se fora da esfera da produção), assim como a circulação de mercadorias a ele ligada, não permitem de maneira nenhuma falar de Capitalismo.” (CIAFARDINI, 1978, p. 224). No capitalismo é a produção (a indústria) que condiciona o comércio, enquanto que nas sociedades não-capitalistas o comércio *parasiteia* a produção (ID.) ou, como no caso das produções coloniais típicas, chega a submeter a produção (MARTINS, 1998, pp. 9-22).

¹¹ Entende-se renda como “*A sobre-remuneração devida à inelasticidade decorrente do caráter limitado de certos fatores de produção (especialmente a terra) ou da inadaptação temporária da oferta à procura.*” (verbete renda *In*: SANDRONI *et. ali*, 1985, p. 367). Marx classificou vários tipos

produção. Desta maneira, o capital comercial submete e/ou reinventa relações *não-capitalistas* de produção, que entram no processo de acumulação mundial¹².

Em longo prazo, com o crescimento da acumulação, a tendência é a própria superação das relações não-capitalistas que o capital havia submetido e/ou engendrado, consolidando o modo capitalista de produção (LUXEMBURG, 1985).

No caso do Rio Grande do Sul, ao caírem as amarras do Antigo Sistema Colonial, a economia charqueadora intensificou-se, motivando a apropriação privada do gado e da terra missioneiros, que terminaram por integrar o espaço oriental missionário¹³ à economia sul-rio-grandense¹⁴.

A comercialização do charque e de outras mercadorias obtidas em atividades complementares à pecuária foram uma das principais fontes do capital “primitivo” para o início da industrialização em nosso estado. Daí que Pesavento (1986) permite-se afirmar que a pecuária tradicional atuou como um mecanismo de acumulação primitiva para as indústrias, pois, além de oferecer as matérias primas para os manufaturados, através da

de renda (renda absoluta, renda diferencial I, renda diferencial II, renda em trabalho, renda em produtos e renda em dinheiro); alguns serão retomados no corpo do trabalho.

¹² Ver também Martins (1998).

¹³ A centralidade do capital comercial no processo de acumulação primitiva no Rio Grande do Sul é constatada empiricamente por Osório: “A análise dos inventários dos comerciantes que exerciam o comércio em 1808 não deixa dúvidas acerca dos capitais que proporcionaram a montagem das primeiras grandes charqueadas. Eram capitais oriundos das atividades comerciais [...] desenvolvidas a partir da década de 1780.” (OSÓRIO, 2000, p. 121). Portanto, foi justamente a burguesia comercial local que mais enriqueceu com a integração do espaço oriental missionário e com o decorrente comércio das mercadorias derivadas da pecuária. Foi ela quem passou por um “[...] rápido enriquecimento [...] entre a última década do século XVIII e as duas primeiras do XIX [...]” (ID. *ibid.*).

¹⁴ As estruturas econômicas que motivaram a apropriação do espaço missionário foram formadas sob o regime do Antigo Sistema Colonial, “[...] peça da acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu.” (NOVAIS, 1995, p. 92); com o fim deste não ocorrem, em curto prazo, transformações qualitativas nas esferas produtivas das ex-colônias. Estas estruturas passam a ser utilizadas no processos *locais* de acumulação primitiva: “[...] o meio ambiente construído se contrapõe aos dados puramente sociais da divisão do trabalho. Esses conjuntos de

exportação de produtos de origem pecuária se obteve o capital para o investimento na indústria¹⁵.

A análise de Pesavento se limita a apenas uma das duas fases da acumulação primitiva identificadas por Dobb (1988), que é a da *realização* do capital obtido. A fase anterior, da *aquisição*¹⁶, se realizou, em parte, com a expropriação das comunidades orientais missioneiras, que será estudada nesta dissertação. Ainda nesta primeira fase, os índios missioneiros foram integrados na economia sul-rio-grandense, como veremos no capítulo 4, sob relações de produção predominantemente *não-capitalistas*.

Desta reflexão teórica, assim como de um exaustivo trabalho em arquivos, resultou a dissertação, desenvolvida em quatro capítulos. No primeiro, dialogamos com a historiografia sul-rio-grandense, buscando criticar as formas com que ela entendeu o processo de integração do espaço oriental missioneiro na economia sul-rio-grandense. No segundo, alicerçados na historiografia que analisou a economia das Missões, partimos do sistema missioneiro de produção e circulação, *o sistema de comunidade*, para compreender as suas transformações levadas a cabo nas administrações espanhola e, depois, luso-brasileira, que

formas ali estão à espera, prontos para eventualmente exercer funções, ainda que limitadas por sua própria estrutura.” (SANTOS, 1999, p. 113).

¹⁵ “*Considera-se aqui que o surgimento das indústrias esteve geralmente associado à acumulação de capital propiciada pela comercialização dos produtos agropecuários sulinos que visavam ao mercado nacional ou intra-regional no Rio Grande do Sul e/ou à introdução na Província da chamada burguesia imigrante, a qual, uma vez aqui estabelecida, passa a investir capital e técnica em atividades industriais.*” (PESAVENTO, 1986, p. 14). “*Desta maneira, poder-se-ia falar que a pecuária tradicional estaria atuando como um mecanismo de acumulação primitiva de capitais [...] A acumulação de capital comercial, a partir da exportação de produtos pecuários, gerou recursos que, por sua vez, possibilitaram a criação de manufaturas nesta área, que aproveitaram, por sua parte, matéria prima fornecida pela atividade pecuária.*” (ID., p. 25).

¹⁶ “*A burguesia pode adquirir um tipo determinado de propriedade quando ela se torna excepcionalmente barata (no caso extremo adquirindo-a durante a crise por preço insignificante) e realizá-la mais tarde, quando o valor de mercado dessa propriedade estiver relativamente alto [...]*”

resultaram na submissão da produção ao capital comercial. Em seguida, investigamos o processo de expropriação sofrido pelas comunidades missioneiras, a reorganização sócio-econômica e a consolidação da agropecuária comercial, no contexto da acumulação primitiva. Por último, nossa preocupação foi a de demonstrar a integração do guarani missioneiro na economia sul-rio-grandense, suas atividades produtivas e as relações de produção sob a qual foi integrado.

Nosso marco temporal inicial é o ano de 1801, data da conquista dos Sete Povos. O marco final mais óbvio seria 1828, ano da invasão de Frutuoso Rivera na província de Missões quando a maioria dos índios remanescentes nos povos foi levada para *Bella Union* na República do Uruguai (ver tábua cronológica), mas preferimos estender a pesquisa até 1830, para justamente desmascarar uma mistificação historiográfica que dava como certa a extinção dos índios missioneiros com a invasão¹⁷. Em alguns momentos nos demos a liberdade de sair do marco proposto para o uso de dados importantes para o trabalho.

O marco geográfico para o trabalho visa a dar conta de todo o espaço oriental missioneiro conquistado em 1801, que compreende boa parte do que é o Rio Grande do Sul hoje. Não limitamos o trabalho a um recorte específico no gigantesco espaço ocupado e organizado pelas comunidades dos Sete Povos, pois as fontes são limitadas e *correspondem a divisões geográficas e institucionais amplas*. Também não foi nosso objetivo fazer um recorte desse tipo, uma vez que o enfoque sócio-econômico inspirado no materialismo histórico entende marcos geográficos relativamente amplos.

Assim, “A transação dupla se divide em duas metades: uma fase de aquisição e outra de realização.” (DOBB, 1988, p. 129).

¹⁷ É a tese defendida por Vellinho (1970).

O espaço oriental missioneiro era formado pela província de Missões e pelos campos ao sul do Ibicuí¹⁸. A primeira correspondia, segundo Silva (1916), ao território limitado pela barra do Ibirapuitã, seguindo o Ibicuí em direção leste até a confluência com o Toropy e por este até a Serra Geral (mapa 1). A província era ocupada pelos povos, suas chácaras e por algumas estâncias missioneiras menores; por volta de 1822, foi transformada na divisão administrativa de “fronteira”, e, em 1834, foi submetida ao recém criado município de São Borja. Sempre que falamos em *região missioneira*, estamos nos referindo a estes limites. Já ao sul do Ibicuí, limitados a oeste pelo Ibirapuitã e a leste pelos rios Vacacaí e Camaquã, estavam os preciosos campos ocupados pelas grandes estâncias missioneiras (mapas 1, 2 e 3), que mais tarde fizeram parte do município de Alegrete.

Existiam também grandes campos ao norte do rio Jacuí, cortados pelo rio Pardo e limitados a leste pelo rio Jaguary, pertencentes à estância de São Luiz (mapa 1). Todavia, como a integração destes campos ao então Rio Grande de São Pedro deu-se em um período anterior à época do Tratado de Santo Ildefonso e dos Campos Neutrais (mapa 2), não fizemos qualquer referência àquele território.

As fontes.

Para a caracterização do sistema de comunidade e do regime de produção missioneiros, bem como das transformações ocorridas sob a administração espanhola (os itens 2.1 e 2.2 do segundo capítulo), fizemos uso da historiografia que analisou a economia missioneira, das quais destacamos as obras de Garavaglia (1978, 1983 e 1987) e Carbonell

¹⁸ O espaço missioneiro, ocupado pelos *Trinta Povos* e organizado pelo sistema de comunidade (ver pp. 42-43), era muito maior do que o recorte geográfico proposto (mapa 3). Portanto, quando falarmos

(1992). Já em relação ao restante da dissertação, devido à escassez de produção historiográfica, tivemos que nos basear na documentação coletada nos arquivos de Porto Alegre.

A documentação levantada para este trabalho consiste principalmente na correspondência da comandância militar da província de Missões, cargo máximo naquela região com poderes civis e militares na administração da província, remetida aos governadores militares e depois presidentes da província do Rio Grande do Sul. Não é um material homogêneo: no espaçamento de quase trinta anos que estudamos houve, além dos interinos, treze comandantes gerais e um administrador,¹⁹ com a prolixidade das fontes variando muito de acordo com o autor da correspondência.

Outro problema é que o material dos sete primeiros anos não está completo, restando algumas lacunas. Além disto, os assuntos da administração civil dos índios que realmente nos interessam ficavam em segundo plano nos momentos de ações militares muito comuns no período estudado.

Mesmo assim, esta documentação é riquíssima e foi fundamental para o trabalho.

A correspondência de outras autoridades também foi pesquisada, mas não de forma tão exaustiva. São os casos da documentação do comandante da fronteira de Rio Pardo, que pesquisamos os anos de 1801-1822, e, esporadicamente, a de alguns capitães do distrito de São Nicolau de Rio Pardo e outros distritos. Esses documentos, por não tratarem da província de Missões foram usados, em especial, no capítulo 4 da dissertação.

em *espaço oriental missioneiro*, estaremos nos referindo ao espaço que esteve relacionado com as comunidades dos Sete Povos.

¹⁹ Em 1827 foi criado o cargo de administrador geral, ocupado por Manuel da Silva Pereira Lago, com a responsabilidade de administrar as reduções, ficando o comandante geral com os encargos militares.

Todos os documentos acima citados estão classificados na pasta “autoridades militares” do AHRS pela data e pelo remetente. A maioria das cartas está numerada mas achamos melhor a classificação pela data²⁰.

Outra fonte utilizada foram os inventários contidos no APERGS pertencentes ao cartório de Órfãos e Ausentes, especialmente no item 3.3 da dissertação. Através desta, buscamos realizar uma reconstituição das atividades produtivas privadas desenvolvidas no espaço oriental missioneiro com uma análise quantitativa que comparasse a província de Missões (ao norte do rio Ibicuí) aos campos ao sul do Ibicuí. Neste caso, uma vez que a primeira comarca a ser criada na região missioneira foi a de São Borja (1834), tivemos que fazer um recorte temporal específico para este tipo de fonte que comparasse os inventários abertos em São Borja e Alegrete no espaço de 1834-44. Alguns outros inventários abertos em comarcas diferentes (Rio Pardo e Cachoeira do Sul), em época anterior a 1834, também foram usados com menos frequência, como fontes qualitativas.

Do APERGS também foram coletados processos-crime em que índios fossem réus ou vítimas, do cartório do Júri-Sumários de Porto Alegre e do cartório Cível e Crime de Rio Pardo, no recorte temporal de 1801-1830. Através desse material, trabalhado no capítulo 4, buscou-se mapear as atividades produtivas dos indígenas²¹, bem como compreender as relações de classe do período.

Até 1830 foram mais dois comandantes gerais, enquanto que Lago manteve-se no cargo até depois de 1830. Em anexo consta uma lista, adaptada de Porto (1954), de todos os comandantes do período.

²⁰ Colocamos as referências em rodapé de cada documento citado da seguinte maneira: AHRS, Autoridades Militares (A.M.), Lata (L), Maço (M), data da carta, remetente. O destinatário é sempre o governador, a menos que haja indicação em contrário.

²¹ Na monografia de conclusão de curso (MENZ, 1998) fizemos uma análise mais demorada sobre este tipo de fonte.

As obras dos viajantes que passaram pelo Rio Grande do Sul no início do século XIX (Saint-Hilaire, Isabelle e Dreys) também foram de grande valia para o trabalho, sendo citadas em praticamente todos os capítulos.

Em menor escala, também foram empregados documentos publicados em revistas e anais e alguma documentação do AN.

A documentação foi classificada e trabalhada tendo em vista seu uso qualitativo e quantitativo. Através do primeiro, visou-se à reconstituição histórica dos diversos fatos e acidentes históricos relevantes para o processo de integração do espaço oriental missioneiro. Pelo segundo, buscou-se aprofundar hipóteses surgidas na análise qualitativa das fontes, tendo em vista os aspectos mais estruturais do processo, especialmente nos capítulos 3 e 4²². Por algumas vezes no trabalho quantitativo, a falta de fontes obrigou-nos a comparações entre documentos não propriamente homogêneos.

Outro problema consiste no caráter das fontes que por diversas vezes tratam nossos personagens com o rótulo indefinido de “índio”, não referindo o grupo étnico a que pertenciam. É verdade que, além dos guarani missioneiros, habitavam o Rio Grande do Sul naquele período índios pampeanos (Charrua/Minuano), Kaingang e alguns índios de outras províncias brasileiras que vinham para a região junto com as correntes migratórias brancas. Os índios pampeanos eram um grupo minoritário que vinha sendo dizimado ano a ano pelos colonialistas; seus remanescentes situaram-se na primeira década do século XIX na região de Quaraí, misturando-se com os guarani e alguns brancos desgarrados e formando a população

²² A obra clássica de Lenin, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1982), ainda é uma referência metodológica quanto ao uso de fontes quantitativas. Existem críticas quanto a linha de interpretação tomada no sentido da subestimação do grupo médio camponês e de outros aspectos da economia camponesa (ver WILKINSON, 1986 e também a nota 160 do presente trabalho), seu rigor científico porém, é inquestionável.

gaúcha da fronteira que vivia do contrabando e outras atividades ilegais. Os Kaingang, ainda habitavam as matas da região norte do Rio Grande do Sul, havendo contatos episódicos com a população branca até meados do século XIX. Os índios de outras províncias devem ter sido pouco numerosos. O guarani missioneiro era o grupo com maior contato com a sociedade branca, além de ter uma população muito mais numerosa. Por isso, não descartamos documentos que não referissem o grupo étnico, porque a grande maioria era guarani²³.

Nas transcrições de documentos, publicados ou originais, atualizamos a grafia, porém, sem alterar o sentido original. Mantivemos a grafia original apenas nos nomes próprios e nos acidentes geográficos quando não impediam a identificação.

Em anexo, colocamos os mapas, os gráficos e tabelas relacionados com o texto da dissertação. Anexamos também uma tábua cronológica, as listas dos comandantes da província de Missões, dos governadores do RS no período estudado e dos documentos utilizados nas tabelas do item 3.2 e dos gráficos 2.2 e 2.3.

²³ As referências documentais quanto ao grupo étnico, quando existiam, eram quase sempre aos guarani, com uma ou outra nota aos índios “bárbaros” (Kaingang) ou aos Charrua/Minuano.

1. A INTEGRAÇÃO DO ESPAÇO ORIENTAL MISSIONEIRO SOB A ÓTICA DA HISTORIOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE

Introdução

Este capítulo visa a analisar as formas de entender o processo de integração do espaço oriental missioneiro²⁴ na economia sul-rio-grandense formuladas pela historiografia²⁵ sul-riograndense.

Objetivamos realizar uma crítica às distorções ideológicas produzidas pela historiografia sul-rio-grandense, em geral, e pela historiografia de inspiração tradicional²⁶, em específico, e situar nossa dissertação perante o processo de construção do conhecimento histórico.

²⁴ Ressalte-se que o espaço oriental missioneiro considerado pela historiografia sul-rio-grandense, em geral, limita-se aos domínios da chamada província de Missões, não levando em conta os campos aos sul do Ibicuí que adotamos em nosso recorte.

²⁵ Denominamos História o processo histórico em si e historiografia a descrição deste processo (SCHAFF, 1983). A historiografia é uma seqüência de construção de verdades parciais dentro de uma acumulação de saber histórico infinita.

²⁶ Chamamos de tradicionais – seguindo a sugestão de Gutfreind (1998) e Petersen (1998) - aqueles historiadores que se portaram de maneiras, epistemologicamente falando, idealistas ou empiristas; aqueles historiadores que são acriticamente chamados de “positivistas”, subentendendo uma uniformidade teórica que, a rigor, não houve.

Para tanto, dividimos o capítulo em duas partes: a primeira tratará da historiografia tradicional, hegemônica dos anos 20 até aproximadamente 1975. A segunda será sobre o período que vai de 75 até os dias de hoje, época de influências variadas que vão desde o marxismo, dominante nos anos 80, até o pós-modernismo, fortalecido nos anos 90.

1.1. Diálogo com os mortos: A historiografia tradicional

O Rio Grande do Sul no início do nosso século detinha uma economia centrada na agropecuária, com predomínio da pecuária. Esta última baseava-se na grande propriedade, com uma organização produtiva precária e baixo desenvolvimento técnico. A charqueada, principal proto-indústria gaúcha, recém emergia do escravismo.

Mesmo que vagarosamente, este panorama começou a mudar. O uso do arame farpado, o melhoramento dos rebanhos, a introdução de capitais estrangeiros com os frigoríficos, apontavam para um processo de modernização²⁷ da economia gaúcha.

Este processo de modernização econômica, pelo qual, aliás, passou todo o país, teve seus reflexos na política nacional e regional. Ainda no final do século XIX, o Brasil havia sofrido profundas transformações de ordem política e social. A abolição da escravatura e a proclamação da República consolidaram a hegemonia do setor “progressivo” da classe dominante nacional, que passou a implementar uma política de modernização por todo o país, incrementando nossas forças produtivas e consolidando relações capitalistas de produção. No Rio Grande do Sul não foi diferente: a proclamação da República levou o Partido

²⁷ De acordo com Diehl modernização: “[...] refere-se às transformações objetivas da sociedade, [...] mas não de modo exclusivo apenas pelo desenvolvimento econômico [...]” (DIEHL, 1998, p. 15). A modernização está vinculada ao processo de consolidação do capitalismo industrial, que traz consigo a racionalidade modernizante, influenciando todos os setores da formação social .

Republicano Riograndense (PRR) ao poder; “embebido” no positivismo, esse partido implantou uma política semelhante no estado²⁸.

A própria historiografia foi modernizada, abandonaram-se as crônicas em prol da História pretensamente *científica*:

[...] o desenvolvimento do capitalismo tem a ver com uma série de mudanças que exigiram a produção de novos conhecimentos sobre a sociedade, e que, no limite, significaram uma lenta transição da ‘história dos fatos’ para o que hoje chamaríamos ‘história das relações econômico-sociais’ e o próprio surgimento das ciências sociais. (PETERSEN, 1998, p. 34).

Com este objetivo, no Rio Grande do Sul foi formado em 1922 o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1922), consolidando o que se convencionou chamar, hoje, de historiografia tradicional gaúcha. Os historiadores vinculados à fundação dessa instituição eram, em sua maioria, intelectuais amadores, profundamente ligados à classe dominante gaúcha.

Os historiadores tradicionais gaúchos buscaram nas ciências sociais européias os fundamentos teóricos de suas obras. Le Bon, Taine, Comte, entre outros, eram seguidamente citados, num ecletismo teórico capaz de confundir o leitor mais atento. Nos textos, entretanto, dominavam a mais pura narrativa descritiva e essencialmente política (GUTFREIND, 1992).

Também foi nesse período que se fixaram as duas matrizes²⁹ para a compreensão da História sul-rio-grandense: a matriz *platina*, que, grosso modo, defendia as teses da influência

²⁸ Diehl, baseando-se em Pesavento, afirma que o positivismo “[...] poderia vincular-se ao conceito de hegemonia; para os demais setores não pecuaristas, o grupo positivista acenava com a meta do ‘desenvolvimento econômico global’ [...]” (DIEHL, 1998, p. 121). Assim, a doutrina de Comte aplicada ao RS “[...] adquiria significância na medida em que fornecia respostas para problemas existentes, as quais tanto se localizavam na instância econômica (um processo de desenvolvimento multilateral) quanto social (incorporação de novos segmentos sociais emergentes), ou políticos (um regime autoritário, que substituiu a ineficácia dos velhos partidos imperiais).” (grifo no original) (ID., p. 122).

do Prata em nosso estado e do objetivo separatista da Revolução Farroupilha; e a matriz *lusa*, que afirmava um Rio Grande do Sul essencialmente luso-brasileiro e uma Revolução Farroupilha republicana e nacional (ID.).

Se em relação à influência do Prata e à interpretação da Revolução Farroupilha existiram diferenças de interpretação, a historiografia daquele período era unânime em relação ao nacionalismo. O nacionalismo, levado ao extremo pela corrente *lusa*, explica-se por um crescente interesse da classe dominante gaúcha em interferir na política federal, interesse efetivamente concretizado na Revolução de 30: “[...] *chegara o momento de ‘abrasileirando’ o Rio Grande do Sul, agauchar o Brasil [...]*” (GUTFREIND, 1992, p. 42).

Outra tendência na historiografia tradicional foi a idealização do gaúcho e do mundo rural. Goulart (1978), por exemplo, defendia as teses da “democracia sulina” no Rio Grande do Sul e da inexistência de classes sociais no campo. Escreveu que pelo fato do patrão usar os mesmos trajes, beber chimarrão e trabalhar com o peão, não havia diferenças sociais.

É interessante notar que os argumentos utilizados pelos historiadores na idealização do Rio Grande do Sul pastoril, diziam respeito a uma sociedade que vinha gradualmente desaparecendo. O cercamento das terras transformou o “centauro dos pampas” no “gaúcho a pé” (PESAVENTO, 1980). A modernização da sociedade agrária sul-rio-grandense provocou um alargamento ainda maior das diferenças sociais entre patrão e peão.

Como apontou Pesavento:

A historiografia [...] resgata um passado nobilitante, de justiça e igualdade, repleto de heroísmo. É essencial, para a manutenção de uma situação determinada, que esta classe dominante e hegemônica tenha uma história, que tanto lhe inspira confiança para o futuro quanto assegura o seu prestígio no presente. (PESAVENTO, 1980, p. 75).

²⁹ Sobre as razões desta divisão historiográfica, ver Gutfreind (1992).

A modernização trouxe consigo os germes para a superação da hegemonia da classe dominante gaúcha ligada à agropecuária – junto com as estradas de ferro e frigoríficos, vieram grupos sociais capazes de questionar a classe que até então reinava inconteste. Era necessário, portanto, aos fazendeiros, fazerem valer sua mais “alta estirpe”, fruto de “incontáveis embates em defesa da nacionalidade”. (PESAVENTO, 1980).

A historiografia tradicional nunca chegou a dar muita atenção para o indígena, uma vez que, como o negro, não era considerado um grupo importante para a formação do Rio Grande do Sul. Normalmente, o índio era tratado em um primeiro capítulo do tipo *Primitivos Habitantes do Rio Grande do Sul*, em que era analisada uma espécie de pré-História, com algumas informações gerais sobre as diversas parcialidades indígenas existentes no RS. A partir daí poucas referências eram feitas aos nativos, com uma ou outra informação dispersa no restante do livro.

Além disso, o índio só era estudado quando inserido nos projetos Ibéricos de conquista, e, mesmo assim, de uma forma esparsa. Em relação às Missões Jesuíticas, que já eram discutidas desde a época dos filósofos Iluministas (KERN, 1982) e sobre as quais abundam documentos, foram produzidas poucas obras. Torres (1994B) demonstrou que, no período de 1960-75 e mesmo depois, era pequeno o interesse da historiografia pelo assunto.

Dos anos 20 ao final da década de 70, foram produzidas duas obras que analisaram com mais profundidade a História das Missões, exercendo uma grande influência na historiografia: *Historia do Rio Grande do Sul dos Dous Primeiros Seculos* de Teschauer (1921) e *História das Missões Orientais do Uruguai* de Porto (1954). Ademais, os historiadores tradicionais gaúchos só trataram sobre as Missões nos episódios do Tratado de Madrid e da guerra e incorporação do território missioneiro, em 1801.

O pouco interesse pela História dos Sete Povos e pela estrutura missioneira se esclarece pela forma como os historiadores tradicionais da hegemônica matriz lusa entenderam a História do Rio Grande do Sul. Para eles, a situação de fronteira – como marco excludente e de distanciamento dos vizinhos do Prata - foi capital para a formação de um *caráter* nacionalista e beligerante no rio-grandense. As Missões Jesuíticas, como parte do sistema colonial hispânico, eram vistas como “nossas inimigas naturais” e, por conseguinte, “*o que lá se passou, antes de 1801, não pertence a História do Rio Grande*” (CESAR apud: TORRES, 1994B, p. 57).

Nem todos os historiadores tradicionais posicionaram-se desta maneira. A matriz platina e, principalmente, os autores jesuítas, defenderam a integração das Missões Jesuíticas na História sul-rio-grandense (GUTFREIND, 1992 e REICHEL e GUTFREIND, 1996). Entretanto, a visão “lusófila” da História missioneira manteve-se hegemônica até o final da década de 70. O que se explica, entre outras razões, pela “[...] *falta de uma postura de construção de um discurso missioneiro inserido na história do Rio Grande do Sul e um ataque, fundamentado na ciência histórica, das representações presentes na corrente luso-brasileira [...]*” (TORRES, 1994B, p. 60).

Se a historiografia tradicional sul-rio-grandense pouco tratou das Missões Jesuíticas, isto se agrava ainda mais no tema desta dissertação, a integração do espaço oriental missioneiro na economia sul-rio-grandense. Os que se ocuparam do problema, ou o fizeram sob uma ótica meramente militar, ou defendiam a tese do espaço vazio. Que, no dizer de Torres, significa:

O pressuposto ligado às teleologias historicistas que estabelecem *a priori* um movimento linear do acontecer histórico, acaba por promover um esvaziamento do espaço – destituindo-o de seu passado e da historicidade dos grupos que ali viveram ou vivem – desencadeando a elaboração

artificiosa de um novo espaço definido a partir de interesses que primam a dimensão da dinamicidade. (TORRES, 1994A, p. 173).

Nossos historiadores tradicionais consideravam que o espaço oriental missioneiro encontrava-se “vazio” no momento de sua conquista de 1801. Por conseguinte, negou-se a importância sócio-econômica e cultural das Missões, procurando mascarar a própria História indígena.

Muitos foram os historiadores que adotaram a tese do espaço vazio. Moysés Vellinho, o mais pitoresco pelo seu racismo, chegou aos extremos desta teoria. Como considerava o índio uma raça em “decomposição”, era fácil negar a sua importância sócio-econômica, que dirá cultural:

Já não havia ali o que assimilar. Dos restos de gente que tinham sobrado entre as ruínas, sombras apáticas e estuporadas, a rigor nenhum ser vivo em condições de receber nem transmitir qualquer tipo de influência. (VELLINHO, 1970, p. 94).

De acordo com Vellinho, a “Civilização” jesuítico guarani havia sido praticamente exterminada pelas comandâncias militares *castelhanas*, eximindo os luso-brasileiros de qualquer “culpa” na destruição das Missões:

Depois do colapso [a expulsão dos jesuítas], que se verificou, desde o abalo da primeira viga até o último desmoronamento, *sob inteira responsabilidade das guarnições espanholas, pouco ficou de tudo além de escombros, histórias de subterrâneos, tesouros escondidos, vagas supertições*. (grifo nosso). (VELLINHO, 1970, p. 94).

A conclusão lógica destes argumentos “irretorquíveis” é o apagamento da História jesuítico-guarani: *“Destruído o passado, outra história, outra experiência, sob inspiração política antagonista, iam começar ali [...] Era uma planta nova que ia meter ali novas raízes”*. (VELLINHO, 1970, p. 95).

Outro que defendeu a tese do espaço vazio foi Souza Docca. Como lhe era característico, não se preocupou em argumentar sobre o assunto, fazendo afirmações peremptórias, certo da posse da Verdade Absoluta:

Com a conquista de 1801 incorporamos um território quase deserto. Os poucos habitantes que aí permaneceram eram de educação falha, apáticos, sem vontade própria.[...] Eram fruto do regime comunista em que foram educados e viveram [...] (DOCCA, 1954, pp. 136-137).

Um trabalho mais recente, mas que segue a linha dos supracitados, é o livro *História Geral do Rio Grande do Sul* (a 2ª edição é de 1978) de Arthur Ferreira Fº. Assim, sobre a decadência das Missões pós 1768 afirmava: *De tudo o que antes houvera, só restava o gado*". (FERREIRA Fº., 1978, p. 62). E, para provar a afirmação, apresentou números inverídicos sobre a população guarani à época de 1801 (ver cap. 4 desta dissertação): *"A população indígena [...] não ia agora além de uns 1500 indivíduos."* (FERREIRA Fº., 1978, p. 63).

Assim como Vellinho, conclui com uma declaração de "apagamento" do legado histórico missioneiro:

Recebeu Portugal uma terra fértil e despovoada, com a densidade, rara no mundo, de um habitante para 53 quilômetros, aproximadamente. Tal circunstância, aparentemente desvantajosa, resultou contudo benéfica para o Rio Grande do Sul. As terras foram distribuídas aos conquistadores e outros que se comprometessem a habitá-las e defendê-las. (ID., ibd.).

Ferreira Fº. visualizou a importância das terras e do gado missioneiros. O fato da população guarani, proprietária deste espólio, estar, segundo ele, quase extinta, serviu para justificar a sua apropriação pelos "conquistadores".

Nem todos os historiadores tradicionais adotaram a tese do espaço vazio com o radicalismo das versões de Vellinho, Docca e Ferreira Fº.

Guilhermino Cesar, por exemplo, valorizou o “legado” missioneiro: “[...] *além da contribuição territorial que nos trouxeram, as Missões introduziram maior variedade no tecido antropológico rio-grandense.*” (CESAR, 1980, p. 221). Sua análise compreende o aspecto da integração do espaço oriental missioneiro na economia sulina:

Passa então o território missioneiro a pender economicamente muito mais do lado do Atlântico do que para o golão do Prata. Estabelece-se um movimento triangular na sua economia ganadeira: o Vale do Jacuí, ou seja a larga fronteira do Rio Pardo; a região de Pelotas-Jaguarão; e finalmente, a Campanha uruguaio-brasileira. *Por esses três pontos terá saída a riqueza ganadeira acumulada ao correr dos anos nas antigas estâncias jesuíticas.* (grifo nosso) (CESAR, 1980, p. 233).

A integração, porém, foi vista de uma maneira idílica, com a aculturação do índio sob os auspícios do contato econômico e da teleologia geográfica:

[...] nenhum contato econômico deixa de significar, mormente quando tenha a seu favor a contigüidade territorial dos respectivos agentes, uma interação cultural. Daí se explica a lenta, mas segura absorção graças à qual a população missioneira terminou por adotar os padrões culturais luso-brasileiros. (ID., p. 234).

Outro exemplo de afastamento da tese do espaço vazio é a obra *História das Missões Orientais* de Aurélio Porto (1954), que além de defender a existência de um “traço de ligação” entre a civilização missioneira e a civilização sul-rio-grandense, é a única que chega de alguma maneira a esboçar uma preocupação quanto à integração do espaço oriental missioneiro. Em um capítulo do 2º volume do livro, Porto chegou a historiar as comandâncias militares da província de Missões³⁰; entretanto, a ênfase na História militar limita em muito o alcance de sua obra.

³⁰ Reconheça-se que essas informações permitiram encontrar o material empírico para a nossa dissertação.

Mesmo os autores tradicionais mais “moderados” não chegaram, em nenhum momento, a reconhecer a espoliação dos bens missioneiros e, muito menos, a importância deste processo para a economia sul-rio-grandense. Sua limitação consistiu no comprometimento com a classe dominante gaúcha, oriunda da agropecuária comercial. O reconhecimento deste processo resultaria em admitir que a consolidação da agropecuária comercial e da propriedade privada, em boa parte do território gaúcho, deu-se pela expropriação violenta dos guarani missioneiros. Idéia demasiadamente subversiva para mentes politicamente reacionárias.

A tese do espaço vazio virou o recurso ideológico natural para a defesa dos interesses da classe dominante gaúcha. Desta forma, a propriedade privada não tinha seu “manto sagrado” manchado.

1.2. Diálogo com os vivos: A historiografia recente.

É só a partir de 1975 que teve início uma crítica mais contundente à historiografia tradicional em geral, e à matriz lusa em específico. O marxismo, paradigma dominante nas ciências humanas à época, surgiu como um referencial teórico-metodológico que permitia ir além da historiografia tradicional. Por outro lado, o início da abertura política e da profissionalização do ofício de historiador³¹ tornavam o terreno propício para uma renovação do discurso historiográfico.

Nesse momento, a produção historiográfica voltou-se para assuntos que pouco ou nada haviam sido estudados pela historiografia tradicional, como o desenvolvimento do

³¹ “O repensar teórico-metodológico [...] esteve vinculado ao desenvolvimento de Cursos de Pós-Graduação em História na segunda metade dos anos 1970 (PUCRS em nível de Mestrado) e a política

capitalismo, a relação centro/periferia e a formação do operariado, sempre tendo em vista os aspectos econômicos e estruturais à maneira marxista. Destacam-se as obras coletivas *RS: Cultura & Ideologia* (1980) e *RS: Economia & Política* (1979), especialmente a primeira pelo tom de crítica contumaz à historiografia tradicional³².

Mesmo assim, não ocorreu um interesse maior quanto ao processo de integração do espaço oriental missioneiro. O enfoque em relação à História das Missões mudou, mas não surgiu nenhum trabalho específico sobre o nosso assunto³³. Na verdade, o problema das Missões não era prioritário para a nova geração de historiadores acadêmicos, que se debruçou sobre os problemas clássicos do marxismo.

Na historiografia sobre as Missões o marxismo esteve presente, ainda que por uma obra secundária de Décio Freitas (1982), que retomava uma tese da década de 40 de Lugon (1977), do caráter socialista da sociedade missioneira. Este livro pouco acrescentou para a Historiografia e para o marxismo.

nacional de incentivo à Pós-Graduação que propiciou a profissionais do Estado, a realização de cursos no país e exterior com novas experiências e aberturas teóricas.” (TORRES, 1994B, p. 55).

³² “*Os ensaios aqui reunidos [...] têm o sentido de um primeiro ataque às construções do passado. Não por serem do passado, mas por jamais terem tido outra consistência que a de estarem a serviço do poder, que as legitimava.*” (DACANAL e GONZAGA, 1980, apresentação).

³³ O que destoa das historiografias uruguaia e argentina que mostraram um grande interesse quanto à integração do mundo missioneiro nos respectivos Estados Nacionais. Ver por exemplo, Gonzáles e Rodríguez (1988) e Maeder (1983). Aliás, foi justamente um historiador uruguaio que elaborou o trabalho mais interessante sobre a apropriação das terras missioneiras por parte da frente de expansão portuguesa. Em seu artigo, Poenitz (1999) localizou geograficamente boa parte das propriedades pecuaristas que se instalaram no território missioneiro. A falha em seu trabalho consiste em repetir certas inverdades da historiografia tradicional gaúcha, como por exemplo a tese do espaço vazio para os campos ao sul do Ibicuí: “*A extensa e rica campanha ao sul do Ibicuy era considerada terra de ninguém, incursionada esporadicamente por vaqueiros e naturais da região [...]*” (POENITZ, 1999, p. 26, trad. nossa). Ou o mito do “feudalismo democrático” gaúcho: “*Os latifúndios se constituíam em pequenos feudos, porém com um grande espírito democrático [...]*” (ID., p. 29).

Quanto aos poucos trabalhos sobre o mundo missioneiro, no que se refere à conquista de 1801, os historiadores passaram a realçar a *espoliação* sofrida pelos índios. É o tom do texto de Flores:

Os que participaram da conquista [das Missões] preocuparam-se mais com a pilhagem das estâncias missioneiras [...] Pode-se calcular a pilhagem a partir do pagamento dos quintos reais dos animais apresados: 2.100 reses e 135 éguas.

Os conquistadores receberam sesmarias nas Missões, conquistadas sem despesas para o estado. [...] O índio era o empregado de todos, roubado e espoliado. (FLORES, 1983, p. 128).

Freitas seguiu o mesmo raciocínio:

[Depois de 1801] O território ficou definitivamente incorporado ao Brasil. Privados de seus meios de produção, os índios tiveram de se submeter ao trabalho assalariado; muitos viviam entregues à vagabundagem e à embriaguez; as mulheres se prostituíam. (FREITAS, 1982, p. 77).

Que Dacanal levou ao extremo: “*O que houve foi a total extinção física do índio no Rio Grande do Sul [...]*” (DACANAL, 1980, p. 30).

A historiografia deste período tem o mérito de romper completamente com a tese do espaço vazio, como foi formulada pela Historiografia tradicional, retirando o ar idílico e heróico dado aos conquistadores do espaço oriental missioneiro. Por outro lado, suas linhas sobre o pós 1801, demasiadamente genéricas, deixaram uma lacuna historiográfica. Assim, acabaram por cair em uma nova tese do espaço vazio, pois ao ressaltar apenas o aspecto *destrutivo* da conquista das Missões eliminaram o índio missioneiro do restante da História do Rio Grande do Sul. Nessa acepção, o espaço oriental missioneiro não foi integrado, mas destruído.

O reconhecimento da continuidade do espaço e do processo histórico missioneiro após a conquista luso-brasileira veio da geografia, em 1985, com um artigo de Klafke que atenta justamente para este fato:

[...] o espaço missioneiro [...] [é] resultado de diversas fases de criação: a fase das Reduções Jesuíticas, a fase do “latifúndio pecuarista” e das “colônias novas” e a fase atual de desapropriação capitalista do espaço agora transformado essencialmente em mercadoria (KLAFKE, 1985, p. 273).

O enfoque do texto é voltado para a geografia e seus problemas específicos. Os aspectos *históricos* das fases apresentadas ficam diluídas em um largo período temporal.

Da mesma maneira, um artigo do arqueólogo La Salvia (1988) chamou a atenção para o fato da expansão portuguesa ter se dado sobre o espaço ocupado e explorado pela sociedade Guarani-Jesuítica. Seu trabalho mostra ainda o aproveitamento e a transformação de algumas das estruturas produtivas missionárias, por parte da pecuária comercial. O texto, porém, é muito curto, não desenvolvendo o assunto com profundidade.

No início da década de 90 a historiografia sul-rio-grandense, assim como a nacional, tomou outros rumos. A dissolução do “socialismo real” e as derrotas políticas da década de 80, a década perdida, aliadas a novos ataques frontais à teoria marxista (Fukuyama e o Fim da História, Furet e a crítica ao conceito de Revolução na História), detonaram a “Crise do Marxismo”³⁴ no Brasil, duas décadas depois de anunciada na Europa Ocidental.

³⁴ Fico fez uma bela análise sobre a crise do marxismo: “*Uma certa falta de ânimo político afastou, furtivamente, a temática dos movimentos sociais porque havia a crise do marxismo [...]. Falar em movimento operário, em certos círculos, soaria démodé, para dizer o mínimo. Assim a discussão teórica de bom nível, que vinha se estabelecendo justamente em torno das problemáticas instauradas pelo estudo dos movimentos sociais, foi, abruptamente, interrompida.*” (grifo no original) (FICO, 1994, pp. 118-119).

Ao mesmo tempo, seguindo a escola francesa, surgem novas propostas quanto aos objetos, problemas e métodos historiográficos. A influência pós-modernizante se faz sentir com o próprio afastamento da História em prol do discurso³⁵.

A sexualidade, a sociabilidade, a festa, as distinções discursivas, são os centros de interesse da historiografia mais recente.

A historiografia sobre as Missões, naturalmente, segue tais tendências. Ressalte-se a grande influência da antropologia, especialmente das obras de Marshall Sahlins e Clifford Gertz, refletindo-se na etno-História.

Os *Anais do X Simpósio Nacional de Estudos Missionários* (1993) contêm alguns textos com títulos bem sugestivos: *O Gosto do Pecado: A sensualidade das índias guaranis* (FLORES, 1993), *A Festa Missioneira* (ALMEIDA, 1993). Outro trabalho recente nesta linha é o de Fleck (1997) que apresenta um deslocamento no enfoque dado ao *espaço* centrando-se nos aspectos simbólicos em detrimento do sócio-econômico. O título resume bem sua proposta: *A Igreja e a Praça: Um estudo das relações entre espaço e imaginário*.

Podemos dizer que a historiografia riograndense missioneira está em um período de “revisão”, em que as discussões clássicas iniciadas na década de 80 (modo de produção³⁶, sistema político³⁷ e relações econômicas externas³⁸) foram abandonadas, estão

³⁵ Vale citar aqui a crítica de Wood sobre este “giro” para o discurso: “Os pós-modernistas interessam-se por linguagem, cultura e ‘discurso’. Para alguns, isso parece significar, de forma bem literal, que os seres humanos e suas relações sociais são constituídos de linguagem, e nada mais, ou, no mínimo, que a linguagem é tudo o que podemos conhecer do mundo e que não temos acesso a qualquer realidade.” (WOOD, 1999, p. 11).

³⁶ Lugon (1978), Garavaglia (1978) e Freitas (1982).

³⁷ Kern (1982) e Belloto (1983).

³⁸ Neste caso existem trabalhos recentes importantes, como por exemplo Neumann (1996), além do clássico Garavaglia (1983).

superadas ou praticamente esgotadas. O objeto é o mesmo, as fontes são as mesmas, mas o viés é diferente.

Fica claro que as últimas tendências historiográficas desestimulam a discussão, sob uma ótica sócio-econômica³⁹, do processo de integração do espaço oriental missioneiro, como é a proposta da dissertação. Pouco progresso se fez nesta área em relação às décadas anteriores.

Alguns textos, todavia, trouxeram contribuições importantes, mostrando que já existe uma espécie de “consciência historiográfica” quanto à importância do passado missioneiro para a formação do Rio Grande do Sul. Souza (1993), por exemplo, em um artigo em tom de polêmica, discute o legado e o patrimônio histórico missioneiro. Tratando de todo o espaço missioneiro, escreve: “*As Missões jesuítico-Guarani dos séculos XVII e XVIII delinearam um dos primeiros e marcantes capítulos na formação histórica das sociedades atuais da América do Sul.*” (SOUZA, 1993, p. 448).

Questiona a experiência missioneira “[...] enquanto formadora de um substrato genético e histórico comuns [...]” (ID., p. 448).

Entretanto, entende a integração missioneira como inserida em um processo de enfrentamento entre a expansão européia do “barbarismo civilizado” e as sociedades indígenas em geral (ID.). Seu raciocínio aproxima-se de uma dicotomia civilização/barbárie “subvertida”, distanciando-se do que, ao nosso ver, é o problema principal: a formação e expansão do capitalismo.

³⁹“Quando estudou a estrutura econômica ou a estrutura de classes das sociedades, a história realmente deixou pouco espaço para a compreensão do sujeito diante delas. Além disso, determinadas lógicas não materiais, ou lógicas simbólicas, também passaram despercebidas. Penso que estas razões explicam, em certa medida, o sucesso das temáticas em torno do cotidiano ou da subjetividade.

Seguindo este raciocínio, não pode perceber a importância da desintegração das Missões nos processos regionais de *acumulação* de capital. Destaca assim, exclusivamente, o aspecto destrutivo da expansão do “barbarismo civilizado”, não atendendo ao *sentido último* desta destruição.

Todo o esforço produtivo, das populações guarani missionarizadas pelos jesuítas, tornou-se *sem sentido, despropositado*, já que a singular experiência comunitária das Missões foi *destruída*, tão logo os descendentes de europeus tivessem assegurado o cerco “civilizado” àqueles territórios. (grifo nosso) (ID., p. 145).

Outro autor que tratou recentemente do problema de integração do espaço oriental missioneiro, ainda que seu trabalho esteja centrado na Vila de São Borja, foi Flôres (1996). Apesar de considerar a continuidade da experiência missioneira e a reorganização do espaço oriental missioneiro, por alguns momentos, parece repisar a tese do espaço vazio, provavelmente por influência da historiografia tradicional:

Com o fim da guerra movida aos guaranis reduzidos, não restou à Portugal e Espanha outra alternativa de ocupação humana da região, através do seu povoamento. Esse coube a colonos e soldados espanhóis, que penetraram na região em função da destruição das reduções. (FLÔRES, 1996, p. 42).
Afora a posição geográfica, a área [de São Borja] oferecia poucos atrativos. Era uma realidade, de pleno conhecimento de portugueses e espanhóis, a decadência e a diminuição do número de indígenas e da devastação dos rebanhos. Além disso, o gado era riqueza que se estendia por todos os limites da Bacia Platina, portanto não seria um produto que merecesse tantos esforços de conquista. (ID., p. 52).

Além disso, uma vez que seu trabalho baseou-se nas atas da Câmara de São Borja, o seu recorte centra-se no meio urbano daquela cidade, não atendendo a amplitude do espaço oriental missioneiro integrado à economia sul-rio-grandense.

Há uma espécie de convicção generalizada sobre os fenômenos macro-estruturais segundo a qual eles não corresponderiam à ‘vida real’, não teriam ‘carne e sangue’.” (grifo nosso) (FICO, 1994, p. 120).

O estudo da historiografia sul-rio-grandense permite-nos tirar algumas conclusões:

Em primeiro lugar, observamos uma total ausência de obras sobre a temática prevista nesta dissertação, existindo alguns poucos trabalhos que vislumbram a importância da integração do espaço oriental missioneiro para a economia e para a sociedade sul-rio-grandense em geral.

No que se refere à historiografia tradicional gaúcha, houve uma tendência clara para a própria negação desta *integração*, adotando-se uma idéia de *anexação* de um espaço vazio.

A historiografia recente, seja a de influência marxista da década de 80, ou de influências variadas da década de 90, não conseguiu superar totalmente estas teses, mesmo porque jamais centrou sua atenção, com a profundidade necessária, sobre o problema.

De nossa parte, esperamos justamente contribuir para a ruptura definitiva com a tese do espaço vazio, para a partir daí iniciar um debate profundo sobre o legado sócio-econômico do mundo missioneiro. Pretendemos também questionar as formas com que o capitalismo se afirmou no Rio Grande do Sul, apontando aspectos de sua gênese.

Nosso desejo não é o de escrever uma “obra definitiva”, mas o de suscitar polêmicas e chamar a atenção dos historiadores, bem como a da comunidade acadêmica em geral, sobre a importância do processo de integração do espaço oriental missioneiro para a constituição do Rio Grande do Sul moderno.

2. O ESPAÇO ORIENTAL MISSIONEIRO E O SISTEMA DE COMUNIDADE

Introdução.

Para entender a integração do espaço oriental missioneiro na economia sulina, faz-se necessário o estudo das atividades econômicas desenvolvidas e seu papel na própria organização do espaço. Para tanto, partimos do espaço anterior organizado pelo sistema de comunidade (2.1.), analisando como a produção e a circulação de produtos influenciou na formação do espaço oriental missioneiro. Em seguida (2.2.), visamos às transformações ocorridas no sistema, com a expulsão dos je suítas. No último item (2.3.), discutimos a conquista do espaço oriental missioneiro, historiando as transformações na organização da produção e circulação motivadas pela apropriação do espaço, no bojo do processo de acumulação primitiva.

Como os itens 2.1 e 2.2 tratam de um período anterior ao de nosso marco temporal, baseamo-nos em obras consagradas da historiografia que tratou do sistema econômico missioneiro, entre as quais se destacam Garavaglia (1978, 1982 e 1987), Maeder (1992) e Carbonell (1992). É claro que existem grandes diferenças de interpretação na historiografia que analisou a economia missioneira, que se refletem nos autores supracitados, porém, este

não é o espaço pertinente para grandes digressões sobre o assunto, visto que desviaríamos o enfoque pretendido.

Basta dizer que, referente à descrição das atividades produtivas desenvolvidas nos povos, não existem muitas diferenças de interpretação nas obras citadas. As polêmicas maiores são quanto à relação entre a estrutura missioneira e o mundo colonial. Neste caso, temos a posição de Garavaglia (1987), autor de inspiração marxista, que ressalta a participação dos Trinta Povos no mundo colonial, do qual fariam parte. Do outro lado temos Carbonell (1992), escritor jesuíta que tende a realçar a especificidade da sociedade missioneira quase como alheia às estruturas coloniais⁴⁰.

O nosso ponto de vista se aproxima de Garavaglia, contudo chamamos a atenção para a situação de autonomização e independência da economia missioneira perante o Antigo Sistema Colonial, fruto de suas contradições. Daí a divergência entre a produção missioneira, em que o mercado⁴¹ era socialmente periférico, e as produções coloniais, submetidas pelo capital comercial (ver ainda nota 10).

2.1. Sistema de comunidade, comunidade e regime de comunidade.

Os jesuítas espanhóis haviam conseguido um grande sucesso quanto ao aproveitamento das potencialidades econômicas da Região Platina. A produção guarani pré-colombiana, horticulora e de tecnologia neolítica, foi totalmente reorganizada com o

⁴⁰ Os autores jesuítas buscam realçar o aspecto humanístico e religioso do trabalho missional. Daí a dificuldade em reconhecer as Missões como fazendo parte do aparato de dominação representado pelo Antigo Sistema Colonial.

⁴¹ Quando falamos em *mercado*, no sentido amplo, estamos nos referindo a um local indefinido em que se realizam transações comerciais mediadas pelas lei de oferta e procura. Enquanto que nas economias capitalistas (ou nas economias coloniais típicas) o mercado é o fim último da produção (produção de valores de troca), em outras formações econômicas o mercado é o resultado apenas da comercialização de excedentes.

objetivo da extração de excedentes. Novas técnicas e relações de produção foram introduzidas, reorganizando a antiga comunidade guarani em torno de um novo regime de produção, que chamaremos de *regime de comunidade*.

O regime de comunidade caracterizava-se, basicamente, pela existência de um sistema de produção misto composto de *Abambaé* (produção particular) e *Tupambaé* (produção comunitária). O *Abambaé* era a roça pessoal do indígena produzida sem fins de acumulação, com a mão-de-obra centrada na família nuclear.

Já no *Tupambaé* o trabalho era coletivo (roças comunitárias, criação de gado, produção artesanal e têxtil, colheita da erva, etc.), existindo “[...] *um racionalismo aplicado na economia comunal, dirigido pelos jesuítas no sentido de uma reflexão crítica na seleção dos meios, na planificação a longo prazo e mesmos princípios de cálculo na direção dos negócios.*” (KERN, 1982, p.79).

A organização da produção em um sistema misto de propriedade provocava a separação clara entre trabalho excedente e trabalho necessário:

A organização da produção faz com que o trabalho necessário e o trabalho excedente *não coincidam no tempo e no espaço*. Os produtores diretos trabalham no chamado *abambaé* (terra do homem) durante alguns dias da semana; o produto deste trabalho está destinado ao sustento do produtor direto. Durante o resto das jornadas os produtores trabalham no *tupambaé* (terra de Deus), e o produto deste trabalho é destinado ao usufruto comunitário. (grifos no original) (GARAVAGLIA, 1978, p. 256).

O regime de comunidade também introduziu uma incipiente divisão social do trabalho, com a formação de oficiais artesãos (oleiros, padeiros, carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões, músicos, etc.) que se especializaram na manufatura dos objetos mais complexos, ainda que mantivessem o trabalho no *Abambaé*. Também havia uma espécie de “burocracia indígena”, caciques, corregedores, cabildantes imitando a administração das

idades coloniais espanholas, que tinham a tarefa de administrar os povos, fiscalizar o trabalho⁴² e cuidar da distribuição dos produtos armazenados (GARAVAGLIA, 1987).

O excedente era apropriado, em linhas gerais, pela burocracia indígena⁴³, pela Companhia de Jesus e pela própria Coroa, que o apropriava através de tributos (GARAVAGLIA, 1978).

Mesmo o acesso à terra e ao gado só era possível quando se fazia parte da comunidade, pois o conceito de propriedade privada, como o entendemos modernamente, não pode ser aplicado ao Abambaé, “[...] *temos de concluir que a única propriedade do solo pertencia à comunidade*⁴⁴ *que possibilitava seu desfrute pacífico a todos.*” (CARBONELL, 1992, p. 170, trad. nossa). De certa maneira, o indígena estava preso ao *pueblo*, sendo castigado em caso de fugas⁴⁵.

Com a expansão das reduções, este regime reproduziu-se em dezenas de comunidades⁴⁶ na América Platina. Por conseguinte, formou-se um amplo sistema abarcando a produção, o abastecimento interno e a circulação de mercadorias, que chamaremos de *sistema de comunidade*.

⁴² A fiscalização do trabalho era rigorosa, como atestam os próprios jesuítas: “*Os mais capazes [...] que nos povos chegam ser a quarta parte, semeiam e colhem abundantemente; porém o restante é preciso açoitá-los uma e mais vezes para que semeiem e colham o bastante [...]*” (CARDIEL *apud*: GARAVAGLIA, 1987, p. 159, trad. nossa).

⁴³ Apesar de não existirem “classes sociais” nas comunidades missionárias, a burocracia indígena (cooptada entre as famílias dos antigos caciques pré-reduções) mantinha um prestígio sócio-econômico maior perante o resto da comunidade (ver GARAVAGLIA, 1987, pp. 153-155).

⁴⁴ A propriedade comunitária da terra estava submetida, em última instância, ao Rei da Espanha, numa concepção medieval do direito canônico quanto à propriedade do solo. Essa submissão ficou clara no momento do Tratado de Madri (1750).

⁴⁵ Sobre as fugas das Missões, ver Neumann (1996).

⁴⁶ Quando falarmos em *comunidade*, estamos nos referindo à unidade produtiva (baseada no regime de comunidade) de uma redução específica, por exemplo a comunidade de São Miguel.

O sistema de comunidade consistia em uma totalidade estrutural e histórica que estendia sua influência para toda a região platina. Era formado pelas comunidades que faziam parte daquilo que se convencionou chamar de *Trinta Povos das Missões*.

O espaço orientado pelo sistema de comunidade era extremamente amplo (mapa 3). Para cada comunidade, existia um núcleo urbano em que residiam os indígenas e onde se mantinham as oficinas coletivas e os edifícios administrativos. Em torno, estavam as pequenas e grandes chácaras: as primeiras correspondiam ao Abambaé e as segundas ao Tupambaé.

Além disso, para complementar a alimentação guarani, os jesuítas organizaram dois tipos de estâncias: as grandes estâncias de reprodução de gado, geralmente muito longe dos *pueblos*, e as pequenas estâncias de abastecimento, localizadas em menor distância do núcleo urbano. No caso do espaço oriental missioneiro as primeiras situavam-se nos campos ao sul do Ibicuí e as segundas no território que, mais tarde, pertenceu à província de Missões⁴⁷.

Estas estâncias, em regra, possuíam uma organização muito simples: uma capela no centro, rodeada das casas dos índios residentes (posto indígena), poços, currais etc. Apesar de não serem cercadas, ocorria todo um cuidado no manejo dos rios e arroios (os valos), além de usarem plantas com espinhos e árvores derrubadas para limitar os espaços das estâncias (LA SALVIA, 1988 e FLORES, 1983). Para o transporte do gado havia “[...] *uma malha de estradas e comunicações e, de pontos em pontos, núcleos de apoio para as tropas em movimento.*”⁴⁸ (LA SALVIA, 1988, p. 196).

⁴⁷ Ver mais sobre a pecuária missioneira no item 3.1 da dissertação.

⁴⁸ O espaço missioneiro foi amplamente “humanizado” pelo trabalho coletivo guarani em atividades que incluíam construir barcas e canoas para o transporte de mercadorias, fazer pontes, abrir e reparar caminhos e cavar valos, que podiam ser “de muitas léguas”, para delimitar os campos (ver GARAVAGLIA, 1987, p. 160).

A exploração de ervais silvestres⁴⁹, localizados no espaço missioneiro, também era de grande importância para a economia missioneira: além do consumo interno dos índios guarani (que antes do contato com o branco usavam a erva-mate com fins cerimoniais), era uma importante fonte de receita para os povos (GARAVAGLIA, 1983, 1987).

A necessidade de pagar tributo em prata incentivou ainda mais a produção de erva-mate. Os povos missioneiros tinham praticamente o monopólio de um tipo especial de erva, a *caaminí*, que distintamente do tipo comum, a *yerba de palos*, era de produção mais cuidadosa e refinada, alcançando maior preço no mercado interno hispano-americano. No século XVII, os missioneiros detinham de 15% a 25% do mercado de erva-mate do litoral platino (GARAVAGLIA, 1987).

Além da erva-mate, outras mercadorias (excedentes do Tupambaé) produzidas sob o regime de comunidade tiveram um importante papel para o consumo interno da região platina e do Alto Perú. De acordo com números do século XVIII, as principais foram lenços de algodão (com uma participação de 60% a 90% do mercado litoral platino), açúcar (30% a 60% do comercializado em Buenos Aires e Santa Fé), tabaco (15% a 30% do mesmo) e couros em pêlo (na segunda metade do século XVIII 10% do exportado para Europa era de origem missioneira) (GARAVAGLIA, 1987).

Tanto a erva-mate como as demais mercadorias eram comercializadas nas cidades próximas, como Buenos Aires e Santa Fé, através dos Ofícios, espécie de representantes comerciais da Companhia de Jesus na sociedade colonial.

⁴⁹ A exploração dos ervais silvestres, localizados a grandes distâncias das comunidades, requeria muito tempo de trabalho, tanto para a extração como para o transporte. Em vista disso, um bom número de comunidades cultivou, com sucesso, ervais nos próprios povos.

Todavia, este comércio não significou *uma submissão da produção missioneira ao capital comercial*, destoando dos sistemas produtivos coloniais típicos, nos quais a produção não-capitalista estava submetida ao mercado. Os produtos comercializados, com a exceção da erva *caaminí*, eram produzidos para o consumo próprio dos índios, sendo comercializado o seu excedente. Seu valor, em essencial, era de *uso*⁵⁰, e o mercado era *socialmente periférico*⁵¹. Na verdade, seria mais fácil afirmar o contrário: que o mercado do litoral platino dependia das comunidades, especialmente quanto aos lenços de algodão que vestiam boa parte da população local.

O regime produtivo missioneiro era relativamente homogêneo, pois o sistema de comunidade era organizado visando a auto-suficiência no conjunto (CARBONELL, 1992). Praticamente todos os produtos de consumo básico dos índios guarani eram produzidos pelas comunidades⁵².

Mesmo assim, havia certas especializações dentro do sistema de comunidade de acordo com o ambiente ocupado pelos povos, que tinha diferentes potencialidades

⁵⁰ *Valor de uso*: a produção de um bem útil que tem valor apenas para o uso. *Valor de troca*: a produção de um bem tendo em vista a sua realização no mercado. “No âmbito da produção capitalista o valor de uso assume determinações sociais específicas, que configuram sua função no interior da produção e da circulação do próprio valor de troca. A relação entre o valor de uso e valor de troca é uma relação de subordinação. O valor de uso constitui o ‘suporte material’ do valor de troca. O valor criado no processo produtivo deve transformar-se em valor de troca mediante sua realização no mercado.” (verbete valor de uso In: SANDRONI *et alii*, 1985, p. 446).

⁵¹ “[...] nas reduções jesuíticas [...] se comercializa o resto uma vez realizado o reparto de redistribuição.” (GARAVAGLIA, 1987, p. 164, trad. nossa).

⁵² “Se pudéssemos quantificar a inversão média anual [...] nos povos guarani o excedente originado pelas vendas fora dos mesmos povos seria uma porcentagem mínima dessa mesma inversão média. [...] O trabalho coordenado e a ocupação do potencial produtivo [...], explicam fundamentalmente a formação do capital.” (CARBONELL, 1992, p. 180, trad. nossa). Ver também Garavaglia (1978, p. 125).

econômicas. Garavaglia (1987) identificou quatro regiões, de acordo com as mercadorias enviadas para os Ofícios:

Região I: (Povos de Mártires, Santa Maria, San Javier, Apóstoles, Concepción, São Nicolau, São Luís, Santo Ângelo, São Lourenço e São Miguel): Composição em termos monetários dos envios a Buenos Aires (1731-67) e Santa Fé (1730-45): 52% lenços de algodão, 42% erva-mate, 5% tabaco e 1% couros.

Região II: (San Cosme, Jesús, Trinidad, Candelaria, Corpus, Loreto, Itapua, San Ignacio Miní e Santa Ana). 73% erva-mate, 14% lenços de algodão, 10% couros e 2% tabaco.

Região III: (Santo Tomé, São Borja, La Cruz e San Carlos). 59% erva-mate, 38% lenços de algodão e 3% tabaco.

Região IV: (San Ignacio Guazú, Santiago, Santa Rosa e Nuestra Señora de Fe). 62% erva-mate, 20% tabaco, 8% açúcar, 7% lenços de algodão e 3% produtos variados.

Há ainda o caso específico de **Yapeyú**, que não pôde ser incluído em nenhuma destas regiões, devido a uma *sui generis* predominância do couro (66%), seguido pela erva 29%, lenços de algodão 3% e tabaco 2%.

2.2. O sistema de comunidade sob a administração espanhola: Transformações qualitativas.

Com a expulsão dos jesuítas em 1768, o sistema de comunidade transformou-se profundamente. Na ausência de uma legislação alternativa ao regime jesuítico, o governador

de Buenos Aires, Bucareli, foi buscar em uma legislação portuguesa, *O Diretório*, a inspiração para as transformações necessárias nos Trinta Povos (MAEDER, 1992)⁵³.

Ainda que se tenha mantido a estrutura elementar do *regime de comunidade*, foram promovidas transformações profundas na circulação de mercadorias, alterando pois o *sistema de comunidade*. No lugar dos jesuítas foram colocados administradores laicos para cada povo, os quais recebiam 8% do produto comercializado (GARAVAGLIA, 1978).

Foi incentivada a comercialização do produto particular, enquanto que o comércio da produção coletiva manteve-se centralizado em um órgão chamado *Administração Geral das Missões* em Buenos Aires.

Facilitou-se o recrutamento da mão-de-obra indígena pelos colonos⁵⁴ com a permissão do livre trânsito dos brancos nas reduções. Também os mercadores passaram a transitar pelas reduções, podendo comerciar diretamente com os índios.

Estas transformações na circulação das mercadorias, bem como a desorganização da produção provocada pela troca dos jesuítas por administradores laicos, fragilizou o sistema de comunidade⁵⁵. Como o lucro dos administradores aumentava com um maior volume de comercialização, era incentivada a produção para o comércio em detrimento do consumo. O

⁵³ O Diretório havia sido formulado em 1758 inicialmente para as aldeias indígenas do Pará e do Maranhão, que se encontravam sem administradores em decorrência da expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses. Em relação ao regime da produção indígena que no momento nos interessa, o Diretório promoveu a produção de mercadorias de maior demanda pela sociedade branca e facilitou o acesso do colono à mão-de-obra indígena, em detrimento do regime coletivo da aldeia (ver O DIRETÓRIO In: ALMEIDA, 1997).

⁵⁴ Os colonos a que nos referimos eram castelhanos ou luso-brasileiros, pecuaristas ou agricultores que se estabeleceram nas terras missioneiras a partir da segunda metade do século XVIII; não confundir portanto com os colonos alemães ou italianos que vieram bem mais tarde à região platina e ao Rio Grande do Sul.

⁵⁵ “Aos que exerciam cargos somavam-se seus negociantes e pretendentes, gravitando sobre a economia, cada dia mais débil, das reduções [...]” (CARBONELL, 1992, p. 292, trad. nossa).

resultado foi a submissão do sistema de comunidade e das próprias comunidades aos mercados regionais.

Como atestam os trabalhos sobre o período que segue à expulsão dos jesuítas, a submissão da comunidade ao mercado teve conseqüências funestas para a maioria da população guarani. Por exemplo: “[...] [o] aumento do tempo de trabalho excedente em relação ao necessário, *obrigando o produtor direto a entregar maior sobretrabalho, aumentando o tempo laboral supostamente dedicado à comunidade.*” (grifo no original) (GARAVAGLIA, 1978, p. 269).

A venda de erva e de lenços implicava a diminuição do consumo de erva nos próprios povos, abandono das sementeiras comunais, aproveitamento imediato dos recursos ganadeiros para o consumo, dedicação maior à atividade têxtil. [...]

As necessidades prioritárias da população já não guiavam as atividades econômicas [...] (CARBONELL, 1992, p. 295, trad. nossa).

Estas transformações na organização no sistema de comunidade concorreram também para o fortalecimento da “burocracia indígena”, que passou a explorar os outros indígenas:

Dos corregedores e cabildantes apontava-se seu mal exemplo, sua tolerância com as faltas e aproveitamento próprio do trabalho alheio: “os que governam – dizem em Santa María la Mayor – querem ter mais que os particulares sem trabalhar e fazem trabalhar suas chácaras” por outros que “não têm chácaras”; o corregedor de San Francisco Javier “tem tanta chacara como o povo e a faz trabalhar pelos pobres” [...] (MAEDER, 1992, p. 74, trad. nossa).

O avanço da pecuária comercial agravou ainda mais a crise enfrentada pelo sistema de comunidade. A pecuária indígena era paulatinamente desorganizada com as constantes *arriadas* (termo regional que significa juntar gado xucro para transportá-lo) de gado nas estâncias comunais (ver cap. 3).

A situação caótica em que foram mergulhadas as reduções levou à tentativas de reformulação da política indigenista. Gonzalo de Doblas (tenente governador do departamento de Concepción⁵⁶), Miguel de Lastarria (secretário do vice-rei do prata Avilés), Félix de Azara (comissário da terceira partida da demarcação de limites do Tratado de Santo Ildefonso), entre outros, propunham a supressão do trabalho em comunidade, assentando os guarani em pequenas e médias propriedades, garantindo com isso a povoação e posse do território missioneiro perante a frente de expansão portuguesa⁵⁷. O índio deveria ser liberado da comunidade para aconchavar-se livremente com os proprietários rurais brancos que começavam a cercar as Missões. Estes planos foram interrompidos pela conquista portuguesa dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai (1801) e pelos conflitos fronteiriços que se sucederam aos processos de Independência dos países platinos (ver tábua cronológica).

A submissão do sistema de comunidade ao mercado e a crise econômico-social em que foram mergulhadas facilitou a conquista das Missões Orientais pelos portugueses. A partir daí, estas reduções passaram a fazer parte da “História Nacional” brasileira com contornos próprios que, de certa forma, às destacam das demais que continuaram a fazer parte do Império Espanhol. O recorte sobre as comunidades dos Sete Povos que faremos a partir de agora segue a uma questão metodológica que leva em conta as pretensões deste trabalho e o enfoque dado na integração do espaço oriental missioneiro ao Rio Grande do Sul.

⁵⁶ Juan José de Vértiz, governador de Buenos Aires, instituiu (1774) a divisão política dos Trinta Povos em cinco departamentos: Yapeyú, São Miguel, Santiago, Candelaria e Concepción. Com exceção de São Borja que fazia parte do departamento de Yapeyú, os Sete Povos estavam submetidos ao departamento de São Miguel.

⁵⁷ Sobre estes projetos, ver Garavaglia (1978) e principalmente Maeder (1992).

2.3 A política luso-brasileira para a província de Missões.

Os guarani, no momento da invasão de 1801 perpetrada pelos aventureiros portugueses José Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso, ficaram ao lado do invasor, engrossando as tropas portuguesas.

Com a sua conquista, as comunidades das Missões Orientais deixaram de fazer parte do circuito de produção e circulação dos Trinta Povos, sendo separadas definitivamente do sistema de comunidade que praticamente não funcionava mais. Para o mundo hispano-americano, a derrota militar em 1801 não significou apenas a perda dos Sete Povos: os luso-brasileiros conquistaram os campos ao sul do Ibicuí, onde se localizavam algumas das estâncias que pertenciam às comunidades de Entre-rios

A região abarcada pelos Sete Povos, com a conquista de 1801, foi transformada na província de Missões⁵⁸ (mapa1), possuindo um comandante geral para a província e um administrador para cada povo. As terras ao sul do Ibicuí ficaram fora de sua jurisdição, limitando a influência das comunidades dos Sete Povos (SILVA, 1916).

Entretanto, a troca de domínio não resultou na melhoria da sorte dos indígenas. A documentação é eloqüente quanto ao estado caótico em que foi mergulhada a região missioneira após a conquista.

Ainda em novembro de 1801, três meses depois da conquista, relatava Joaquim Felix da Fonseca Santos, recém nomeado administrador da província de Missões: “[...] *ficaram estes povos exauridos, suas estâncias desbaratadas e destituídas de gados, de animais e de*

⁵⁸ Apesar da região ser chamada de província, ela estava diretamente submetida ao governo da Capitania de Rio Grande de São Pedro.

tudo [...].⁵⁹ Thomaz da Costa Corrêa Rabello Silva, comandante geral da província de Missões nos anos de 1808 e 1809, em uma memória oferecida ao Visconde de Linhares realçava o estado de pobreza da população guarani:

A província de Missões [...] é na situação atual um teatro de miséria; e seus principais povoadores, os índios Guaranys, são por todos os princípios os entes mais desgraçados. (SILVA, 1916, p. 157).

[...] muitos de seus habitantes têm morrido de fome, passando até pela miséria de comerem garras de couro. (ID., p. 160).

O perigo de um contra-ataque espanhol e as constantes trocas de comandante geral dificultaram a formação de uma política ordenada para a organização dos indígenas. As tropas constantemente acampadas nas reduções e o desvio de mão-de-obra para as milícias desorganizaram ainda mais a economia missioneira, despovoando os povos e suas estâncias⁶⁰.

Nas crônicas da época são constantes as reclamações sobre os administradores dos povos, sendo acusados de toda a sorte de arbitrariedades e roubos contra os indígenas. Em 1809, por exemplo, Francisco das Chagas Santos comandante geral de 1809-1820, tecia o seguinte comentário sobre os administradores:

[os administradores] [...] têm destruído os povos em grande parte [...] dilapidando e roubando impunemente o que têm podido, oprimindo os infelizes guaranis, castigando-os arbitrariamente com rodas de pau e cipoadas, talvez pior do que se fossem seus escravos, obrigando-os ao trabalho sem nada lhes pagarem mais do que de comer, e muito mal, e algumas varas de pano de algodão anualmente [...]⁶¹

⁵⁹ AHRS A.M., L-160, M-01, 22/11/1801, Joaquim Felix da Fonseca Santos.

⁶⁰ O processo de dilapidação dos bens comunitários será analisado mais detidamente no próximo capítulo.

⁶¹ AHRS, A.M. L-162, M-02, 28/02/1810, Francisco das Chagas Santos.

Mesmo aos comandantes gerais, como aconteceu com João de Deos de Menna Barreto que ocupou este cargo nos anos de 1806-1807, eram seguidamente imputados o mau uso do patrimônio das comunidades⁶².

Além disto, em 1803 o governador Paulo Jose da Silva Gama permitiu o livre trânsito dos guarani para “[...] *baixar ao Rio Pardo a seu negócio e estabelecerem-se com suas famílias aqueles que isto lhes convier [...]*”⁶³. Muitos indígenas abandonaram o trabalho comunitário, tentando melhor sorte em outras regiões do Rio Grande do Sul.

Com o fim dos sistema de comunidade, os povos que formavam os Sete Povos tenderam a estreitar uma relação direta com os comerciantes luso-brasileiros, isolando-se uma das outras. A perda de suas bases produtivas (mão-de-obra, terrenos e gados das estâncias, chácaras, etc.) colocou os povos em estado de falência. Dessa forma, as suas produções especializaram-se em produtos de fácil comercialização, com os quais negociavam as mercadorias que outrora eram produzidas pelos próprios índios. Em 1810, por exemplo, o gado era obtido mediante a troca de panos de algodão produzidos nos teares comunitários⁶⁴.

A desorganização da produção, a redução crítica da população, o fim do sistema de comunidade e o estado lastimável em que se encontravam os índios, nos levaria a acreditar que também o regime de comunidade deveria ser abolido. No entanto, não foi isso o que aconteceu.

⁶² Ver as acusações feitas pelo Frei João Baptista dos Prazeres contra João de Deos Menna Barreto, contidas em AHRS, A.M., L-162, M- 01, 11/08/1808, Thomas da Costa Correa Rabello da Silva.

⁶³ AHRS, A.M., L.-160, M-02, 15/03/1803, Carta anexada: Patrício José Correia da Câmara – Joaquim Felix da Fonseca,.

⁶⁴ AHRS, A.M., L-162, M-02, 08/08/1810, Francisco das Chagas Santos.

Thomaz da Costa Corrêa Rabello da Silva, por exemplo, era contra o abandono do trabalho em comunidade, considerando-o indispensável, pois os índios postos em liberdade cairiam na vadiagem e no roubo (SILVA, 1916). Em seu curto governo, pouco fez para mudar a situação da província.

Já Francisco das Chagas Santos, mostrava-se contrariado quanto à comunidade, modificando o seu funcionamento:

Conhecendo eu o vicio e grande desordem das sobreditas comunidades e administrações, [...] bem quisera eu destruir de uma vez, se pudesse, semelhante sistema de governo; mas como as mudanças desta natureza não podem ser repentinas, tenho me amoldado por ora [...] modificando-a [...] tenho declarado em todos os Povos, que a verdadeira comunidade é pagar a quem trabalha: que os guaranis são tão livres como os demais vassallos de S.A.R., e como tais devem desfrutar de seu trabalho [...] *aos mais laboriosos que trabalham em suas chácaras, como tenho insinuado, mando agregar os menos ativos*; devendo cada um dos chacreiros concorrer anualmente com 12 arrobas de algodão de caroço para as despesas públicas dos seus Povos [...] (grifo nosso)⁶⁵.

Como é possível notar no fragmento acima citado, Francisco das Chagas Santos incentivou o abandono gradual do trabalho em comunidade⁶⁶, constringendo os “menos ativos” a servirem aos “mais laboriosos”. Mesmo assim, o tributo em algodão ajudava a manter a comunidade, permanecendo como um meio de obter sobretrabalho do índio.

Outra medida tomada por Francisco das Chagas Santos foi solicitar ao governador da Capitania que suspendesse a permissão aos guarani para migrarem à Rio Pardo: “[...] é necessário embarçar com suavidade a saída de grande número de habitantes em um país, e

⁶⁵ AHRS, A.M., L-162, M-02, 28/02/1810, Francisco das Chagas Santos.

⁶⁶ O comandante da província no ano de 1821, Antonio Jose da Silva Paulet, escreveu que a prática de dar terras e liberar os índios da comunidade já vinha desde os tempos das administrações jesuítica e espanhola. Acreditamos ser esta informação errônea, fruto de uma confusão entre as pequenas concessões feitas no final do século XVIII pelos administradores espanhóis e uma política uniforme. Ver AHRS, A.M., L-174, M-01, 01/08/1821, Antonio Jose da Silva Paulet.

muito principalmente onde há falta de gente, e [sic] se pretende fomentar a indústria, a agricultura etc.”⁶⁷.

Ou seja, os índios que não abandonaram os seus povos permaneceram constringidos a trabalhar nas comunidades que já não garantiam seu bem-estar, podendo ser impedidos de sair da província de Missões.

Na verdade, o regime de comunidade era um meio extremamente bem sucedido e lucrativo de obter produtos importantes para o mercado interno, dos quais a erva-mate e os panos de algodão eram os principais. Não temos dados para a produção de algodão e de erva-mate nos povos. Entretanto, Chaves (1978), em memória publicada originalmente em 1822, calculava uma exportação de no mínimo 350.000 arrobas (5.141.150 kg) de erva para aquele ano. É verdade que no ano de 1822 o Rio Grande do Sul foi favorecido pela retração no comércio da erva do Paraguai provocada pelo fechamento da fronteira daquele país devido aos conflitos de limites entre as recentes repúblicas latino-americanas. Antes disso a produção de erva era praticamente voltada para o mercado interno. De qualquer forma, como os indígenas eram os maiores produtores de erva⁶⁸, os dados mostram a importância da produção da comunidade⁶⁹.

Em torno da decadente produção missioneira organizou-se uma economia de rapinagem e, com ela, toda uma classe de interesses quanto à exploração das comunidades.

⁶⁷ AHRS, A.M., L-162, M-02, 16/08/1809, Francisco das Chagas Santos.

⁶⁸ Antonio José da Silva Paulet, comandante geral de 1821-1822, conseguiu do governador, João Carlos de Saldanha, a proibição da exploração dos ervais da província de Missões por “extra-naturais”. Entretanto, dificilmente isto poderia ser fiscalizado. AHRS, A.M., L-176, M-01, 01/03/1822, Antonio José da Silva Paulet. Além dos índios das Missões sabemos que os da aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, localizada nas imediações daquela vila, também produziam erva.

⁶⁹ Uma arroba de erva-mate, no momento da exportação custava 1\$000 réis (CHAVES, 1978).

Também eram os Sete Povos que arcavam com boa parte dos esforços de guerra e de defesa da fronteira da província com os países platinos. Nos anos em que se desenrolou a crise da Cisplatina (1810-1822, ver tábua cronológica), 600 milicianos guarani estiveram em alerta, em detrimento do trabalho comunitário e vestidos às custas dos povos⁷⁰.

Em médio prazo, todavia, o projeto português para a província consistia em substituir os indígenas por brancos. Escrevia sobre isso em 1809 Manoel dos Santos Pedrozo, um dos líderes da conquista do território: “[...] se podem povoar as terras de Missões com casais [...] repartindo-se por eles as casas, justando-se os naturais com os mesmos [...]”⁷¹.

Já Francisco das Chagas Santos, justificando-se de queixas quanto a sua atitude de expulsar alguns intrusos que se estabeleciam nos terrenos das comunidades, escreveu:

Nunca duvidei Exmo. Snr. de ser mais conveniente ao Estado que a força da população do território de Missões seja de portugueses que de índios; e estou tão persuadido da advertência que V. Exa. me faz a este respeito, que pratico as diligências possíveis para que hajam muitos habitantes portugueses neste país, sendo bem notório o agasalho com que recebo os paulistas que vêm chegando e se vão estabelecendo por aqui: Se disserem a V. Exa. o contrário, não podem ter outro fundamento que o de verem com desprazer [...] que eu me oponho e procuro reprimir os roubadores do trabalho dos índios [...]⁷².

Mais tarde, reafirmou a importância do estabelecimento de brancos naquela província:

Será muito útil em todo o sentido, que se estabelecessem [sic] naquela província muitas famílias de agricultores, dos quais aprendessem os índios os meios de tirar de cada terreno os frutos mais vantajosos e, por

⁷⁰ AHRS, A.M., L-168, M-03, 22/05/1814, Francisco das Chagas Santos.

⁷¹ Correspondência anexada em AHRS, A.M., L-162, M-02, 04/09/1809. Patricio Jose Correa da Camara.

⁷² AHRS, A.M., L-162, M-02, 27/07/1810, Francisco das Chagas Santos.

consequente, a serem mais laboriosos; o que aumentaria a povoação [...] ficando mais trabalhadores e inclinados à indústria os guaranis [...]⁷³.

O comandante que se seguiu a Francisco das Chagas Santos, Antonio José da Silva Paulet, em testemunho a Saint-Hilaire, reforçou esse compromisso, fazendo inclusive um prognóstico em relação ao futuro dos indígenas.

À saída dos índios das Missões corresponde a entrada de novos brancos; as raças confundem-se e mestiços sem virtudes e sem amor ao trabalho terminarão por tomar o lugar dos brancos e dos índios. Mas os primeiros serão em parte renovados pela chegada de europeus, de paulistas e mineiros, *sendo possível o desaparecimento dos Guaranis ao fim de uma ou duas gerações*. (grifo nosso) (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 128).

É bem possível que a criação de uma Vila no povo de São Luiz, como se pretendeu fazer em 1817, assim como a formação, já em 1824, de uma colônia de alemães neste mesmo sítio, visassem a atender esse projeto de aumento da população branca. Porém, as constantes invasões estrangeiras sobre aquele território dificultavam a conclusão de qualquer projeto maior de colonização.

De forma alienada e, portanto, plena de contradições e encobrimentos ideológicos, o processo de acumulação primitiva se manifestava através dos executores da política indigenista. Aliás, nada mais natural, visto que estes funcionários Reais faziam parte da classe ascendente, ligada à agropecuária comercial.

A contradição entre a forma que tomava a política indigenista e o seu conteúdo estrutural se manifestava da seguinte maneira: ao mesmo tempo em que era mantido o

⁷³ AHRS, A.M., L-168, M-03, 22/05/1814, Francisco das Chagas Santos.

regime de comunidade, a população branca se estabelecia na região sob o patrocínio Real, utilizando-se das terras, do gado e do trabalho furtados às comunidades⁷⁴.

É certo que a cada ano que se passava mais indígenas abandonavam os povos para fugirem do trabalho em comunidade. Paulet escreveu que durante a guerra precedente contra Artigas todo o trabalho centrara-se na produção dos fardamentos. Com suas estâncias despovoadas e com pequena produção de alimentos agrícolas, a ração que dava-se aos indígenas como pagamento reduziu-se ao mínimo, provocando a fuga dos mesmos e reduzindo a população submetida à comunidade a mulheres, crianças e velhos⁷⁵.

O comentário de Saint-Hilaire, em passagem pela região em 1822, sobre São Luiz, certamente encaixa-se a todas as reduções: “*A comunidade existe ainda entre eles, porém teoricamente, pois nada há a dividir* [apenas o trabalho, podemos acrescentar]. [...] *No momento há cerca de 25 índios, todos velhos, empregados nos trabalhos da comunidade.*” (SAINT-HILAIRE, 1974, pp. 145-146).

Paulet ainda tentou refortalecer as comunidades, protegendo os bens dos indígenas:

[...] é de extrema precisão que se faça recolher às suas próprias aldeias em que foi seu nascimento todos os índios dispersos [...] Além deste passo indispensável (que seguramente deve ter grande oposição da parte de quantos costumam desfrutar como escravos [...] *é necessário conservar-lhes e reivindicar-lhes seus campos para formarem as correspondentes estâncias* [...]). (grifo nosso)⁷⁶

⁷⁴ Daí porque os contemporâneos não compreenderam a dissolução da sociedade missioneira, levando Paulet a apelar para metáfora da “mão oculta” de Adam Smith (ver texto citado na epígrafe da dissertação).

⁷⁵ AHRS, A.M., L-174, M-01, 01/04/1821, Antonio Jose da Silva Paulet e AHRS, A.M., L- 176, M-01, 01/05/1822, Antonio Jose da Silva Paulet.

⁷⁶ AHRS, A.M., L. 176, M-01, 01/05/1822, Antonio Jose da Silva Paulet.

A correspondência de Paulet contém diversas informações sobre pedidos particulares de terrenos que pertenciam às comunidades. A todas o comandante recomendava negar a concessão para aqueles terrenos serem arrendados em favor das comunidades⁷⁷.

Todavia, sua posição acabou desagradando a muitos moradores portugueses que pediram à Junta Governativa da Capitania o seu afastamento⁷⁸. Mesmo contra a sua vontade, Paulet foi substituído por João Pedro Cesar, que assumiu o governo da província em 1823. A troca deve ter surtido efeito, uma vez que na correspondência de João Pedro Cesar existem dezenas de informações sobre pedidos de terrenos aos quais o comandante acenou positivamente⁷⁹ (trataremos mais detidamente sobre o assunto no próximo capítulo).

A população indígena submetida às comunidades continuava a reduzir-se. Em 1822, sob Paulet eram 2.350 índios (CHAVES, 1978), em 1825 sob João José Palmeiro eram 1.847 (FLORES, 1983), em 1827, na administração de Manuel da Silva Pereira Lago, reduziam-se para 1.259 (LAGO *In*: RAPERGS, 1921).

Restavam poucos índios nas reduções no momento (1828) em que Frutuoso Rivera invadiu o território e levou consigo para povoar Bella Union centenas de famílias. Apenas algumas poucas dezenas ficaram para serem empregadas nas comunidades, e mesmo assim Manuel da Silva Pereira Lago insistia em reviver o moribundo regime de comunidade com um punhado de pessoas:

Os povos Exmo Snr. [depois da invasão de Frutuoso Rivera] ficaram inteiramente abandonados, o povo de São Nicolau e Santo Anjo estão completamente desertos, porém o de São João, São Miguel, São Lourenço, São Luiz e São Borja têm se reunido alguns índios que voluntários têm

⁷⁷ Ver as diversas correspondências sobre o assunto contidas em AHRs, A.M., L-174, M-01 1821, Antonio Jose da Silva Paulet e AHRs, A.M., L.-176, M-01, 1822, Antonio Jose da Silva Paulet.

⁷⁸ AHRs, A.M., L-176, M-01, 22/04/1822, Antonio Jose da Silva Paulet.

⁷⁹ Ver as informações sobre estes requerimentos em AHRs, A.M., L-178, M-5, 1823, João Pedro Cesar.

querido voltar para seus povos *nos quais conservo seus competentes administradores*, [...] é de muita precisão que estes índios vagabundos sejam recolhidos para seus povos [...] V. Exa. mais que ninguém sabe que *os índios são filhos do rigor, assegurando eu a V. Exa. que é esta uma qualidade de gente que nada fazem [sic], sem que sejam obrigados [...] se larga mão deles são capazes de morrerem [sic] à miséria só por não trabalharem [...].* (grifos nossos).⁸⁰

É possível acreditar que realmente os guarani eram capazes de morrer à miséria por não trabalharem. Afinal, como já vimos, trabalhar ou não fazia pouca diferença para que morressem de fome. Seu trabalho era expropriado em prol dos administradores, da agropecuária comercial e dos interesses militares luso-brasileiros. Seu pagamento, quando havia, era uma pequena ração que não servia nem mesmo para sustentar sua família⁸¹. O regime de comunidade foi submetido ao mercado, perdendo seu caráter redistributivo.

Neste capítulo vimos como o processo de acumulação primitiva atuou sobre a economia missioneira, submetendo-a à sua própria lógica. Do choque entre continuidade e mudança, entre as estruturas legadas pelo sistema de comunidade e a agropecuária comercial, resultou uma síntese provisória, ou seja, uma economia baseada na rapinagem em que as comunidades missionieras mantinham ainda uma certa proeminência econômica (ver próximo capítulo, esp. pp. 61-62).

⁸⁰ AHRS, A.M., L-183, M-02, 1829, 16/09/1829, Manuel da Silva Pereira Lago.

⁸¹ O próprio comandante Paulet, em um relato registrado por Saint-Hilaire, reconhecia: “*O cidadão encarregado de administrar os índios somente o fará com intenção de se enriquecer à custa dos selvagens, como tem acontecido até agora, e os índios trabalharão de má vontade, visto reconhecer estarem trabalhando para outros.*” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 128).

Mesmo assim, ao cabo de nosso marco temporal, encontramos o espaço oriental missioneiro inteiramente transformado, com um novo tipo de sociedade se organizando. O sistema de comunidade já não existia, e o regime de comunidade produzia essencialmente valores de troca. No próximo capítulo estudaremos o estabelecimento da agropecuária comercial na região.

3. A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ORIENTAL

MISSIONEIRO: A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE LUSO-BRASILEIRA

NO TERRITÓRIO MISSIONEIRO

Introdução

O desenvolvimento das charqueadas no RS criou grande demanda pelo gado bovino, valorizando-o sobremaneira. A diminuição dos rebanhos e a necessidade de prover regularmente as charqueadas incentivou a sedentarização na estância e o gradual abandono da caça do gado xucro⁸².

A estância nesse momento subentendia a procriação do gado, dependendo de terras boas para o pasto; por consequência, a privatização dos rebanhos promoveu a privatização da terra. Como grande parte dos rebanhos bovinos e do bom pasto encontravam-se no espaço oriental missioneiro, organizado por um sistema de comunidade em decadência, o

⁸² “A motivação para ocupar este território [a região sudoeste do RS] por parte dos sul-riograndenses devia-se a presença de grandes rebanhos de gado em seus campos [...] Após a instalação das charqueadas na zona de Pelotas, este interesse aumentou e, junto com ele, o de privatizar suas terras. Ampliar o número de estâncias nesta área tornou-se o principal meio de abastecer a demanda de gado das charqueadas porque elas permitiam não apenas aumentar os rebanhos através da criação, mas também, facilitavam a realização do contrabando de gado procedente da campanha oriental.” (REICHEL, 1999, p. 14).

desenvolvimento da economia charqueadora sul-rio-grandense dependia da expropriação e dissolução do sistema de comunidade, com a decorrente apropriação privada e integração do espaço oriental missioneiro na economia sul-rio-grandense.

Esse processo pode ser dividido em duas fases: a primeira que vai, grosso modo, de 1801 até 1828 marcada por uma exploração predatória do gado e do próprio espaço, em que as diversas campanhas militares que se seguiram ao colapso da monarquia espanhola em 1808 (ver tábua cronológica) serviam de pretexto para saques de parte a parte, e em que os maiores prejudicados eram os índios⁸³. Já a segunda, que iniciou em 1828 e vai até a metade do século XIX⁸⁴, caracteriza-se por um desenvolvimento mais seguro da propriedade privada dos rebanhos e da terra e pelo estabelecimento e fixação da agropecuária comercial privada.

Desta maneira, organizamos o capítulo em duas partes: na primeira, tratamos mais da fase marcada pela exploração predatória, analisando a expropriação dos bens missioneiros, especialmente o gado e a terra, em prol da pecuária comercial. Na seguinte, nosso objetivo foi estudar a segunda fase em que ocorreu a reorganização da economia e do próprio espaço oriental missioneiro em torno da apropriação privada, especialmente da pecuária⁸⁵.

⁸³ Para José de Saldanha, comandante geral, não existia solução para os roubos e saques “[...] se[m] haver uma mudança quase geral dos povoadores desta conquista, que foram [1] para o interior dessa fronteira, substituindo para aqui outros de melhores costumes, pois por todo este âmbito o que mais se encontra são caloteiros e enredadores que contribuem para a total aniquilação a estes povos” AHRs, A.M., L-161, M-02, 9/06/1804, José de Saldanha. As autoridades luso-brasileiras não visualizavam a relação entre o saque e o crescimento da economia sul-rio-grandense, apesar de muitas terem participado da divisão do “espólio” missioneiro

⁸⁴ A Revolução Farroupilha (1835-45) não chegou a interromper esse processo. A região das Missões foi muito pouco influenciada pela rebelião e o sudoeste do RS, apesar de ter sido palco de algumas batalhas importantes, sempre esteve sob o domínio seguro dos farroupilhas.

⁸⁵ As fases do processo de integração do espaço oriental missioneiro não devem ser encaradas de maneira estanque, referindo-se apenas à dominância de uma ou outra num intervalo temporal.

3.1 A dilapidação dos bens das comunidades

O viajante francês Arsène Isabelle, passando em 1834 pelo caminho que costeia a Serra Geral das Missões à Santa Maria, ao descrever o pequeno povoado de São Vicente originado da estância missioneira de mesmo nome, teceu o seguinte comentário: “*Não passa, afinal, de uma estância, conservada por milagre nas mãos dos guaranis, e dependente da Missão de São Miguel.*” (grifo nosso) (ISABELLE, 1949, p. 239).

A frase de Isabelle aponta para uma questão que, de uma forma tangencial, foi levantada no capítulo anterior e será melhor desenvolvida aqui: a espoliação do patrimônio coletivo das comunidades.

Os rebanhos bovinos das estâncias missioneiras sempre foram de fundamental importância para o sistema de comunidade, alcançando maior relevância ainda para as comunidades dos Sete Povos. A administração espanhola aumentou ainda mais a dependência para com o fornecimento de carne bovina.

No início do século XVIII, o gado alçado (gado sem dono, gado xucro, gado *cimarron*) era trazido de grande vacarias (a Vacaria do Mar e a Vacaria dos Pinhais) para estâncias que localizavam-se perto das reduções. Estas estâncias tinham um caráter essencial de abastecimento: sua manutenção não era possível exclusivamente através do crescimento natural do gado, dependendo de arriadas regulares nas vacarias.

A exploração predatória do gado das vacarias pelos portugueses, espanhóis e índios pampeanos, obrigou os jesuítas a reorganizarem a atividade pastoril através de estabelecimentos mais estáveis – estâncias maiores que garantissem o fornecimento e a reprodução do gado. Nos campos localizados ao sul do Ibicuí, existiam, além das grandes estâncias dos Sete Povos Orientais, as grandes estâncias de La Cruz, San Tomé, Concepción

e Yapeyú, povos localizados na região de Entre-rios, à margem oeste do Rio Uruguai (mapa 3). Mesmo assim, as estâncias missioneiras continuaram necessitando do fornecimento de gado xucro arriado em campos a sudoeste do povo de Yapeyú.

Já para o final do século XVIII, tinha início a produção de carne salgada (charque) para exportação, provocando uma maior demanda de gado bovino. As estâncias missioneiras tornaram-se um reservatório em potencial para a expansão da pecuária comercial lusa.

De 1768, data da expulsão dos jesuítas, até 1801, ano da conquista, o número do gado de rodeio (gado reunido por um proprietário) das estâncias dos Sete Povos oscilou muito (gráfico 1.1). Apesar do saque constante nas estâncias, a administração espanhola conseguiu manter o seu funcionamento apelando para as arriadas nas vacarias a sudoeste de Yapeyú. Dessa maneira, e graças à intervenção do administrador geral das Missões Juan Angel Lazcano, as estâncias dos Sete Povos chegaram a ter um incremento de 64.087 em 1768, para 220.575 em 1783⁸⁶, reduzindo-se em 1801 para 125.097 bovinos (gráfico 1.1). A redução maior ocorreu nos povos de São João e Santo Angelo, que juntos, em 1783, possuíam mais de 30 mil reses, limitando-se a 400 em 1801 (MAEDER, 1992), o que se explica pela localização de suas estâncias justamente na linha do rio Jacuí (mapas 1 e 3), perto de Rio Pardo e Cachoeira do Sul, um dos principais focos da frente de expansão portuguesa.

⁸⁶ Até o ano de 1768 as estâncias das comunidades orientais dependiam muito do gado alçado, que ainda era numeroso naquele período. Nos anos subsequentes, devido à diminuição dos rebanhos públicos, foi necessário aumentar o número do gado de rodeio, daí o crescimento havido entre 1768 e 1783. Contudo, o crescimento do gado de rodeio dos Sete Povos não se aplica a todos os Trinta Povos: em 1768 contavam-se em todos os Trinta Povos 749.608 cabeças de gado de rodeio. Em 1783 eram 656.333 cabeças (gráfico 1.2).

No momento da conquista portuguesa das Missões, o saque de suas estâncias intensificou-se. São muitos os relatos deste tipo. Thomaz da Costa Corrêa Rabello da Silva, na já citado memória escreveu:

As estâncias estão despovoadas, não fazem as corridas que antigamente faziam: estas são feitas pelos particulares servindo-se dos índios por um pequeno estipêndio, e deste modo [o] que podia ser aplicado em utilidade deles se torna a bem dos particulares, que com o gado da campanha povoam as suas estâncias. (SILVA, 1916, p. 165).

Mesmo nos momentos em que os guarani pretendessem fazer corridas de gados, necessitavam da ajuda dos índios “infiéis” para disputar, a ponta de lança, o gado alçado com particulares, como demonstra este relato:

[...] achando-se uma vacaria comandada pelo tenente corregedor do Povo de São Borja para o mesmo, e que em companhia deles se achavam também Minuanos e Charruas ajudando a dita corrida de gado e que em uma noite lhes avançou o Rubio Dulce com a sua partida, que se julga ter também saído a correr gado, ele roubou toda a cavalhada, o que vendo os ditos infiéis, montaram a cavalo 30 destes e foram a resgatar a dita cavalhada e encontrando-se com o dito Rubio este lhes apresentou batalha [...] [depois deste primeiro combate, os infiéis] se foram ajuntar na sua toldaria geral de donde saíram todos os infiéis a alcançar a dita partida do Rubio para os debelarem [...]⁸⁷

As tropas acampadas na província também utilizavam-se do gado missioneiro. Em 1803, o comandante da província, Joaquim Felix da Fonseca pedia que se pagassem mil cabeças de gado aos povos de São Borja e de São Nicolau, pois desta forma “[...] *supre-se lhes de alguma forma a necessidade em eles se acham, ainda que se lhes não paga nem a quarta parte do [que] dispenderam.*”⁸⁸.

⁸⁷ AHRS, A.M., L160, M02, 08/03/1803. Joseph de Castro Morais – Patricio Jose Correia da Camara, a carta está contida na correspondência de Patricio Jose Correia da Camara.

⁸⁸ AHRS, A.M., L-160, M-01, 28/02/1803 (está no maço de 1802), Joaquim Felix da Fonseca – Jose Ignacio da Silva (ajudante de ordens do governador do RS).

A cavallhada que pertencia aos indígenas também não escapou ao saque dos conquistadores. Os constantes roubos chegaram a motivar uma reclamação por parte do cabildo de São Miguel, exigindo a devolução de seus cavalos:

El corregidor y cabildo deste pueblo de San Miguel Arcangel [...] pedimos que [mirandonos?] Vm. con piedad [...] se nos entregue la yeguada que nos han llebado los señores portugueses para las estancias de adentro del Rio Pardo, pertenciente esta yeguada a esta comunidad que hasen el conpito de la que faltan seis mil seiscientas treinta las dichas yeguas. Sabimos con serteza aber llebado señor Felipe Santeago ha menos mil sientos cinco [...] a las demas se achán [1] por las estancias de la cuchilla en manos de baxios señores [...]⁸⁹

Os cavalos, além de ser o principal meio de produção na economia pastoril, eram mais valorizados que o gado bovino.

A dilapidação dos bens missioneiros não se limitou aos animais pertencentes às estâncias. Muitos administradores das comunidades foram acusados de roubar ou desviar os mais variados produtos de sua administração, assim como o próprio dinheiro obtido com a venda de mercadorias. Em 1810, depois de pedir de todos administradores uma prestação de contas, Francisco das Chagas Santos escreveu ao governador relatando que muitos destes administradores acabaram fugindo⁹⁰.

Já em 1821, o próprio cofre da comunidade de São Borja foi roubado pelo tenente de ordenanças da Vila de Rio Pardo Joaquim José d'Oliveira⁹¹.

As igrejas também foram gradualmente desmontadas. Em 1823, os sinos foram postos a disposição do governo para serem vendidos⁹², e, em 1829, o então presidente da

⁸⁹ AHRS, A.M., L-160, M-02, 1802, na correspondência de Joaquim Felix da Fonseca.

⁹⁰ AHRS, A.M., L-162, M-02, 23/07/1810, Francisco da Chagas Santos.

⁹¹ AHRS, A.M., L-174, M-01, 01/08/1821, Antonio Jose da Silva Paulet.

⁹² AHRS, A.M., L-177, M-04, 01/09/1823, João Jose Palmeiro.

província do Rio Grande de São Pedro, ordenou que se entregassem dois retábulos dos altares de uma das igrejas missioneiras para serem colocados na capela de Caçapava⁹³.

Para a economia do Rio Grande do Sul, os rebanhos missioneiros, assim como a mão-de-obra guarani, foram os “bens” mais importantes adquiridos com a conquista do território missioneiro. Através de algumas estatísticas da época, podemos, ainda que de uma forma não muito exata, quantificar a relevância desta conquista.

Em 1780, no que era o Rio Grande de São Pedro, existiam 79.405 cabeças de gado entre gado de rodeio e bois mansos (MONTEIRO, 1979, pp. 388-89). Neste número não deve estar computado o gado alçado que ainda deveria existir em números expressivos. Note-se que os historiadores datam este ano como o do início da produção de charque em maior escala, provocando a partir daqui demanda crescente por gado vacum.

Para o espaço oriental missioneiro, Maeder (1992, p.52), utilizando-se de números retirados de inventários do Archivo general de la Nación (Buenos Aires), afirma que existiam, em 1801, 125.097 cabeças de gado de rodeio nas estâncias dos Sete Povos. Com a integração do espaço oriental missioneiro sob a etapa predatória, este número desceu bruscamente para 8.498. Com a gradual superação desta etapa, apesar de alguns percalços como a invasão de Frutuoso Rivera em 1828, os rebanhos missioneiros se recuperam, chegando a 21.000 em 1834 (gráfico 1.1).

Estes números não chegam a dar conta da dimensão da importância da conquista do espaço oriental missioneiro para a pecuária sul-rio-grandense. Nas terras conquistadas localizavam-se parte das estâncias dos povos de Entre-rios (San Tome, La Cruz e Yapeyú) além de muitos rebanhos de gado alçado não contabilizados nas estatísticas.

⁹³ AHRS, A.M., L-183, M-02, 01/12/1829, Manuel da Silva Pereira Lago.

Mais tarde, com a completa superação da etapa predatória e consolidação da pecuária comercial privada, aumentou o número do gado bovino no que fora o espaço oriental missioneiro. De acordo com uma estatística sem data, mas que deve referir-se à segunda metade do século XIX, a região missioneira e os campos ao sul do Ibicuí possuíam 51% (1.175) dos estabelecimentos pecuários (gráfico 1.3) e 43% (1.540.857) do gado contabilizado (gráfico 1.4) de todo o RS. Se quisermos ter os dados mais específicos do território que no início do século XIX fez parte da província de Missões, podemos ficar com os números de São Borja, que possuía, de acordo com a estatística, o segundo maior rebanho bovino, com 438.840 cabeças de gado⁹⁴ (gráfico 1.5) e o maior número de estâncias, 568⁹⁵.

Tão importante quanto a apropriação do gado missioneiro, foi a privatização da terra. Os relatos do século XVIII apontam para uma espécie de pressão por terras livres. Pelo fato da maioria da terra estar concedida, dizia Roscio em 1780: “*As terras fechadas ou terminadas entre as raias declaradas [...] todas estão povoadas mas todas estão desertas [...] ainda que toda a campanha está deserta, todos os campos estão dados e têm senhorio*” (grifo no original) (ROSCIO *apud*: OSÓRIO, 1993, p. 102).

Portanto, era comum aos pequenos camponeses, agricultores ou donos de pequenos rebanhos, estabelecerem-se em terras dos grandes sesmeiros de favor ou através do pagamento de renda⁹⁶.

⁹⁴ Na província de Missões em 1810 foram contadas 112.369 cabeças de gado de rodeio, provavelmente entre o de particulares e o das comunidades. (AHRs, A.M., L-162, M-02, Francisco das Chagas Santos, 1810).

⁹⁵ *Mapa numérico das estâncias existentes nos diferentes municípios da província...*, AHRs, Estatística, M-02, s/d.

⁹⁶ Ver capítulo 4, item 4.2.

Como a agricultura era muito rudimentar, os terrenos esgotavam-se rapidamente, provocando “[...] *uma fome permanente de terras que, por sua vez, acarretava uma grande mobilidade.*” (SILVA, 1996, p. 47).

Além desta demanda por terras para a agricultura entre os pequenos camponeses, é importante salientar que o espaço oriental missioneiro, com suas amplas pastagens naturais, também era interessante aos proprietários que desenvolviam a pecuária comercial.

Os conquistadores foram os primeiros a formar grandes propriedades na província. Para José Borges do Canto e treze de seus principais companheiros na conquista foram concedidas quatorze sesmarias, de três léguas quadradas cada, a sudoeste dos Sete Povos (SILVEIRA, 1913).

Em 1802, o comandante da província, Joaquim Felix da Fonseca passou a permitir que os portugueses se estabelecessem nas estâncias exauridas dos povos: “*Nestes terrenos, pois, tenho permitido que alguns dos nossos, que aqui têm servido, vão formando as suas invernadas e tomando como uma posse interina [...] ficando a todo o tempo dispostos a deixar [...] os terrenos que vão ocupando [...]*”⁹⁷.

O processo de privatização das terras das estâncias missioneiras poderia ser resumido assim: em primeiro lugar, os particulares arriavam o gado existente; em segundo lugar, pediam permissão para se estabelecer nas terras “devolutas” das próprias estâncias, povoando-as, provavelmente, com o gado missioneiro ou com o gado arriado na Banda Oriental; por último, pediam as estâncias por sesmaria⁹⁸, podendo mesmo negociá-las com outros proprietários de gado.

⁹⁷ AHRS, A.M. L-160, M-02, 06/02/1802, Joaquim Felix da Fonseca.

⁹⁸ Ver a tabela 1.1 inclusa em anexo.

O próprio comandante Francisco das Chagas Santos, que em sua correspondência aos governadores tentava parecer ser o “defensor dos indígenas”, pediu uma sesmaria de 3 por 2 léguas no rincão de São Lucas, pertencente ao povo de São Borja⁹⁹.

É interessante notar que o mesmo Francisco das Chagas Santos deu a seguinte informação sobre um pedido de sesmaria, no mesmo rincão de São Lucas: “*Repito a mesma informação [...] a respeito de rincão de S. Lucas que pretende o suplicante, e vem a ser que o dito rincão pertence a este povo, ou a alguns naturais dele.*”¹⁰⁰.

Alguns indígenas, principalmente os que se destacavam nas tantas campanhas militares em que o território esteve envolvido, também recebiam concessões de terras que poderiam ter um tamanho razoável. Um tecelão do povo de São Luiz, por exemplo, que havia se destacado em um ataque ao povo de São Tomé em 1812, recebeu uma légua de terreno pertencente à comunidade de São Luiz¹⁰¹. As outras maneiras dos indígenas receberem terras eram através de casamentos com brancos, ou se, no julgamento dos administradores, estivessem aptos a serem liberados da comunidade¹⁰².

Ao cabo, muitas destas terras eram apropriadas pelos brancos através de “[...] vendas clandestinas [...]”, nas quais os índios entregavam suas terras “[...] por ténue quantia e, muitas vezes, por qualquer copo de bebida espirituosa [...]”¹⁰³.

⁹⁹ AHRS, A.M., L-164, M-02, 20/09/1811, Francisco das Chagas Santos. “*Já passei por três estâncias pertencentes ao Marechal Chagas, e entre chácaras e estâncias possui ele oito na Província das Missões, calculando-se em 24 léguas a extensão do terreno que podem ocupar.*” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 138).

¹⁰⁰ AHRS, A.M., L-172, M-01, 16/03/1817, Francisco das Chagas Santos.

¹⁰¹ AHRS, A.M., L-166, M-03, 10/03/1813, Francisco das Chagas Santos.

¹⁰² AHRS, A.M., L-174, M-01, 16/05/1821, Antonio Jose da Silva Paulet.

¹⁰³ AHRS, A.M., L-174, M-01, 16/05/1821, Antonio Jose da Silva Paulet. Paulet buscou impedir estes negócios, permitindo apenas o arrendamento para os guarani.

Nestes negócios estavam em jogo duas idéias distintas quanto à propriedade. Para o guarani e demais populações neolíticas, a terra não possui dono específico nem valor econômico, pois ela pertence ao grupo indígena como um todo que garante seu usufruto para a célula familiar (SAHLINS, 1977). Para o branco, a terra é uma propriedade privada exclusiva, podendo ser negociada livremente¹⁰⁴.

Em 1805, Patricio Jose Correia da Camara, comandante da fronteira de Rio Pardo, propôs a venda das terras dos povos em troca de gado para a ração dos indígenas¹⁰⁵. A venda das terras da comunidade foi praticada regularmente até a comandância de Paulet.

Portanto, as terras mais valiosas das comunidades iam sendo alienadas, seja através de sesmarias, de concessões aos indígenas, ou da venda. Um relato de João José Palmeiro narra a trajetória do melhor campo de criar de São Nicolau (ver localização no mapa 4).

[...] a preciosa parte do mesmo campo [de Ytaroqué do povo de São Nicolau] denominada de Santo Antonio, ocupada pelos herdeiros de João Ferreira de Moraes, por compra que fez de Jose Manoel de Lascano, a quem o Exmo. Conde da Figueira, em julho de 1819, concedeu licença para estabelecer-se e requerer sesmaria, o que nunca fez, e a sua viúva logo vendeu ao dito João Ferreira, que também não a tirou, e por sua morte foi dividido em partilhas pelos seus herdeiros. Este rincão de Santo Antonio [...] em todo o tempo compôs a estância de Ytaroqué, até que pela primeira vez o tirou do povo o coronel Joaquim Felix das Fonseca, em tempo de seu primeiro comando, [...] para o dar ao cabo de milícias Vitoriano Fernandez

¹⁰⁴ O mesmo aconteceu com o gado. A caça ao gado xucro era costume entre os índios e a população pobre, gaudéria. Em vista disso, a privatização dos rebanhos foi *duramente* conseguida através da repressão estatal e particular (ver capítulo 4). A compreensão de propriedade para a classe dominante fica clara nas instruções do Visconde do Piratini ao seu capataz: “*Artigo: 18. Não consentir que pessoa alguma mate gado da minha marca porque também não quero que se mate para consumo da estância o que pertença a outros [...] No caso, porém, que alguém o faça por prejudicar-me, ou haja disso desconfiança, se representará ao [...] Delegado do Juiz de Paz para fazer uma revista na casa da pessoas que se desconfia e fazer-se tudo o mais que for necessário contra o ladrão [...]*” (In: CESAR, 1972, pp. 41-42). Já Saint-Hilaire (1974) anotou que os seus empregados e os soldados irritaram-se com a relutância do naturalista francês em usar uma portaria emitida pelo governador, que permitia requisitar gado nas propriedades por onde passavam (ver também REICHEL e GUTFREIND, 1996, esp. capítulo 4).

¹⁰⁵ AHRs, A.M., L-161, M-01, 18/03/1805, Patricio Jose Correia da Camara – Ajudante de Ordens Jose Ignacio da Silva.

de Moraes: este o vendeu ao Exmo. Sr. General Governador das Armas, então tenente de dragões; e o falecido brigadeiro Thomaz da Costa, no seu comando, conhecendo a falta que fazia o dito rincão [...] deu em troca outro campo além do Ybicuhi ao mesmo Exmo. Sr., como o povo de São Nicolau comprou aquilo mesmo que era seu [...] e assim se conservou [...] até que em 1819 o Exmo. Conde da Figueira [...] tornou a tirar para dar ao mencionado Lascâno [...]¹⁰⁶

Às tentativas dos comandantes da província de Missões de reaver as terras ocupadas sem título de sesmaria¹⁰⁷ reagiam os particulares com requerimentos que visavam barrar estas ações.

Diz o tenente Manoel Pereira de Carvalho [...] que ele a maneira de todos os mais povoadores deste Continente, solicitou povoar um campo além do Rio Santa Maria denominado Guassupasso [...] Consta ao suplicante [...] que o brigadeiro comandante da província de Missões o quer expulsar e outros mais dos seus campos, com o pretexto de bens patrimoniais dos povos guaranis [...] [...] despovoou-se a província de Missões, de sorte que sua população talvez não chegue a cinco mil almas, estão despovoados os campos dos guaranis ao norte do Ibicuy, e quer aquele comandante um patrimônio maior para aqueles povos! [...] *Estes guaranis Exmo. Sr., gente vadia e de nenhuma fé, [...] não podendo povoar os campos que têm na sua província [...] tirando-se ao suplicante o seu campo e todos os mais que eles dizem ter direito, ficará toda a campanha ao sul do Ibicuy deserta [...]* Portanto recorre o suplicante a justiça [...] de V. Exa. [...] seja servido conservá-lo na posse de seu campo e passar-lhe o legítimo título de sesmaria.¹⁰⁸ (grifo nosso)

Note-se que o autor do requerimento justifica a sua posse no campo de Guassupasso pela incapacidade dos guarani, “vadios e sem nenhuma fé”, de povoar aquela região, mesmo reconhecendo que o povoamento dos campos do Ibicuí deu-se sobre um território que pertencia às comunidades.

¹⁰⁶ AHRS, A.M., L-178, M-02, 08/03/1824, João José Palmeiro.

¹⁰⁷ Francisco das Chagas Santos afirmava que “[...] *tinha positivas ordens do ministério [a Junta de Real fazenda] para fazer restituir aos índios os terrenos ou campos que lhe houvessem tirado [...]*” AHRS, A.M., L-170, M-04, 12/06/1815, Francisco das Chagas Santos.

¹⁰⁸ Incluso em: AHRS, A.M., L-170, M-04, 25/04/1815, Francisco das Chagas Santos.

Jose da Silva Paulet, comandante da província de 1821-1822, tentou exercer uma política convicta na manutenção do patrimônio territorial dos povos e na recuperação e repovoamento de suas estâncias¹⁰⁹. Sua idéia era a de não permitir mais que as terras dos povos fossem concedidas gratuitamente; aos interessados nas terras indígenas, acenava com arrendamentos que seriam feitos em prol das comunidades¹¹⁰.

Entretanto, como já foi dito (ver pp. 57-58), por pressões de moradores da região o comandante foi substituído por João Pedro Cesar e depois por João José Palmeiro, que voltaram a permitir a concessão de terras das comunidades. Este último legou-nos uma informação sobre o estado das terras para a estância das comunidades:

Resta-me agora participar a V. Exa. o que ainda sucede com os campos dos povos. O de Itaroqué além de ser pequeno com a falta do rincão de Santo Antonio, [...] ficando o corpo da estância com pouco mais de uma légua quadrada [...]
O campo de São Gabriel suposto que compreende sesmaria, podia e devia ser maior [...] *os demais campos que sempre compuseram as estâncias destes povos estão concedidos a portugueses [...]* Nada mais resta do que é bom para se criar uma nova estância de que há tanta necessidade. (grifo nosso)¹¹¹

Assim, em 1827, Manoel da Silva Pereira Lago, no seu *Mapa Geral dos Bens e Propriedades dos Sete Povos*, (LAGO In: RAPERGS, 1921, n.º 1), sem contar as terras vendidas e arrendadas ou concedidas em sesmaria, dava números finais às terras usurpadas das comunidades: 9 estâncias, 9 poteiros, 31 rincões, 2 invernadas e 8 chácaras. Das terras

¹⁰⁹ Segundo o requerimento de Francisco Paim Coelho de Sousa, AHRS, A.M., L174, M-04, 20/06/1823, incluso na correspondência de João José Palmeiro, em 1820 o Conde da Figueira havia proclamado um edital em que mandava repartir pelos militares os campos missioneiros devolutos. A mudança de governadores da capitania deve ter provocado esta mudança de política quanto às terras missioneiras.

¹¹⁰ AHRS, A.M., L-174, M-01, 01/05/1821, Antonio José da Silva Paulet.

¹¹¹ AHRS, A.M., L-178, M-02, 16/11/1824, João Jose Palmeiro.

de criar restavam apenas 6 para todos os povos, os rincões de São Gabriel, Conceição, Passiretan, São Vicente (que continha 2 rincões) e Itaroqué, contendo ao todo 24.710 reses, todas ao norte do Ibicuí¹¹².

Falamos muito em vendas de terras, todavia não chegamos a tratar do valor que poderiam alcançar. Em linhas gerais, é consagrado que a valorização da terra e a sua transformação em mercadoria ocorreu somente após a Lei de Terras de 1850¹¹³.

Ao menos no que se refere a terras de pecuária, essa afirmação não é totalmente correta. Vejamos o seguinte documento, que consiste em uma carta de Francisco das Chagas Santos em que relata uma oferta de gado em troca do Rincão de São Miguel de 18 léguas quadradas pertencente ao povo de São Borja, localizado ao sul do Ibicuí¹¹⁴:

O alferes Francisco Machado arrendador que foi do mesmo campo, oferece a este povo por todo o sobredito rincão 12\$000 reses de criar e 6\$000 por a metade do mesmo Rincão. E sendo o referido povo tão precisado de uma boa estância [...] não posso deixar de propor e rogar a V. Exa. [...] haja por bem conceder, que ao menos se possa vender a beneficio deste povo a metade do dito rincão por gado de criar, a fim de se formar uma estância no seu belo campo de São Gabriel, onde já foi estância [...]¹¹⁵

O pagamento por légua quadrada consistia, pois, de 666,6 cabeças de gado bovino. Se seguirmos os números de Dreys (apud: FREITAS, 1980), em que afirma que para cada légua quadrada de campo poderiam pastar de 1.500 à 2.000 cabeças de gado, chegaremos à

¹¹² Em anexo incluímos uma tabela (1.1) com informações quanto ao destino de diversos campos ou estâncias missioneiras. Além desta, nos mapas anexados 5 e 6, elaborados por Poenitz (1999), estão localizadas muitas das estâncias privadas instaladas no espaço oriental missioneiro após a sua conquista.

¹¹³ Por exemplo: “[...] o gado era o fator mais valorizado [...] A situação, contudo, iria evoluir para uma revalorização da terra a partir da segunda metade do século [XIX], quando esta assume em definitivo a conotação de mercadoria.” (PESAVENTO, 1986, p. 17).

¹¹⁴ AHRS, A.M., L-166, M-03, 02/04/1813, Francisco das Chagas Santos.

¹¹⁵ AHRS, A.M., L-166, M-03, 25/11/1813, Francisco das Chagas Santos.

conclusão de que a terra de qualidade poderia chegar a 1/3 do valor do gado investido na exploração pecuária (ver ainda, OSÓRIO, 1999). Naturalmente, com a superação da etapa predatória, as terras vão valorizar-se ainda mais (ver o próximo item).

A valorização dos campos ocupados pelas estâncias missioneiras não foi resultado da inexistência de terras livres sem senhorio. O que levava os estancieiros a investir em terras era a renda diferencial proporcionada por alguns campos missioneiros (especialmente os localizados ao sul do Ibicuí) que engordavam o gado mais rapidamente e facilitavam a sua reprodução. Estas transações comerciais com terras comprovam que ela já era encarada como mercadoria antes da lei (1850) que chancelou a propriedade privada em seu sentido moderno. Era a racionalidade capitalista que vinha penetrando nos poros da sociedade tradicional gaúcha¹¹⁶.

O saque das estâncias, e dos bens missioneiros em geral, foi de grande valia para a integração do espaço oriental missioneiro. Através da exploração predatória, a frente de expansão luso-brasileira integrou o espaço ao circuito comercial interno da província. Mas na própria exploração predatória estava o germe para a sua superação. Com a diminuição constante do gado, foram necessárias medidas para garantir a reprodução da atividade pecuária comercial: ocupar a terra, produzir, enfim, integrar o próprio espaço oriental missioneiro num incipiente mercado interno e no restante do território sulino. Este processo será visto no próximo item.

¹¹⁶ “À medida que as antigas instituições florestais entravam em colapso, as florestas caíam num vácuo em que a influência política, as forças do mercado e a reivindicação popular se digladiavam entre si sem regras comuns.” (THOMPSON, 1998, p. 94). Troque *instituições florestais* por *comunidades* e *florestas* por *campos* e a citação de Thompson será totalmente pertinente à realidade de nosso objeto.

3.2. A reorganização do espaço em torno da apropriação privada.

A par da expansão luso-brasileira sobre o território missioneiro baseada na exploração predatória, ocorreu naturalmente toda uma reorganização da produção e do espaço oriental missioneiro. Aos poucos as comunidades eram deslocadas pela produção particular dos colonos luso-brasileiros, que se estabeleciam na província missioneira e nos campos ao sul do Ibicuí.

O espaço produzido e valorizado pelo sistema de comunidade foi apropriado e transformado pela pecuária comercial. As estâncias missioneiras foram privatizadas, seccionadas e revalorizadas.

Em inventários abertos nas quatro primeiras décadas do século XIX, podemos observar nomes de provável origem missioneira em algumas estâncias inventariadas. Por exemplo, as estâncias de Santo Inácio¹¹⁷, Tupamray¹¹⁸, São João Taperá¹¹⁹, São José¹²⁰.

O gado bovino utilizado para o consumo dos indígenas foi desviado para a sua comercialização através da produção do charque¹²¹, para a exportação de gado em pé para

¹¹⁷ APERGS, A-4, M-1, E-52, Cachoeira, 1802 e APERGS, A-13, M-1, E-14, São Borja, 1844.

¹¹⁸ APERGS, A-18, M-1, E-14, São Borja, 1845.

¹¹⁹ APERGS, A-4, M-1, E-14, São Borja, 1834 (ver mapa 4).

¹²⁰ APERGS, A-5, M-1, E-14, São Borja, 1834 e APERGS, A-6, M-1, E-14, São Borja, 1835.

¹²¹ Não temos os números do gado de origem missioneira transformado em charque, todavia existem os dados de exportação de todo o Rio Grande do Sul. Somos levados a acreditar (ver pp. 67-68) que, possivelmente, perto da metade originava-se da região missioneira ou dos campos ao sul do Ibicuí.

Ano	1805	1806	1807	1808	1810 ¹²¹	1811	1812	1813	1814
Arrobas	574.051	475.258	600.135	494.102	564.150	713.953	826.486	756.653	754.060
Cabeças	127.566,8	105.612,8	133.363,3	109.800,4	125.366,6	158.656,2	183.663,5	168.145,1	167.568,8

Cont.

Ano	1815	1816	1817	1818	1819	1820	1821	1822	Total
Arrobas	754060	707.116	560.285	634.421	577.060	625.115	608.215	711.771	10.936.891
Cabeças	167.568,8	157.136,8	124.507,7	140.982,4	128.235,5	138.914,4	135.158,8	158.171,3	2.430.419,2

Explicação da tabela e fontes: Para exportação das arrobas de 1805 até 1815, SAINT-HILAIRE 1974, pp. 71-72, para 1815 à 1822, CHAVES, 1978, pp. 134-140. O número de cabeças de gado foi calculado através da estimativa contida em Dreys (1990, p. 105), que para cada cabeça era possível

outras capitanias¹²² e da exportação do couro¹²³. Era, principalmente através da comercialização do produto de origem bovina que o espaço oriental missioneiro integrava -se ao circuito comercial brasileiro¹²⁴.

Contudo, com a dissolução do sistema de comunidade e a decadência das comunidades, o espaço oriental missioneiro perdeu gradualmente a sua organização característica legada pelo sistema de comunidade (p. 43). O rio Ibicuí tornou-se uma espécie de “fronteira interna”, seccionando o espaço oriental missioneiro em duas regiões: a região norte, onde se localizavam os povos; e a região sul, caracterizada pelos campos que outrora formavam as grandes estâncias.

Os povos missioneiros deixaram de ser os centros consumidores, formando-se novos circuitos comerciais que envolveram outras regiões. A região norte, através do fornecimento de gado em pé e erva-mate, ligou-se com a região de Rio Pardo, com as charqueadas em torno do rio Jacuí, e com as feiras pecuárias do centro do país¹²⁵. A região sul, através da pecuária bovina, ligou-se com as zonas charqueadoras em torno de Pelotas, permanecendo como um importante posto de contrabando de gado trazido da Banda Oriental¹²⁶.

fazer entre 4 ou 5 arrobas de charque. Desta maneira, dividimos o número de arrobas de cada ano por 4,5.

¹²² “O negócio de exportação das Missões, como geralmente de todo o território a Oeste do Rio Pardo, consiste em gado para as charqueadas do país; em mulas e cavalos que vinham anualmente comprar os habitantes das províncias limítrofes [...]” (DREYS, 1990, p. 74).

¹²³ Manoel Gomes Costa Pacheco, arrematante da estância de São Simão “dos Povos Guaranis”, embarcou 8.011 couros para a Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina no período que vai de 22 de fevereiro de 1804 até 16 de setembro de 1806. Uma pequena amostra da exploração do couro do gado missioneiro (AHRs, Fazenda II, avulsos, Requerimentos a Junta, M-67, L-14 e M-71, L-15).

¹²⁴ Apesar do papel primordial da pecuária na apropriação do espaço, a agricultura teve grande importância econômica (ver adiante), influenciando pois no cálculo econômico que presidia a produção e, portanto, na própria lógica da apropriação do espaço.

¹²⁵ Também exportava-se erva para as repúblicas platinas, através do rio Uruguai (ver p. 90-91).

¹²⁶ “As terras ao norte do Rio Negro, meados do século XIX, tornaram-se praticamente um apêndice econômico e social do Império. A maioria dos proprietários eram brasileiros, criadores de gado para

A pecuária extensiva comercial foi a atividade produtiva que integrou o espaço oriental missioneiro ao restante do Rio Grande do Sul. Apesar desta característica econômica ser comum à província de Missões e aos campos ao sul do Ibicuí, havia traços que diferenciavam as produções de cada região.

Os inventários são uma boa fonte para analisar as diferenças e semelhanças na produção pecuária das duas regiões que compunham o espaço oriental missioneiro. Observemos as seguintes tabelas baseadas em inventários do APERGS¹²⁷:

Alegrete	% de inventários:		% dos animais inventariados:	
Grupo 1 (G1) até 500 animais	15,6	34,4	0,5	3,6
Grupo 2 (G2) de 501 até 1.000	18,8		3,1	
Grupo 3 (G3) de 1.001 até 5.000	40,6	40,6	24,1	24,1
Grupo 4 (G4) de 5.001 até 10.000	15,6	25	29	72,3
Grupo 5 (G5) mais de 10.000	9,4		43,3	

São Borja	% de inventários:		% dos animais inventariados:	
(G1) até 500 animais	41,7	50	9,6	14,3
(G2) de 501 até 1.000	8,3		4,7	
(G3) de 1.001 até 5.000	50	50	85,8	85,8
(G4) de 5.001 até 10.000	-	-	-	-
(G5) mais de 10.000	-		-	

Podemos verificar que a produção pecuária em Alegrete (campos ao sul do Ibicuí) desenvolvia-se em maior escala, com uma maior concentração de rebanhos, ocorrendo

abastecer as charqueadas da província [do RS], praticantes da pecuária extensiva [...]" (SOUZA e PRADO, 1999, p. 2).

¹²⁷ Pelo fato do primeiro município a ser criado no espaço da província de Missões, São Borja, datar de 1834, tomamos a liberdade de estender o marco temporal, fazendo um recorte de 1834-44 para comparar os dados de São Borja (antiga província de Missões) com os de Alegrete (campos ao sul do Ibicuí). Algumas propriedades declaradas nos inventários não pertenciam ao espaço geográfico estudado mas tiveram que ser contabilizadas em nossas médias devido à natureza da documentação (ver p. 83). Cremos que não chegam a comprometer a análise.

Há uma desproporção entre o número de inventários de São Borja (12) e os de Alegrete (32) que dá mais confiabilidade aos dados do segundo município (consultar a lista de todos os inventários utilizados na tabela 2.1 em anexo).

inventários com mais de 10.000 animais¹²⁸. Aliás, o grupo 5 (9,4% dos inventários) possuía 43,3% dos animais inventariados e, se somarmos ao grupo 4 (25% dos inventários), a porcentagem do gado possuído salta para 72,3%. Já os inventários em que consta uma menor concentração de animais, com até 500 (grupo 1 com 15,6% dos inventários), possuíam apenas 0,5% dos animais inventariados, se somarmos estes números aos do grupo 2, resultam em 3,6% dos animais inventariados e 18,8% dos inventários. Os inventários com concentração de animais que podemos chamar de média, de 1.001 até 5.000 cabeças, (grupo 3, 40,6% dos inventários) contavam com 24,1% dos animais.

A pecuária em São Borja (província de Missões) diferia da praticada em Alegrete. Os rebanhos eram bem menores, tanto que no levantamento não encontramos nenhum inventário que contasse mais de 5.000 cabeças¹²⁹. Os inventários com maior número de animais em São Borja pertenciam ao grupo 3, (com 50% dos inventários e 85,8% dos animais), uma concentração de animais que classificamos de média para Alegrete. O grupo 1 de São Borja (41,7% dos inventários), contabilizavam 9,6% das cabeças de gado¹³⁰ inventariadas, que, somando ao grupo 2 (50% dos inventários), totalizavam 14,3% dos animais.

A dominância de pequenas e médias explorações agropecuárias e, portanto, de proprietários não propriamente ricos na província de Missões é confirmada por outro documento: trata-se da *Relação dos Dons gratuitos que ofereceram à S.M.I. os moradores da Fronteira de Missões*, de 1824, com o qual, através das doações feitas em dinheiro, cavalos,

¹²⁸ O inventário com maior número de animais contabilizava 25.900 cabeças, de Maria Joaquina da Silva (A-62, M-04, E-65, Alegrete, 1839).

¹²⁹ O inventário com maior número de animais, de Francisco de Paula Pereira, continha 3.037 cabeças (A-3, M-1, E-14, São Borja, 1834).

¹³⁰ O inventário com o menor número de animais é o de Francisca Pires da Silva, com 36 (A-15, M-1, E-14, São Borja, 1844).

reses e potros¹³¹ foi possível fazer um perfil da riqueza dos moradores na fronteira de Missões. Esta classificação deve representar a prosperidade de cada um, pois pressupõe-se que o grau de “patriotismo” deveria estar em relação direta com a riqueza.

O resultado da nossa análise sobre a *Relação...*, é o seguinte:

Grupos por doações:	% no total de doadores:	% do total do produto doado:		
(G1) de 320\$ até 1\$000r.	13,1	31,4	1,5	6,7
(G2) de 1\$001 até 2\$000r.	18,3		5,2	
(G3) de 2\$001 até 10\$000r.	60,1	60,1	44,2	44,2
(G4) de 10\$001 até 50\$000	7,6	8,7	24	49
(G5) mais de 50\$001	1,1		25	

Há na tabela um grupo expressivo de “doadores médios¹³²” (grupo 3), sendo a maioria da lista (60,1%), provendo 44,2% do produto doado. Ao mesmo tempo, fica clara a existência de concentração de riqueza na mão de um grupo muito pequeno, 8,7%, que forneceu 49% do produto doado. Por último temos um número razoável de pessoas que seriam, provavelmente, desprovidas de propriedades (grupo 1, sendo 13,1% do total) ou pequenas proprietárias (grupo 2, sendo 18,3%) que forneceram apenas 6,7% do total doado.

Os grupos 1 e 2, despojados assalariados ou pequenos proprietários,¹³³ não eram a base da pirâmide social constituída nesta reorganização que o espaço oriental missioneiro vinha sofrendo. Numa situação muito pior estavam os escravos e os indígenas constringidos a regimes semi-servis de trabalho: a documentação sobre o trabalho escravo e o trabalho

¹³¹ Os cavalos, reses e potros foram convertidos em valores monetários segundo preços médios da época. A cabeça da rês a 1600r., o potro e o cavalo a 3000 r.

¹³² O termo médio aqui se designa em relação à tabela. Alguém que doou cinco ou seis animais bovinos (mais ou menos o equivalente a 10\$000 réis) não precisaria ser proprietário de mais de 100 cabeças, a doação seria; contudo, um desfalque considerável em seu rebanho (ver nota 143).

¹³³ Chamamos os que doaram de 320r. até 1000 r. de não proprietários pelo fato de suas doações *serem sempre em dinheiro*; dispunham de dinheiro porque, possivelmente, *alugavam sua mão-de-obra*, não tinham nenhum animal que pudessem doar (incluam-se aí os soldados, na certa numerosos). Os

indígena forçado é copiosa (ver próximo capítulo). É fato que os escravos, os indígenas submetidos à comunidade, os índios e mestiços sob trabalho semi-servil, não poderiam fazer doações, tanto que apenas quatro nomes guarani estavam relacionados ¹³⁴.

Outro traço que distingue de maneira muito clara as pecuárias da província de Missões e dos campos ao sul do Ibicuí é a maneira como a terra era distribuída. Os inventários de Alegrete demonstram uma concentração muito maior de terras *para criação*, como pode ser visto nas tabelas abaixo:

Distribuição de terras de criação por n.º de rebanho	% de Alegrete	% de São Borja
(G1) até 500 animais	0	80
(G2) de 501 até 1.000	16,7	100
(G3) de 1.001 até 5.000	61,5	100
(G4) de 5.001 até 10.000	80	-
(G5) mais de 10.000	100	-

As diferenças quanto à concentração de terras propícias à criação nas duas regiões são acentuadas. Enquanto que na zona de São Borja a grande maioria, inclusive os donos de pequenos rebanhos, as possuía, em Alegrete, até mesmo proprietários de mais de 5.000 cabeças não chegavam a possuir terras, sem falar dos pertencentes ao grupo 1 - nos inventários analisados não havia nenhum que tivesse terras de criação. A opção dos donos de pequenos rebanhos sem-terra era submeter-se aos grandes proprietários, pagando o uso da terra com renda em trabalho, em produtos, ou em dinheiro. ¹³⁵.

classificados no grupo 2, de 1.001r. até 2000r., possuíam alguma propriedade, tanto que podiam dispor de algum de seus animais, gado bovino (1.600r.) apenas.

¹³⁴ É claro que o número de índios constantes na *Lista...* deve ser maior, pois muitos abandonavam os nomes guarani.

¹³⁵ Ver próximo capítulo, item 4.2.

Se transformarmos os campos de criação em valores monetários¹³⁶ através das avaliações dos inventários, poderemos ver com mais precisão ainda até que ponto ia a concentração da riqueza fundiária¹³⁷:

Valor das Terras de criação	Alegrete		São Borja	
	Réis	%	Réis	%
(G1) até 500 animais	0	0	6:900\$000	25,6
(G2) de 501 até 1.000	1:000\$000	0,7	1:600\$000	5,9
(G3) de 1.001 até 5.000	37:606\$474	25,3	18.450.000	68,5
(G4) de 5.001 até 10.000	27:100\$000	18,2	-	-
(G5) Mais de 10.000	82:900\$000	55,8	-	-

Em São Borja a riqueza agrária concentrava-se nas mãos do grupo 3, proprietários de 1.001 até 5.000 animais, com 68,5% da riqueza fundiária inventariada. Os donos de pequenos rebanhos (até 500 animais, grupo 1) tinham parte importante desta, 25,6%. Os números do grupo 2 para São Borja não são representativos, pois foram retirados de apenas um inventário.

Em Alegrete a riqueza fundiária era ainda mais concentrada: os proprietários de mais de 10.000 cabeças (grupo 5) detinham 55,8% do valor em terras e os com mais de 5.001 animais mantinham 74% deste. O grupo 3 possuía 25,3% da riqueza fundiária, restando 0,7% para o grupo 2.

Para resumir a composição sócio-econômica dos pecuaristas em Alegrete e São Borja, os dividiremos em apenas três grupos segundo o número dos rebanhos inventariados:

¹³⁶ Não centramos nossa análise na *extensão* das terras porque as informações neste sentido são muito vagas nos inventários, impedindo uma quantificação segura.

¹³⁷ Em um dos inventários (APERGS, A-46, M-3, E-65 1835, Alegrete) contabilizados no grupo 3 os avaliadores não discriminaram o valor da terra (uma sesmaria de campo) das benfeitorias, avaliando-as, em conjunto, em 13:700\$000. Em vista disso, consideramos o valor de 8:000\$000 para a terra, preço médio daquele período em Alegrete de uma sesmaria de campo. O mesmo ocorreu em outro inventário referente à São Borja (APERGS, A-3, M-1, E-14) em que terras e benfeitorias foram avaliadas em 4:000\$000; neste caso avaliamos, arbitrariamente, as terras em 2:000\$000. Há também um inventário (APERGS, A-23, M-2, E-65, 1834, Alegrete) no qual consta a posse de terras no Uruguai, consideradas sem valor pelos avaliadores por se localizarem em outro país, as mesmas não foram contadas nesta tabela.

proprietários de pequenos rebanhos (até 1.000 animais), proprietários de rebanhos médios (de 1.001 até 5.000 animais), proprietários de grandes rebanhos (mais de 5.000 animais). O resultado é o seguinte:

Proprietários de rebanhos	São Borja		Alegrete	
	% Participação nos rebanhos	% Participação na riqueza fundiária	% Participação nos rebanhos	% Participação na riqueza fundiária
Pequenos proprietários	14,3	31,5	3,6	0,7
Médios proprietários	85,8	68,5	24,1	25,3
Grandes proprietários	-	-	72,3	74

Em Alegrete, os grandes proprietários dominavam completamente a pecuária, restando algum espaço aos médios proprietários. Os pequenos proprietários, além de manterem rebanhos insignificantes, precisavam se submeter a outrem para exercer a pecuária, visto que praticamente não tinham terras propícias¹³⁸. Esta situação teve conseqüências políticas¹³⁹.

Para termos uma visão mais clara das atividades produtivas desenvolvidas no espaço oriental missioneiro vamos decompor os inventários em explorações agropecuárias¹⁴⁰: muitos

¹³⁸ É correta a crítica aos dados quantitativos quando baseados em inventários, no que se refere à subestimação da pequena propriedade, já que os custos de um processo de inventário eram demasiados para a população pobre. Pensamos, no entanto, que isso não chega a afetar muito os números apresentados, pois as médias globais do gado bovino por explorações agropecuárias são muito parecidas com as médias apresentadas em uma estatística datada da segunda metade do século XIX: desta maneira, de acordo com os inventários, São Borja tinha, em média, 629,4 bovinos por exploração agropecuária para as 772,6 reses por estância apresentadas na estatística. Em Alegrete, segundo os inventários, existiam 2.345,3 por exploração agropecuária, na estatística constam 2.011,8 reses por estância. [*Mapa Numérico das estâncias...* AHRs, Estatística, M-02, s/d (segunda metade do século XIX). Na estatística constam os números de Santana do Livramento que foram somados aos de Alegrete, pois no espaço de 1834-44 esta localidade fazia parte da comarca de Alegrete].

¹³⁹ Naquele momento, a terra que pertencia a São Borja era bem menos valorizada que os campos ao sul do Ibicuí (Alegrete), significando um processo mais lento de consolidação da propriedade privada. Em Alegrete o grupo grande proprietário monopolizou muito rapidamente a terra e, talvez por isso, tenha consubstanciado-se com sucesso e de maneira duradoura no bloco social que formou a classe dominante sulina. Ainda hoje a região que fazia parte de Alegrete naquele período (sudoeste do estado) tem muito mais influência política no RS do que a região missioneira.

¹⁴⁰ Por explorações agropecuárias entendemos uma unidade produtiva formada por rebanho, equipamento produtivo, plantações, mão-de-obra residente e terrenos aproveitados. Preferimos o termo

dos inventariados possuíam mais de uma exploração agropecuária, porém estas não eram identificadas como unidades produtivas na sua maioria, sendo divididas e classificadas em bens de raiz, móveis e semoventes. Desta maneira, não é possível saber quantas cabeças de gado, escravos, etc., pertencem a esta ou àquela exploração agropecuária. Este empecilho pode ser em parte superado se visarmos médias e não números absolutos. O primeiro passo é descobrir o número de explorações agropecuárias em cada grupo de inventário. Para tanto, basta somar o número de terras de criação declaradas nos inventários com os proprietários sem-terra:

	Alegrete				São Borja			
	N.º de inventários	N.º de terras de criação	N.º de propr. sem-terra	Explorações agropecuárias	N.º de inventários	N.º de terras de criação	N.º de propr. sem-terra	Explorações agropecuárias
(G1) até 500 animais	5	0	5	5	5	5	1	6
(G2) de 501 até 1.000	6	1	5	6	1	1	0	1
(G3) de 1.001 até 5.000	13	13	5	18	6	9	0	9
(G4) de 5.001 até 10.000	5	7	1	8	-	-	-	-
(G5) mais de 10.000	3	9	0	9	-	-	-	-

A partir disto podemos tirar as médias globais de cada grupo de inventários, tendo em vista uma exploração agropecuária típica para cada grupo:

“explorações agropecuárias” a, simplesmente, “propriedades” para dar ênfase ao aproveitamento econômico da terra. Um estancieiro qualquer poderia ser proprietário formal de uma légua de terras mas aproveitá-la muito pouco, especialmente em São Borja, onde a qualidade da terra era menor do que em Alegrete: seria o caso de Joaquim José Pereira Cardinal que declarou ter um campo “ [...] com duas léguas de comprido e uma de largo [...]” no distrito de São Xavier em São Borja (A-5, M-1, E-14, São Borja, 1834, f-14), para apenas 654 animais. Dessa forma, é o número do gado o critério para definir o tamanho das explorações.

	Alegrete				São Borja			
	Animais por exploração agropecuária	Escravos por exploração agropecuária	Animais por escravo ^a	Valor médio da terra ^b	Animais por exploração agropecuária	Escravos por exploração agropecuária	Animais por escravo	Valor médio da terra
(G1) até 500 animais	140,2	1	140,2	-	224,2	1,8	122,3	1:380\$000
(G2) de 501 até 1.000	664,7	1,8	362,5	^c	^d	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
(G3) de 1.001 até 5.000	1.722,7	6,4	267,3	2:892\$805,7	1.340,4	3,9	344,7	2:050\$000
(G4) de 5.001 até 10.000	4.666,3	10,1	460,9	3:871\$428,6	-	-	-	-
(G5) mais de 10.000	6.194,5	11,4	541,3	9:211\$111,1	-	-	-	-

Em Alegrete uma exploração agropecuária típica do grupo 1 instalava-se em terras alheias, mantendo rebanhos muito pequenos (140,2), com uma mão-de-obra praticamente familiar devido ao número insignificante de escravos (1). O perfil do grupo 2 é praticamente o mesmo: rebanhos um pouco maiores (664,7), com um número ligeiramente superior de escravos (1,8). Já a situação do grupo 3 é bem superior: rebanhos significativos (1.722,7), um plantel razoável de escravos (6,4) que, com o aporte de trabalhadores semi-servis ou jornaleiros (ver próximo capítulo), poderia dispensar a mão-de-obra da família do proprietário, alguns possuíam terras, dispensando o arrendamento. O grupo 4 estava em uma situação muito mais confortável, grandes manadas (4.666,3), alto número de escravos para os padrões da atividade pastoril (10,1), e abundância de terras. O perfil do grupo 5 é similar:

^a Não tivemos a preocupação de separar os escravos de baixo rendimento ou “imprestáveis” (velhos e crianças) dos em “idade de trabalho”. Como a agropecuária sulina tinha um rendimento baixo para o uso de grandes planteis de escravos, a “força de trabalho marginal” (trabalho dos velhos, das crianças e das mulheres) era imprescindível para a reprodução da empresa econômica (ver sobre a “força de trabalho marginal” na economia camponesa em WOLF, 1976, p. 29). Cabe dizer ainda que alguns dos escravos constantes nos inventários podem ter sido escravos urbanos de aluguel.

^b O valor médio da terra foi calculado sobre as terras de criação e não sobre as explorações agropecuárias como os demais números da tabela.

^c Não representativo. Apenas um dos inventários do grupo 2 de Alegrete continha campos de criação, impossibilitando fazer-se uma média dos valores fundiários.

explorações agropecuárias com muitos animais (6.194,5)¹⁴¹, praticamente o mesmo número de escravos (11,4), mas chama atenção o altíssimo valor médio em terras (9:211\$111,1), quase três vezes o valor médio do grupo 4. A terra que faltava principalmente aos grupos 1 e 2, era monopolizada pelo grupo 5¹⁴².

Em São Borja, devido à existência de um número ínfimo de grandes proprietários, os perfis legados pelos inventários são menos complexos. No grupo 1 temos rebanhos pequenos (242,2), poucos escravos (1,8), com um acesso muito mais amplo à terra do que seus similares em Alegrete. O grupo 3 possuía muito mais cabeças de gado (1.340,4), mas pouco mais que o dobro de escravos que o grupo 1 (3,9). Deveriam ser raros em São Borja os proprietários, tanto os pertencentes ao grupo 1 como os do grupo 3, que pudessem dispensar a mão-de-obra familiar.

Outro aspecto que deve chamar a atenção é que a maior concentração de gado não resulta, na mesma escala, em maior concentração de escravos. Se observarmos os dois extremos de Alegrete, constataremos a presença de 140,2 animais por escravo no grupo 1 e 541,3 no grupo 5.

^d Não representativo. Só havia um inventário classificável no grupo 2 de São Borja, impedindo qualquer média.

¹⁴¹ Os campos ao sul do Ibicuí eram, possivelmente, os de maior produtividade em todo o Brasil colonial. No sertão do Piauí, Mott (*apud*: TEIXEIRA, 1996, p. 44), identificou apenas duas fazendas com rebanhos entre 4.001 e 6.000 animais no século XVIII. No Paraná, na região de Castro em 1825, as maiores unidades pecuaristas possuíam entre 2.000 e 3.500 cabeças de gado (GUTIÉRREZ, 1999, p. 11).

¹⁴² Outra situação que diferencia o grupo 5 do 4 é o maior número de proprietários absenteístas, verificável através dos inventários pelo número de propriedades urbanas. Enquanto que no grupo 5 todos os três inventariados mantinham moradas na Vila de Alegrete, no grupo 4 dos cinco inventariados apenas dois desfrutavam desta situação. No grupo 3 apenas um dos treze inventariados tinha uma propriedade em Rio Pardo. Ainda encontramos dois indivíduos com propriedades em Alegrete pertencentes ao grupo 1; estes, porém, viviam da agricultura praticada nos subúrbios da Vila e, provavelmente, do aluguel de seus escravos.

Desta situação podemos tirar algumas conclusões. Devido ao baixo número de animais o pequeno proprietário dependia muito da agricultura (ver adiante) ou de fontes exteriores de renda (aluguel de mão-de-obra) para a sua reprodução, podendo ocupar seu(s) escravo(s) nestas atividades¹⁴³. Como a pecuária desenvolvida em largos rebanhos usava o braço cativo em escala relativamente inferior à usada em pequenos rebanhos, o problema da força de trabalho só poderia ser solucionado através do uso de mão-de-obra semi-servil interna à exploração (peões presos por dívidas, arrendatários), ou contratando trabalhadores sazonais externos. A concentração das terras de criação facilitava a submissão dos proprietários de pequenos rebanhos (ver próximo capítulo, esp. item 4.2).

Importa interrogar por que nos campos ao sul do Ibicuí ocorreu uma maior concentração de rebanhos e de terras, com a formação de espólios que chegaram a ter mais de 25.000 animais e 6 léguas de terras. Via de regra, não existem diferenças muito claras entre a província das Missões e os campos ao sul do Ibicuí quanto ao processo de privatização dos rebanhos e da terra.

A origem dos rebanhos em Alegrete é a mesma de São Borja: o gado pertencente às vacarias e estâncias missioneiras. É, portanto, a renda diferencial proporcionada pelos campos

¹⁴³ De acordo com informações colhidas por Saint-Hilaire (*apud*: FREITAS, 1980, p. 22), a renda anual dos campos sul-rio-grandenses, em se tratando de bovinos, poderia variar entre 1/5 e 1/3, apesar de outros estancieiros terem lhe garantido que esta não passava de 1/10. A média de rebanhos bovinos do grupo 1 em Alegrete era de 109,8, com isto sua renda média anual seria, pensando na produtividade máxima, de, arredondando, 37 animais por ano, e sua renda mínima não passaria de 11 vacuns. Durante a década de 30 do século XIX o preço médio de uma rês girava em torno de 3\$200 réis (ver p. 124), assim sua renda anual era de, no máximo, 118\$400 ou, no mínimo, de 35\$200. Sua renda diária seria de 324\$ e 96\$, respectivamente. Além disto, é necessário deduzir a renda paga ao proprietário da terra, que girava em torno de 1/5 ou 1/4 da produção (ver p. 112); desta dedução, restaria 243\$ ou 259\$, no primeiro caso, e 72\$ ou 77\$, valores bem menores do que os 320\$ pagos a um trabalhador diarista (pp. 120-124). Conclui-se daí a necessidade de outras fontes de renda, especialmente a agricultura.

de melhor qualidade situados ao sul do Ibicuí e a sua capacidade de conter rebanhos maiores que explicam o alto número de animais na região.

Tendo em vista a baixa produtividade da pecuária extensiva, o pressuposto para a concentração do gado é a concentração de terras. Nos campos ao sul do Ibicuí, na fase de apropriação predatória do espaço, a ausência de um poder legal local do que dependessem as concessões fundiárias (como o comandante da província de Missões) deve ter facilitado a monopolização de terras. Como já vimos no item anterior, nas Missões alguns comandantes tentaram preservar o patrimônio das comunidades colocando certos freios na privatização da terra.

Os campos de criação de Alegrete prometiam uma renda considerável, provocando sua valorização e, por conseguinte, uma cobiça de terras atípica para os padrões fundiários do Brasil na primeira metade do século XIX¹⁴⁴.

Como vimos até agora, a pecuária da província de Missões (São Borja) diferia em aspectos *quantitativos* da pecuária praticada nos campos ao sul do Ibicuí (Alegrete). Porém, em seus aspectos *qualitativos* não ocorriam muitas diferenças. Como a expansão da pecuária comercial sulina sobre o espaço oriental missioneiro deu-se de maneira extensiva, a revalorização deste espaço não significou uma acumulação *no espaço*¹⁴⁵. Uma vez que os

¹⁴⁴ Teixeira (1996), tratando da pecuária desenvolvida no sertão nordestino, comenta “A existência, contudo, de outros recursos adequados à criação é que tornava uma terra apta, ou não, para a pecuária. A presença permanente de água [...] bem como [...] jazidas de sal, qualificavam as terras [...]” (TEIXEIRA, 1996, p. 44). Há muitos anos que os guarani manejavam os arroios e rios subsidiários do Ibicuí para a pecuária, valorizando aquela região (ver p. 43).

¹⁴⁵ Santos, ao tratar do conceito de *rugosidade*, chama a atenção para o processo de acumulação de trabalho no espaço: “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.” (SANTOS, 1999, p. 113).

estancieiros visavam essencialmente a renda, seu intuito era monopolizar gado e terra, pouco se ocupando de uma valorização através da acumulação no espaço.

Não faltam testemunhos sobre a ausência de investimentos intensivos na pecuária. Os relatos dos cronistas apontam o baixo nível técnico das explorações pecuárias. Também os inventários da região, no início do século XIX, relacionam algumas poucas benfeitorias, aliás muito parecidas:

Declarou mais [...] uma casa no mesmo supra dito campo com sessenta palmos de frente e vinte e cinco [de] fundo com paredes de pau, currais e arvoredo de fruto de espinho [...] que acharam valer seiscentos mil réis¹⁴⁶.
 Declarou mais haver ficado um arranchamento em Toropasso em campos da mãe do falecido, contendo um rancho com cercado e mangueira de madeira que [...] acharam valer duzentos mil réis¹⁴⁷.
 Uma casa de palha com cinqüenta e dois palmos de frente e trinta de fundos, com sete portas e três janelas, mangueiras velhas sem [caiado?] com pouco arvoredo que [...] avaliaram por cento e vinte mil réis¹⁴⁸.
 O estabelecimento no mesmo campo com casas e cozinha velhas, cobertas de capim, cercado de valo, já velho, com espinhos, mangueiras um arvoredo suficiente [...] acharam valer [...] a quantia de duzentos mil réis¹⁴⁹.

Somente nos inventários de Alegrete, em que constam grandes rebanhos com mais de 10.000 animais, vemos alguns investimentos maiores nas propriedades. Estes investimentos não configuram uma intensificação na produção, significam apenas algumas melhorias no mesmo equipamento de produção (currais de pedra), ou moradas mais luxuosas:

Declarou um curral de pedra [...] que foi avaliado por duzentos mil réis. Declarou um dito pequeno [...] que foi avaliado por cem mil réis. Declarou uma casa de pedra, as paredes, coberta de palha [...] com mais benfeitorias que foram avaliadas por quinhentos mil réis¹⁵⁰.

¹⁴⁶ APERGS, A26, M-02, E-65, Alegrete, 1834, f-9. Inventário em que constam 3.264 animais.

¹⁴⁷ APERGS, A43, M-03, E-65, Alegrete, 1835, f-5. Inventário em que constam 1.040 animais.

¹⁴⁸ APERGS, A9, M-01, E-14, São Borja, 1836, f-7. Inventário em que constam 1.619 animais.

¹⁴⁹ APERGS, A16, M-01, E-14, São Borja, 1844, f-5. Inventário em que constam 2.676 animais.

¹⁵⁰ APERGS, A-28, M-03, E65, Alegrete, 1834, f13. Inventário em que constam 10.439 animais. Através dos inventários é difícil estabelecer se essas estruturas (currais e ranchos) não provêm das próprias estâncias missionárias. La Salvia (1988) publicou um pequeno estudo sobre os remanescentes arqueológicos das atividades agropastoris missionárias, fazendo o seguinte relato sobre uma estância

Declarou mais uma casa com paredes de pedra de noventa e seis palmos de frente e cinquenta e dois de fundo, coberta de telha, forrada, assoalhada, a cozinha com a mesma frente e de fundo vinte e dois palmos, as paredes de pedra, coberta de telha, cercado de muro de pedra, com quintal e mangueira de pau, arvoredos dentro do mesmo quintal, tudo no mesmo campo de São Miguel que foi avaliado [...] em cinco contos e duzentos mil réis¹⁵¹.

Os instrumentos de produção relatados nos inventários de Alegrete e São Borja são os mesmos. Estes não passam de ferramentas simples: machados, foices, arados, martelos, enxós, trinchas, junteiras, tesouras de tosquia, serras, enxadas, pás. Menos comuns eram os objetos mais complexos, do tipo de teares, moinhos, engenhos e fornos de fazer farinha. Havia ainda as carretas e carroças, que faziam o transporte da produção por terra.

Ainda que a pecuária comercial tenha sido o nexo principal entre a economia da capitania e o espaço oriental missioneiro, esta pequena caracterização das atividades produtivas que se afirmaram não estaria completa se não falássemos da agricultura.

Com a exceção da cultura do trigo, que passou por um ciclo exportador no final do século XVIII e início de século XIX, sofrendo grande decadência depois de 1814 (CARDOSO, 1991), o Rio Grande do Sul não teve uma agricultura em grande escala para a exportação. Mesmo assim, a agricultura sempre foi uma atividade econômica importante, relacionada com o abastecimento do mercado interno¹⁵².

localizada perto do Ibirapuitã: “O local onde se localizaria a Capela ou a casa de administração [do posto indígena] foi ocupada para construção do proprietário da estância [...]. Distante desta, a uns 2 kms, temos o silo e seus elementos representados por uma construção de pedra [...] O curral, quadrado, dividido em duas partes, apresenta local para reparto ou de potreiro. Sinais de poços de água e outras pequenas evidências de construções, não identificadas, estão distantes uma das outras devendo formar um conjunto dentro do espaço.” (LA SALVIA, 1988, pp. 200-201).

¹⁵¹ APERGS, A-62, M-04, E-65, Alegrete, 1839, f-10. Inventário em que constam 25.900 animais.

¹⁵² Sobre a importância da agricultura ver Reichel e Gutfreind (1996).

De acordo com a escala de produção, com a mão-de-obra e com o mercado consumidor, podemos distinguir diferentes tipos de atividades agrícolas no Rio Grande do Sul do início do século XIX.

Em primeiro lugar, havia a agricultura comercial, que consistia numa exploração agrícola racionalizada, de produção em larga escala visando ao abastecimento do mercado interno e, eventualmente, do mercado externo. A agricultura comercial mais comumente praticada aproximaria-se ao que Wolf chamou, para o contexto da agricultura moderna, de ecótipo neotécnico de horticultura especializada, que visa ao fornecimento de meios de subsistência às cidades “[...] caracterizada pela produção de hortas, pomares e vinhedos, em terrenos usados permanentemente. [...]” (WOLF, 1976, p. 58):

[O pomar de José Gonçalves Chaves] É o maior pomar que jamais vi no Brasil, [...] Compõe-se de longas aléias, oblíquas, de pessegueiros entremeados de laranjeiras. [...] Entre elas estão canteiros de hortaliças tais como – couves, favas, alfaces e ervilhas. Vi também nesse pomar: macieiras, pereiras, ameixeiras, cerejeiras e parreiras bem desenvolvidas. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 206).

O lado oposto ao rio [Gravataí] está bordeado de ricas chácaras [...], abundantes de flores e, de frutos, [...] as uvas [...] os pêssegos, os figos, as peras [sic], os marmelos, juntos com a laranja, a lima, a banana, crescem na mesma latada [...] (DREYS, 1990, p. 68).

[...] nos tempos ordinários, nos tempos de paz, a cidade [POA] recebe de chácaras circunvizinhas todas as qualidades de frutas, de hortaliças, e de verdura [...] (ID., p. 69).

Este comércio não era pequeno, fazendo com que charqueadores do quilate de Antônio José Gonçalves Chaves investissem na produção agrícola. O próprio publicou, em sua memória, muitos elogios à fazenda do tenente-coronel Antônio dos Santos, que possuía um engenho para produzir farinha de mandioca e pretendia construir um engenho de moer cana, provavelmente para produzir açúcar e aguardente (CHAVES, 1978, p. 125). Também não era

apenas local: Dreys (1990, p. 88) relatou a produção de mandioca e feijão em Triunfo para o consumo em Porto Alegre, 12 léguas (79,20 Km) distante.

Na agricultura comercial, a mão-de-obra era escrava, semi-servil ou jornaleira, os proprietários eram ausentes não participando na produção, como relatou Saint-Hilaire sobre a fazenda de Francisco das Chagas Santos: “*O feitor do Marechal confirmou-me [...] a fertilidade das terras desta região [...] A cana-de-açúcar, [...] produziu suficientemente, tendo sido feita considerável quantidade de aguardente [...].*” (grifo nosso) (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 140).

Em segundo lugar, havia a agricultura familiar, com propriedades e explorações. pequenas ou médias. No caso das primeiras a produção era pequena, tendendo à subsistência¹⁵³ e à comercialização de uma parte mínima da produção; a mão-de-obra era totalmente familiar: Esse tipo de agricultura foi típico dos guarani fora do regime de comunidade. Já as médias propriedades mantinham um caráter essencialmente familiar na mão-de-obra, mas a presença de um número mínimo de escravos, agregados e ajudantes garantia uma produtividade maior. Saint-Hilaire dava o seguinte depoimento sobre o distrito de Santa Maria: “*Todos os proprietários cultivam a terra, ao mesmo tempo que se dedicam à criação de gado. O dono da casa e seus filhos cuidam do gado e os negros tratam da*

¹⁵³ Martins critica a utilização do termo *subsistência* para a economia pequeno camponesa, chamando atenção para o fato de que o raciocínio que preside a organização da produção (o que plantar, quanto plantar etc.), organiza-se visando a produção de uma parte que deve servir à família e um excedente destinado ao comércio, com o qual obtém-se produtos para a subsistência da família camponesa. Portanto, temos aqui, como diz Martins, uma economia de *excedentes* (MARTINS, 1997, p. 190). Nossos estudos empíricos, porém, não permitem vislumbrar os distintos graus de inserção econômica dos pequenos camponeses no mercado no contexto histórico estudado, o que nos impede de emitir juízos sobre sua(s) *racionalidade(s)* econômica(s). Daí optarmos por *economia de subsistência*, termo já consagrado.

plantação [...] Os homens menos ricos possuem vacas de leite e cultivam a terra por suas próprias mãos.” (ID., p. 179).

Havia ainda um terceiro tipo de agricultura, que era a praticada nas estâncias com o intuito único de garantir a subsistência dos seus moradores, especialmente os escravos, capataz, jornaleiros e serviçais domésticos¹⁵⁴. Tratava-se, portanto, de uma produção em pequena escala.

É claro que estes tipos elementares de produção agrícola combinavam-se de diferentes maneiras, com a própria pecuária, nas propriedades existentes¹⁵⁵. Isto pode ser verificado no próprio espaço orient al missioneiro, em que todas estas produções privadas se instalaram sobre os despojos do sistema de comunidade.

Na província de Missões, de acordo com a *Lista de Pessoas empregadas em todas as classes nesta Província de Missões*, elaborada em 1810 por Francisco das Chagas Santos, havia 98 agricultores portugueses, número bastante expressivo, mesmo se comparado com o número de estancieiros portugueses (102)¹⁵⁶. Neste mesmo ano, foram inventariados 2.877 alqueires de trigo, 1.782 de milho e 1.290 de feijão produzidos na província¹⁵⁷. Uma atividade agrícola de vulto, apesar de não existirem centros urbanos importantes nas Missões naquele momento. O fato é que as chácaras missioneiras apropriadas pelos invasores podiam manter

¹⁵⁴ Escrevia o conde do Piratini ao seu capataz: *‘Artigo 11: Fará plantar bastante milho, feijão, abóboras e hortaliças e algum trigo, para que haja de tudo fartura, afim de poupar-se as muitas carneações.’* (apud: CESAR, 1978, p. 40).

¹⁵⁵ Alguns autores analisam de forma dicotômica a agricultura e a pecuária do século passado. É o caso de Silva (1979), que insiste na existência de duas sociedades distintas, uma agricultora, baseada na pequena propriedade, e uma pecuarista latifundiária. Esta idéia é rebatida por Reichel e Gutfreind (1996).

¹⁵⁶ AHRs, A.M., L-162, M-02, 1810, Francisco das Chagas Santos.

¹⁵⁷ AHRs, A.M., L-162, M-02, 1810, Francisco das Chagas Santos. Nestes números devem estar incluídos não só o produzido pelos colonos e particulares, como também o produzido pelas comunidades.

grande produção utilizando-se da mão-de-obra guarani¹⁵⁸: “*Declarou o mesmo inventariante ser mais depositário de uma chácara nos subúrbios de São Borja que terá meio quarto de légua em quadro, pouco mais ou menos com seus arvoredos [...]*”¹⁵⁹, é possível que esta produção fosse exportada para Rio Pardo e para a fronteira Argentina.

A mão-de-obra exclusivamente familiar, ao menos nos vinte primeiros anos do século XIX, deveria ser mais comum aos índios pequenos camponeses¹⁶⁰. Havia facilidade de obter mão-de-obra guarani semi-servil, como atesta a reclamação do cabildo de São Luiz Gonzaga:

Nós a corporação do cabildo de São Luiz Gonzaga fazemos saber a V. M. que de volta deste povo passou por este o alferes de dragões Antonio Vicente a quem demos uma cunhataim órfã, saiu deste e em pouca distância encontrou os piás de escola que iam ajudar a colheita do algodão e ali se valeu de um lingoarar [sic] a fim de reduzir a acompanhá-lo um deles e repugnando o mesmo piá, o levou sem consentimento de pais [sic], e ainda menos desta comunidade [...]¹⁶¹

Além disso, a difícil situação pela qual passavam os índios guarani sob o decadente regime de comunidade facilitava o seu recrutamento por parte dos agricultores.

Em vista disto, relatava Saint-Hilaire com provável exagero, “*Todos os cultivadores têm em suas casas índios que lhes servem de peões.*” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 164).

Mesmo assim, a mão-de-obra escrava continuava sendo importante. Joaquim José Pereira Cardinal, por exemplo, além de uma sesmaria de campo com alguns animais, tinha um

¹⁵⁸ Ver os relatos de Saint-Hilaire sobre as chácaras dos administradores de São Nicolau e São Lourenço (1974, p. 130, p. 149). Como já escrevemos (p. 73-74), em 1827 Manoel da Silva Pereira Lago relatava ser 8 o número de chácaras usurpadas aos povos.

¹⁵⁹ APERGS, A-175, M-9, E-47, Rio Pardo, 1813, f-7v.

¹⁶⁰ Wilkinson, polemizando com a obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* de Lenin, escreve que a exploração familiar necessita de mão-de-obra auxiliar, afirmando que, no contexto do capitalismo, “[...] a força de trabalho assalariado é um componente estrutural da exploração familiar, que compreende a maioria das famílias camponesas”. (WILKINSON, 1986, p. 56).

¹⁶¹ AHRs, L-161, M-01, 15/04/1806, inclusa na correspondência de Patricio Jose Correia da Camara.

terreno para agricultura com 1.500 braças² (3.300m²) e onze escravos (sete em idade de trabalho)¹⁶².

Além do cultivo propriamente dito, a exploração extrativista da erva-mate era comum na província de Missões. Apesar das já mencionadas limitações à apropriação privada dos ervais (ver nota 68), os luso-brasileiros instalados na região exploravam estes ervais, utilizando, possivelmente, a mão-de-obra guarani. Em uma correspondência de 1825, constam os direitos cobrados pela exportação da erva-mate pelo rio Uruguai do intervalo de 1823-25. Muitos dos “exportadores” eram índios guarani, mas também havia alguns com nomes franceses, espanhóis, portugueses e até mesmo um “João Inglês”¹⁶³. Ou seja, o negócio da erva-mate envolvia índios, aldeados ou não, colonos luso-brasileiros, que poderiam ser pequenos ou grandes proprietários, e negociantes estrangeiros.

O inventário de João Baptista do Nascimento exemplifica a propriedade de um pequeno explorador de erva. Nele, constam, como instrumentos típicos da extração de erva¹⁶⁴, uma serra braçal, dois machados velhos e uma canoa. O falecido possuía ainda oito arrobas erva-mate colhida, 14 eqüinos, 3 escravos, um potreiro e algumas outras ferramentas¹⁶⁵.

Já Barbara Maria de Jesus, era proprietária, junto com o seu marido, de 52 machados, quatro carretas e uma canoa para o transporte, para 34 arrobas de erva. Contam ainda 2.060 animais, uma pipa de aguardente, 12 alqueires de farinha, uma engenhoca de fazer farinha, quatro escravos e algumas outras ferramentas. De bens de raiz havia uma sesmaria de campo

¹⁶² APERGS, A5, M-1, E-14, São Borja, 1834. A discussão sobre a mão-de-obra será retomada no capítulo 4 (esp. item 4.2).

¹⁶³ AHRS, Junta da Real Fazenda, M-01, São Borja, correspondência recebida, 1825.

¹⁶⁴ Para a descrição da extração da erva ver Chaves (1978, p. 201).

¹⁶⁵ APERGS, A209, M-9, E-47, Rio Pardo, 1815.

(estão referidos no inventário quatro alqueires de sal, provavelmente para o gado) e uma chácara com laranjais nos subúrbios de São Borja ¹⁶⁶.

Um elemento neste inventário chama a atenção: o grande número de machados (52), contrastando com o número de escravos (4), sinal de que para a extração da erva era obtida mão-de-obra livre ou semi-servil, provavelmente guarani.

Em relação aos campos ao sul do Ibicuí não temos muitos subsídios sobre a agricultura praticada na região.

É óbvio, porém, que cultivos agrícolas de subsistência sempre acompanharam a frente de expansão até o desenvolvimento mais estável com a fundação da vila de Alegrete e a criação de um incipiente mercado interno ¹⁶⁷. Constituíam-se, desta maneira, a demanda necessária para o incremento da produção agrícola.

Assim, é bem possível que os três tipos de produções agrícolas acima descritos (comercial, familiar e a de subsistência da estância) tenham se instalado naquela porção do espaço oriental missioneiro.

Nos inventários de Alegrete encontramos muitas referências a uma produção agrícola importante. Dos 32 inventários levantados 15, quase a metade, continham referências à produção agrícola (escravos roceiros, produtos agrícolas, roças e alto número de instrumentos agrícolas).

A terra de José Rodrigues Ferreira, por exemplo, dividia-se com um capão de mato dentro de um banhado que ficava “[...] *abaixo de uma roça que foi de arroz [...]*” ¹⁶⁸. Benta

¹⁶⁶ APERGS, A2, M-1, E-14, São Borja, 1834.

¹⁶⁷ Naturalmente, este incipiente mercado interno era muito pequeno e sofria de certas limitações estruturais, entre as quais destaca-se a dominância do escravismo, que dificultavam a sua expansão.

¹⁶⁸ APERGS, A26, M-2, E-65, Alegrete, 1834, f-9.

Maria da Silva, possuiu sete escravos roceiros e “[...] *umas lavouras [...]*”¹⁶⁹ em sua estância de gado. Jeronimo Vieira dos Santos deixou aos seus herdeiros “[...] *uma chácara em Guaraiáça [...]*”. João Messias Boccanegra “[...] *uma chácara no subúrbio desta vila com rancho de madeira, coberta de capim, que divide com a chácara do Capitão Felisberto Nunes [...]*”¹⁷⁰. Albino Pereira de Lima “[...] *Uma chácara imediata ao açougue velho que confina com Ubirapuitam e a chácara de Antonio Jose Lopes, com suas benfeitorias de casa de telha e armação para enramada [...]* Um terreno para chácara entre outro de Joaquim Dias e a chácara do tenente Domingos [...]”¹⁷¹. As chácaras ficavam em torno de Alegrete, nas várzeas de rios e arroios.

Estancieiros com rebanhos de tamanho considerável em Alegrete também eram praticantes da agricultura comercial. A estância de Candida Flora parece ter sido uma importante produtora de farinha de mandioca, contendo 12 enxadas, um forno de cobre, um fogareiro, sacos contendo farinha de mandioca e farinha de trigo, três escravos roceiros e 20 bois mansos (para as carroças e arado), ao mesmo tempo, mantinha mais de 4.000 cabeças de gado¹⁷². Já no inventário de Maria Joaquina da Silva, proprietária de duas grandes estâncias com 25.900 animais, dos quais 80 eram bois mansos e 20 eram cavalos de trabalho, mantinha 20 machados, 15 enxadas, oito carretas e 39 escravos, dos quais alguns deveriam ser roceiros¹⁷³.

¹⁶⁹ APERGS, A39, M-3, E-65, Alegrete, 1835, f.-22.

¹⁷⁰ APERGS, A59, M-4, E-65, Alegrete, 1838, f.-6v.

¹⁷¹ APERGS, A64, M-4, E-65, Alegrete, 1838, f.-20v.

¹⁷² APERGS, A23, M-2, E-65, Alegrete, 1834.

¹⁷³ APERGS, A62, M-4, E-65, Alegrete, 1839.

Pequenas explorações familiares também existiam na região, o já referido João Messias Boccanegra, tinha apenas 52 animais (28 de transporte ou tração), um machado, um machado *de ossos*, uma enxada, três ferramentas de carpintaria e nenhum escravo.

Dessa maneira, não podemos encontrar grandes distinções entre a agricultura praticada na região de São Borja e a praticada em Alegrete. Talvez existissem diferenças quanto ao tamanho das explorações ou quanto ao número de pequenos, médios e grandes proprietários agrícolas, mas não é possível constatá-las apenas através dos inventários.

Devemos chegar enfim a uma avaliação do resultado da integração econômica no espaço oriental missioneiro.

O resultado mais direto foi a privatização dos rebanhos e das terras, seguindo a expansão do capital comercial. Os meios de produção foram expropriados às comunidades e gradualmente monopolizados, especialmente na região ao sul do Ibicuí. As estruturas produtivas legadas pelas comunidades (estradas, estâncias, etc.) foram as bases sobre as quais sentou-se a pecuária comercial: estas estruturas, portanto, influenciaram na reorganização e integração do espaço oriental na economia sul-rio-grandense¹⁷⁴.

A expansão da pecuária comercial processou-se, inicialmente, por uma economia de rapinagem que acabou integrando o espaço oriental missioneiro ao circuito comercial sul-rio-grandense. Em seguida, com a superação da fase meramente predatória, as mercadorias se diversificaram, surgindo mercados locais para a população rural. Com as vilas criadas no

¹⁷⁴ “O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de ‘viver bem’.” (SANTOS, 1999, p. 45).

espaço oriental missioneiro se consubstanciou este incipiente mercado interno, interligando o mundo platino através de São Borja (mais tarde Itaqui) e Alegrete (depois Santana do Livramento) ao litoral do Rio Grande do Sul, aos portos de exportação e aos mercados da região sudeste do Brasil.

O espaço oriental missioneiro foi completamente integrado ao Rio Grande do Sul, e, no lugar da sociedade jesuítico-guarani, foi sendo constituída a sociedade tradicional gaúcha. Para a formação desta nova sociedade, as terras, os braços e o gado foram “fornecidos” pelas comunidades guarani. Como na Inglaterra, “*A nova sociedade tinha de nutrir-se de crise e decadência da ordem mais antiga.*” (DOBB, 1988, p. 130).

O primeiro passo desta reorganização foi o despojamento da comunidade de seu gado e terras, transformando o gado e as terras missioneiros, que até então tinham um caráter essencial de valor de uso, em valor de troca. O segundo passo foi a submissão dos braços guarani à pecuária comercial e aos agricultores portugueses, o que, mesmo não tendo significado relações capitalistas, esteve no bojo do processo de acumulação primitiva. O tipo de sociedade que se consolidou sob os despojos das comunidades comportava ainda formas arcaicas de propriedade e a pequena exploração agropecuária. Neste sentido, foi o capital comercial através dos comerciantes e agenciadores que acumulou a riqueza extraída da decadente economia missioneira¹⁷⁵, criando condições para a realização do capitalismo. Não foi por acaso que Pelotas, nascida do capital comercial investido em charqueadas (ver nota

¹⁷⁵ Através de preços de monopólio os comerciantes locais puderam “absorver” a riqueza proporcionada pela pecuária comercial, especialmente em sua fase predatória, quando o preço do gado era muito baixo. Já dizia o comandante da província de Missões José de Saldanha que os negociantes “[...] vêm a acabar de arruinar às estes [sic] habitantes, introduzindo-lhes por preços exorbitantes o luxo das fazendas e o vício dos licores ou cachaças [...]” (grifo nosso) (AHRs, A.M., L 160, M-02, 09/06/1804, José de Saldanha, inclusa na corresp. de Patrício Jose Correa da Camara). Em trabalho

13), e não Alegrete ou São Borja, que chamou a atenção de Saint-Hilaire (1974, p. 66) e de Nicolau Dreys (1990, pp. 81-82) pelo seu súbito enriquecimento e pela prosperidade de seus comerciantes.

A consolidação do capitalismo no Rio Grande do Sul passará ainda pela afirmação *absoluta* da propriedade privada no sentido moderno, através do seu chancelamento jurídico, pela transformação do capital comercial em “[...] *capital no estrito senso, em capital industrial [...]*” (MARX *In*: MARX e HOBBSBAWM, 1975, p. 101) e pelo “rebaixamento” do primeiro a momento do segundo. Enfim, apesar das bases para a realização do capitalismo já estarem lançadas, a economia sulina vai ainda passar por grandes transformações no sentido do estabelecimento do modo de produção capitalista.

futuro pretendemos aprofundar a análise do papel do capital comercial no financiamento da pecuária e na acumulação primitiva de capitais.

4. A INTEGRAÇÃO DO GUARANI MISSIONEIRO NA ECONOMIA SUL-RIO-GRANDENSE

Introdução.

Diz Milton Santos que o espaço “[...] reúne a materialidade e a vida que a anima.” (SANTOS, 1999, p. 51). Então, a análise da integração do espaço missioneiro passa, necessariamente, pelo estudo da integração das pessoas que o animavam, os guarani missioneiros. Como pano de fundo, está a perda dos meios de produção e de subsistência e a submissão do produtor direto, compondo a mão-de-obra à disposição dos proprietários sulinos.

Para tanto, é preciso alargar nosso marco geográfico para o restante do Rio Grande do Sul, pois os guarani missioneiros migraram para diferentes lugares na capitania, integrando-se na economia sul-rio-grandense.

Assim, na primeira parte deste capítulo, será analisada a dispersão da população indígena e sua integração em diferentes atividades produtivas, tendo em conta a perda da posse dos rebanhos bovinos e da terra. Na segunda parte, estudaremos as diferentes relações de produção que se organizaram em torno da mão-de-obra guarani. Por último, será visado o braço indígena em relação ao restante da população.

4.1 A dispersão indígena e sua integração na economia sul-rio-grandense.

A economia sul-rio-grandense contou com a mão-de-obra guarani, mesmo que de forma esporádica e subsidiária, desde os primórdios de sua organização. Nos registros de batismos da cidade de Rio Grande constam índios missioneiros “apresados na campanha” ainda no final da década de 30 do século XVIII, provavelmente utilizados como escravos¹⁷⁶.

Mas é a partir de 1752 que esta presença do índio missioneiro no que era então o Rio Grande do Sul tornou-se mais comum, levando inclusive a formação de um aldeamento na margem norte do canal da Lagoa dos Patos (Estreito)¹⁷⁷. Mais adiante, após a Guerra Guaranítica, aldeamentos com guarani foram fundados nos arredores de Rio Pardo e Viamão, formando, respectivamente, as aldeias de São Nicolau do Rio Pardo e Nossa Senhora dos Anjos¹⁷⁸. Ainda no final do século XVIII, um grupo de guarani vindos do Rio Pardo ajudaram a fundar Cachoeira do Sul, estabelecendo-se nos arredores daquele povoamento (SAINT-HILAIRE, 1974).

Todos estes locais, talvez com a única exceção de Estreito, mantiveram-se como “focos” de população missioneira durante o século XIX.

Se já no século XVIII os índios missioneiros participavam da vida colonial sul-rio-grandense, com a conquista de 1801 houve uma participação ainda maior: os índios que abandonavam as Missões iam, aos poucos, se reunindo em núcleos populacionais dispersos

¹⁷⁶ No AHRS existe um resumo dos batismos do século XVIII.

¹⁷⁷ Ver AHRS, Registro Geral da Real Fazenda, F-1242, f.14.

¹⁷⁸ Ver a extensa documentação sobre os aldeamentos indígenas do século XVIII contida no AN (Cód. 104, Vol. 06) e na publicação do AHRS (1990).

por todo o Rio Grande do Sul. Temos notícias de pequenas aldeias em Alegrete, Cruz Alta, São Vicente, Torres, Caçapava e Santa Maria ¹⁷⁹.

É difícil historiar as origens de cada estabelecimento. Alguns foram fundados por autoridades portuguesas utilizando-se dos índios como núcleo populacional inicial. São os casos de Alegrete ¹⁸⁰ e Torres ¹⁸¹. Outros parecem ter surgido espontaneamente em torno de estâncias missioneiras ou postos indígenas, como São Vicente ¹⁸², e, talvez, Santa Maria e Caçapava ¹⁸³. Já o arranhamento de Cruz Alta ¹⁸⁴ pode ter surgido como um interposto de produção e comercialização da erva - mate.

Muitas destas pequenas aldeias, com um número reduzido de índios, ao que parece, não possuíam uma organização oficial. Além disso, de acordo com diversas fontes, famílias de índios se reuniam em estâncias de particulares formando “[...] *uma aldeia deles* [...]” ¹⁸⁵. Outras localidades como Triunfo, Santo Amaro e Porto Alegre também tiveram um número

¹⁷⁹ Farias (1921), registra em seu *Diccionario Geographico...* bairros com o nome de *Aldeia* em diversas cidades localizadas no que foi o espaço oriental missioneiro, são elas: Santa Maria, São Gabriel, Alegrete, Quaraí, Uruguaiana, Santana do Livramento, Júlio de Castilhos e São Sepé. Estes bairros, provavelmente, foram arranchementos de índios guarani.

¹⁸⁰ “[...] *os aventureiros entrerrianos lançavam os fundamentos da Capela do Alegrete* [...] Não era sem o concurso da gente da raça Guarany que se empreendiam essas povoações” (grifo nosso) (OLIVEIRA, 1863 - 1ª ed. 1842 - p. 334).

¹⁸¹ Torres foi fundada por Francisco Paula de Soares de Gusmão que diz que “[...] [o Conde da Figueira] *em junho de 1820 mandou levar para as Torres as índias P. de Taquarembó* [...] *as quais casei, arranchei* [...]” (RIHGRS, 1995, p. 127).

¹⁸² São Vicente era uma estância de São Miguel onde acabaram por se concentrar muitos índios como refere Isabelle (1949). Debret também se referiu a São Vicente “*A aldeia de São Vicente* [...] *constituiu-se igualmente de famílias desses índios civilizados* [guarani]” (DEBRET, 1978 - 1ª ed. 1834, p. 99)

¹⁸³ Jacques (1979 - 1ª ed. é do início do século) escreveu poucas linhas sobre a “aldeia de Santa Maria da Boca do Monte”, sem falar sobre a sua origem. Sobre Caçapava temos apenas uma queixa do Comandante de Caçapava ao Barão de Pelotas das violências cometidas por alguns soldados aos índios da “[...] *aldeia deste lugar* [...]” (AHRs, L-179, M-01, 20/04/1826, inclusa na correspondência do Barão de Pelotas). Estas duas cidades surgiram em território ocupado por estâncias missioneiras.

¹⁸⁴ Sobre Cruz Alta temos apenas a informação de Debret: “*A aldeia de guaranis de Cruz Alta*, [...] *é famosa por suas fábricas de sabão preto*.” (DEBRET, 1978 - 1ª ed. 1834, p. 99)

¹⁸⁵ AHRs, L-176, M-01, 1º/05/1822, Antonio Jose da Silva Paulet. Ver também Saint-Hilaire (1974, p. 109).

expressivo de índios como residentes¹⁸⁶. Dessa maneira, os índios guarani iam-se integrando à economia sul-rio-grandense.

Importa interrogar a maneira como se deu esta integração. Na introdução da dissertação afirmamos que os guarani excluídos do sistema de comunidade perdiam o acesso aos meios de produção e de subsistência, necessitando se submeter aos particulares proprietários de terra e gado.

Existe a possibilidade de verificar com dados quantitativos até que ponto esta separação do trabalhador indígena dos seus meios de produção e de subsistência realmente aconteceu. Para tanto, nos utilizaremos de duas fontes distintas: a primeira trata-se da já referida *Lista de Pessoas empregadas em todas as classes nesta Província de Missões* de 1810, em que constam os empregos de todos os índios guarani daquela província, ainda sob o regime de comunidade (gráfico 2.1). A segunda é um levantamento feito nos processos -crime do intervalo 1801-1830 (ver a referência destes documentos na tabela 2.2), em que mapeamos as profissões dos réus e testemunhas indígenas, arrolados nesses processos (gráfico 2.2).

Busca-se com esta análise comparar a situação do trabalhador indígena fora do regime de comunidade com a do submetido ao mesmo regime. Tendo em vista este objetivo, excluimos todos os réus e testemunhas que pertencessem à província de Missões, na qual, ao menos até 1834, funcionava um arremedo de regime de comunidade.

As fontes, no entanto, são muito heterogêneas quanto à origem, classificação e, especialmente, quanto à legitimidade. Enquanto que o levantamento da província de Missões foi feito todo em um único ano, por uma única autoridade que buscava justamente a

¹⁸⁶ Porto Alegre tinha uma rua conhecida como “rua do quartel dos guaranis”.

uniformização e, por isto, abarcando praticamente toda a população indígena masculina adulta da província (1.495), o levantamento nos processos -crime foi feito em dezenas de autos nos quais o réu ou a vítima fossem guarani, dependendo da declaração de réus e testemunhas¹⁸⁷, em um intervalo de tempo de 29 anos e com um número de índios que era apenas uma parte muito pequena da população total (97).

Mesmo assim, cremos que a comparação é válida, tendo em vista a ausência de fontes censitárias que levem em conta as profissões daquele período.

Como se vê no gráfico 2.1, nas Missões quase 70% dos guarani eram agricultores e somente 10,6% eram peões, fato decorrente da garantia do usufruto da terra e dos instrumentos agrícolas proporcionado pelo regime de comunidade. No restante do Rio Grande do Sul (gráfico 2.2) a situação era totalmente diferente, os agricultores eram pouco mais de 40% da população e os peões 44,3%. O número de oficiais (artesãos) em ambas as situações também era distinto, 19,6% e 12,4% respectivamente.

Os números mostram que a maioria da população indígena integrada na economia sul-rio-grandense fora da província de Missões teve que abandonar a pequena agricultura e aceitar trabalho em troca de algum dinheiro, ou submeter-se às formas semi-servis¹⁸⁸ de exploração. Como a migração indígena deu-se em direção às áreas de antiga colonização lusa, as terras já estavam totalmente distribuídas, impedindo o seu livre acesso.

Ainda assim, a agricultura mantinha-se como uma atividade importante para os índios fugidos das Missões. Porém, cremos que os dados apresentados no gráfico 2.2 podem ser

¹⁸⁷ As vítimas não foram incluídas na quantificação por não serem obrigadas a declarar o grupo étnico.

¹⁸⁸ Chamamos genericamente de “semi-servidão” as relações de produção mediadas pela coerção ao trabalho, que não se configuram em escravidão (onde o produtor direto é uma mercadoria). Optamos pelo termo “semi-servidão”, porque aquelas relações fazem parte de um contexto dominado pelo

enganosos, pois boa parte dos índios arrolados como réus e testemunhas pertenciam à aldeia de São Nicolau de Rio Pardo, possuindo juridicamente a garantia da posse da terra naquela aldeia ¹⁸⁹.

Dessa maneira, se retirarmos os réus e testemunhas de São Nicolau do total apresentado (gráfico 2.3), a proporção de índios empregados, peões como eram chamados, cresce absurdamente para quase 68% e os agricultores reduzem-se para apenas 17%. Porém, esta distinção diminui ainda mais a representatividade do gráfico, pois se baseia em apenas 53 índios.

O termo peão naquela época era utilizado de forma genérica ao empregado não especializado. Atrás deste rótulo escondiam-se as mais variadas atividades produtivas e relações de produção (sobre as relações de produção, ver o próximo item). Na realidade, tratamos de, no mínimo, dois tipos distintos de peões: *a)* os que integravam a mão-de-obra permanente das explorações agropecuárias; e *b)* os contratados esporadicamente para trabalhos mais complexos (colheita, marcação, recrutamento do gado, rodeio, etc.).

capital comercial, diferente do modo de produção feudal. (Sobre isto, ver a opinião de ENGELS *In: MARX e ENGELS*, 1987, p. 333).

¹⁸⁹ O comandante da aldeia de São Nicolau de Rio Pardo escreveu sobre um pedido de terras na aldeia que se referia: “[...] [ao] centro do pequeno patrimônio que resta aos índios e que, em nome de Sua Majestade, lhes foram consignados [...]” (AHRs, A.M., L-209, M-03, 14/08/1819, Joaquim Jose da Fonseca e Sousa Pinto). Provavelmente, as famílias que fugiram da província de Missões nos primeiros anos de ocupação portuguesa obtiveram alguma terra na aldeia, porém em 1820 “[...] não havia terrenos devolutos [...]” na aldeia (AHRs, A.M., L174, M-03, Joaquim Jose da Fonseca e Sousa Pinto, 11/03/1820). A aldeia de São Nicolau foi criada com índios fugidos das Missões no final do século XVIII sob a inspiração do *Diretório* (ver nota 53). Não temos muitas informações sobre o seu funcionamento, mas ao que tudo indica não se organizava em torno do regime de comunidade, mantendo o trabalho coletivo apenas na colheita da erva como atesta um documento de 1829, de autoria do Visconde de Castro: “Não tendo a Aldeia de S. Nicolau outros meios para a conservação de seu templo [...] pagamento ao cura [...] e outras despesas indispensáveis senão o produto da erva-mate [...]” (AHRP, Registros Gerais da Câmara, L. 19, Prat. 3, f. 127).

Quanto aos integrantes do primeiro tipo, era fato corriqueiro viverem em terras de estancieiros, cuidando do gado e trabalhando em pequenas roças para o seu próprio sustento. É o caso do índio José Guerreiro, acusado de agressão em 1822, que no *Auto de Perguntas Judiciais* afirmou que “[...] vivia do ofício de campeiro e da roça, e que sua residência era no distrito da [1] em casa da Dona [Jenuina?] [...]”¹⁹⁰. Assim como Belizario, contratado pelo conde de Piratini “[...] para ser posteiro do lado do índio Felipe no posto velho.” (apud: CESAR, 1978, p. 44).

Já os peões do segundo tipo eram contratados por períodos limitados, recebendo por dia de trabalho. Podiam ser pequenos camponeses que alugavam sua mão-de-obra para obter um ganho extra, gaúchos e changadores que combinavam o trabalho extra com atividades ilícitas (contrabando, roubo de gado)¹⁹¹ ou mesmo assalariados simples, que viviam por diversos lugares atrás de trabalho¹⁹².

Na pesquisa documental, encontramos um caso tratando sobre um processo contra dois guarani acusados de roubo de gado, em que na defesa do advogado é possível vislumbrar as características dos empregos sazonais.

[...] habitavam [os réus] no distrito de Santo Amaro, e outras vezes em outros distritos aonde lhes aparecia sujeito que os justasse para lhe

¹⁹⁰ APERGS, P-136, M-5, E-33, Júri-Sumários, Porto Alegre, 1822.

¹⁹¹ Nas regiões fronteiriças este tipo social era mais comum. Existem diversas crônicas sobre a atividade destes indivíduos, índios ou mestiços em sua maioria.

¹⁹² Um índio que afirmava trabalhar como capataz de estância ou em qualquer trabalho a jornal que lhe oferecessem, contou em seu depoimento à justiça que saíra de sua povoação em que morava (Estreito) para trabalhar para Manoel Rodrigues que lhe havia oferecido o emprego de capataz. Em um período de cinco anos (1813-1818), ele trocou três vezes de patrão, como é possível ver em seu depoimento: “[...] fora para a estância de Manoel Rodrigues com quem se tinha justo de capataz [...] e que depois foi capataz de Manoel Amaro, e da casa deste fora para a estância do Capitão [1] no Arroio Velho [...]” (APERGS, P- 81, M-03, E-33, Juri-Sumários, Porto Alegre, 1818). O governador do Rio Grande em 1804, escrevia: “[...] os melhores práticos desta campanha me asseguram haver para cima de quatro mil homens que andam no campo, pelas charqueadas sem domicílio certo [...]” AHRs, A-1.01, Caixa-1, Paulo José da Silva Gama – Visconde de Anadia, 04/12/1804.

trabalharem a salário, por ser a sua ocupação o [1] serviço de campo [...] com que se mantinham, e isto sem nunca [...] tomarem serviço a seu cargo, e sim debaixo do comando de seus amos¹⁹³.

As charqueadas também utilizavam mão-de-obra livre e semi-servil, atraindo um grande número de trabalhadores livres na época de safra (de novembro a maio, de acordo com Dreys). Patricio Jose Correa da Camara queixava-se que os serventes da olaria Real haviam “[...] fugido com o motivo das charqueadas [...]”¹⁹⁴.

Muitos índios estavam envolvidos com a elaboração do charque. As freguesias ligadas à esta produção¹⁹⁵ mantinham 18,2% da população indígena fora da província de Missões de acordo com o censo de 1814 (tabela 1.2), enquanto que a campanha do interior¹⁹⁶ possuía 61,4% e o restante do litoral 20,4%¹⁹⁷.

É difícil estabelecer quais eram os serviços praticados por trabalhadores livres, pois as fontes não são claras a esse respeito. Porém, tendo em vista a baixa divisão social do trabalho naquele período, é de se supor que os peões faziam praticamente o mesmo serviço que os escravos. Se nos basearmos apenas nas condições de trabalho não notaremos diferenças quanto ao trabalho livre e escravo¹⁹⁸. De acordo com alguns depoimentos colhidos no

¹⁹³ APERGS, P-4493, M-88, Cível e Crime, Rio Pardo, 1815, f.10.

¹⁹⁴ AHRS, A.M., L-161, M-02, 10/03/1804, Patricio Jose Correa da Camara.

¹⁹⁵ Triunfo, Santo Amaro, Pelotas e Piratini.

¹⁹⁶ Cachoeira e Rio Pardo. Boa parte dos índios aqui contabilizados deveriam pertencer ao aldeamento de São Nicolau de Rio Pardo.

¹⁹⁷ Porto Alegre, Viamão, Nossa Senhora dos Anjos, Conceição do Arroio, São José do Taquari, Santo Antônio da Patrulha, Mostardas e Rio Grande. Se excluirmos Nossa Senhora dos Anjos por ter sido um aldeamento o número cai para 7,7%.

¹⁹⁸ Para Décio Freitas, o escravo não era utilizado no trabalho pastoril, afinal: “*No pastoreio, seria preciso colocar um feitor ao lado de cada escravo pastor, já que, sem a vigilância e a supervisão, o mesmo, obviamente, trabalharia pouco e mal, usando, com toda a probabilidade, o cavalo para fugir [...]*” (FREITAS, 1980, p. 17). É possível que nas atividades de pastoreio a mão-de-obra livre fosse usada preferencialmente, mas o alto número de escravos campeiros inventariados impede considerar pastoreio e escravidão como atividades excludentes.

processo sobre um assassinato na charqueada do Pe. João Batista de Oliveira Salgado, a vítima e os réus, todos guarani empregados naquela charqueada, viviam em senzalas, junto com os escravos¹⁹⁹.

Outro fato importante a ser considerado na integração do guarani missioneiro na economia sul-rio-grandense é que parte da mão-de-obra indígena era especializada em alguns ofícios.

Nas Missões em 1810 os oficiais guarani eram 19,6%, entre carpinteiros, tecelões, ferreiros, enfermeiros, músicos, sapateiros, alfaiates, padeiros, torneiros, oleiros, pintores, pedreiros, curtidores e sacristães. Já no restante do Rio Grande do Sul estes eram 12,4%, dividindo-se entre sapateiros, carpinteiros, músicos, seleiros, pintores e tecelões.

Devemos questionar a maneira como estes artesãos eram integrados à economia sulina, ou seja, seu grau de independência como produtor. Afinal, Lenin (1982) e Dobb (1988), em seus estudos para o contexto europeu, mostraram que a perda de independência do artesão era um passo para a sua proletarização.

Lastimavelmente, não temos informações sobre o funcionamento do trabalho dos artesões no Rio Grande do Sul do início do século XIX. Contudo, a centralidade econômica do escravo e a existência de muitos escravos oficiais nos inventários analisados nos levam a concluir que os ofícios eram praticados por escravos, com algum espaço para homens livres. A estrutura de corporações de ofício como existente na Europa, ao que parece, não se reproduziu por aqui.

¹⁹⁹ APERGS, P- 60, M-2, E-33, Júri-Sumários, Porto Alegre, 1816. Ver o próximo item.

Desta maneira, não existiam restrições corporativas que impedissem aos missioneiros conhecedores de algum ofício, recentemente chegados das Missões, exercer sua profissão. Todavia, como nas Missões os instrumentos e demais meios de produção pertenciam às comunidades, os fugitivos só poderiam levar alguma ferramenta mediante furto. Conseqüentemente, a fuga resultava na perda dos meios de produção, significando para os oficiais guarani a perda de qualquer independência que hipoteticamente poderiam algum dia possuir.

Restava aos índios conhecedores de algum ofício abandonar a profissão ou submeter-se a alguém que pudesse lhes fornecer os meios de produção. De fato, parece que os comerciantes costumavam contratar artesãos a jornal. Como consta em processo-crime, o comerciante de fazendas secas Antonio Alves Nerina, assassinado por volta de 1817, tinha entre seus empregados o mestiço de índio Constantino Antonio, que declarou viver de seu ofício de sapateiro²⁰⁰. A submissão ao capital comercial poderia significar a perda da independência econômica do pequeno produtor. Portanto, muito daqueles contabilizados no levantamento feito com os processos-crime como oficiais, poderiam possuir o *status* peões devido a sua dependência de um empregador.

Um tipo de oficial indígena, entretanto, estava em uma situação muito distinta: o músico. Os músicos guarani eram numerosos e eram praticamente os únicos a dominar esta arte no RS²⁰¹.

²⁰⁰ APERGS, P-69, M-03, E-33, Júri-Sumários, Porto Alegre, 1818.

²⁰¹ Comentava Debret, sobre os guarani: “São todos músicos e fabricam eles próprios seus violões, rabecões, violinos e flautas [...] Nos domingos e dias de festa é costume pagá-los para cantarem nas igrejas, com acompanhamento próprio [...]” (DEBRET, 1978, p. 99). Dreys reproduziu o mesmo juízo: “Os indígenas das Missões têm disposição inata para a música e é rara no país uma missa que não seja cantada, mormente nos domingos; o único tocador de rabeca que costumava alugar para os bailes da alta sociedade no Rio Grande era índio das Missões [...]” (DREYS, 1990, p. 75).

Todos os índios classificados como músicos nos processos-crime (33,4% dos artesãos, ou quatro em números absolutos) residiam na aldeia de São Nicolau de Rio Pardo, onde, possivelmente, organizavam-se como um conjunto ou coisa parecida. O seu mestre, o guarani Mathias Antonio, assinou um recibo de vinte mil réis “[...] em parte da música para a Missa Cantada Tedeum [...]”²⁰², promovida pela câmara de Rio Pardo em honra ao nascimento da princesa da Beira, no ano de 1819²⁰³. Ainda que ele tenha dividido este dinheiro com seus companheiros, o altíssimo valor pago por apenas uma missa²⁰⁴ comprova a confortável situação dos índios músicos.

4.2. O problema das relações de produção.

Como já referimos na introdução deste trabalho, as relações de produção que presidiram a integração do índio missioneiro na economia sul-rio-grandense no processo de decadência e dissolução do regime de comunidade não eram propriamente capitalistas. Na economia brasileira como um todo, o escravismo mantinha seu papel de eixo econômico principal, o que necessariamente impedia a transição ao trabalho livre assalariado.

Porém, devido ao custo elevado do braço africano, somente os charqueadores, os grandes estancieiros e grandes negociantes podiam comprar um alto número de escravos.

²⁰² AHRP, Registros Gerais da Câmara de Rio Pardo, Prat. 3, Livro 8, f-176.

²⁰³ Mathias Antonio devia ser um índio importante na Aldeia de São Nicolau de Rio Pardo e até mesmo na cidade de Rio Pardo. Natural de São João das Missões, sabia ler e escrever, fato raro, especialmente entre os índios naquela época. Além de ser músico, também praticava a agricultura. Existem diversos documentos com referências a esse interessante personagem. Chamamos especial atenção para um processo-crime que trata da morte de uma índia em que o acusado, esposo da vítima, negava a acusação afirmando que fora o índio Mathias o autor do crime. Ao ser perguntado se o índio Mathias também tinha sido preso, respondeu: “*Respondeu que também esteve preso com ele respondente na prisão da Aldeia de São Nicolau e que outros índios da Aldeia foram pedir por ele ao seu capitão mor por ele ser mestre músico e que o capitão mor foi por ele ao capitão comandante da Aldeia, que o soltou.*” (P-70, M-03, E-33, Júri-Sumários, Porto Alegre, 1819).

²⁰⁴ Comparar com os salários diários de um peão (pp. 121-122).

Restava aos agricultores e estancieiros mais pobres obter mão-de-obra através da contratação de homens livres ou elaborar estratégias para submeter a mão-de-obra (a “coação extra-econômica”)²⁰⁵.

Estas estratégias podiam variar muito, desde a monopolização da terra até o mais puro e simples cativo.

A cobrança de renda da terra era uma forma muito comum de exploração da mão-de-obra livre. O agregado ou posteiro²⁰⁶, de acordo com termos da época, eram explorados de diferentes maneiras em troca do uso da terra. Disse em 1803 o governador Paulo José da Silva Gama “[...] *os míseros despojados sendo lhes custoso o saírem de suas casas, têm por mais barato, ou comprarem ou pagarem o quinto e o quarto daquilo que legitimamente é seu [...] para se conservarem em seus ranchos.*”²⁰⁷. No caso, parece se referir tanto à renda em produtos (pagarem o quinto do que produziram), como em dinheiro (comprarem o quinto do que produziram).

A renda em trabalho também era uma maneira bem sucedida de obtenção de mão-de-obra:

[o capitão Joaquim Thomas de Andrade] [...] pediu ao guarani Miguel Pinto para fazer suas plantações nas terras que a este pertenciam, e neste estado se conservou três ou quatro anos, sem que nunca arrogasse o título de

²⁰⁵ Dobb, referindo-se ao período de acumulação primitiva na Inglaterra, escreveu: *‘Por todo esse período, a compulsão ao trabalho se manteve nos bastidores do mercado de trabalho.’* (DOBB, 1988, p. 168).

²⁰⁶ Segundo Reichel e Gutfreind, “[...] *as estâncias ou grandes propriedades, que pareciam evidenciar o vazio ocupacional, muitas vezes abrigavam famílias com seus ranchos e animais ou plantações.*” (REICHEL e GUTFREIND, 1996, p. 144). O conde de Piratini dizia em 1832 ao seu capataz para estabelecer “[...] *3 ou 4 postos nos lugares que indiquei e haverá repontes todos os dias para que o gado não saia do campo: em cada um dos ditos postos haverá uma manada de éguas mansas para o serviço necessário, 4 vacas de leite, 1 escravo para ajudar o posteiro [...]*” (apud: CESAR, 1978, p. 39). Alguns destes posteiros eram assalariados.

²⁰⁷ AHRs, A1.01 – Caixa – 1. F-14V. 25/07/1803, Paulo José da Silva Gama – Visconde de Anadia.

propriedade e, só com o consentimento do mesmo guarani, conservava um índio que se utilizava da mesma graça e cuidava nas plantações do dito Capitão [...]²⁰⁸

Outra estratégia de submissão de mão-de-obra foi o uso de crianças e adolescentes indígenas e *expostas* como serviçais domésticos:

Diz Sebastião da Costa Bandeira, que tendo recolhido por humanidade uma guarani por nome Francisca de idade de dez anos, que se achava [em] estado deplorável de violentos castigos, e que por estes motivos a câmara desta Vila [...] deliberou mandar tirar do poder daqueles que a maltratavam, fazendo a entregar a quem a tratasse [...] o que o suplicante de boa vontade fez, e acontecendo [...] ausentar-se a mesma da casa do suplicante por um pequeno castigo que lhe fez por sua educação, recolhendo-se a casa de José Pereira Vianna [...] portanto:
[...] [requer] que o dito José Pereira Vianna entregue a guarani, visto que no poder do suplicante está bem, e que *deve a mesma guarani, com seu módico trabalho, reconhecer o bem que lhe fez [...]*. (grifo nosso).²⁰⁹

Bastava um requerimento e, provavelmente, algum tráfico de influência para se obter uma criança guarani órfã. Foi o caso da esposa do brigadeiro Bento José Correya que pediu para o comandante da aldeia de São Nicolau de Rio Pardo um piá (menino índio) para o seu cunhado: “[...] pois que estava acostumado com gente liberta, e não se podia acostumar com escravos [...]”²¹⁰.

No caso das Missões, ao menos até 1809, era ainda mais fácil obter mão-de-obra indígena semi-servil: como se queixava Francisco das Chagas Santos, os administradores dos povos dispunham segundo a sua vontade “[...] dos guaranis assim homens, como rapazes e

²⁰⁸ AHRS, A.M., L209, M-03, Joaquim José Fonseca e Sousa Pinto, 14/09/1819. Chama a atenção que o Capitão Joaquim Thomas de Andrade explorava gratuitamente, ao que parece, a terra do guarani Miguel Pinto, utilizando-se para isso de um outro índio. Esta situação ilustra mais uma vez as diferentes compreensões de propriedade da terra que possuía o índio guarani e o branco. O documento citado trata do título da terra de Miguel Pinto, requerido pela viúva do capitão.

²⁰⁹ AHRP, Registros Gerais da Câmara de Rio Pardo, Prat-3, Livro-10, f. 234, 21/11/1821.

²¹⁰ AHRS, A.M. L174, M-2, 11/03/1820, Joaquim José de Fonseca e Sousa. O comandante negou o pedido pois não havia nenhum órfão na aldeia.

raparigas, dando-se a quem lhe pede [...] (02/09/1809 In: RMJCAHRS, n.º 5, ano 6, 1956, p. 420). O mesmo Francisco das Chagas Santos proibiu este costume.

Também era usado o expediente “clássico” de prender o trabalhador através de dívidas²¹¹: “[...] o índio José Bernades [...] estando preso a requerimento do seu amo com quem estava justo em uma charqueada para o efeito de satisfazer ao dito amo uma módica quantia que lhe havia adiantado, ou por seu trabalho, ou a dinheiro [...]”²¹².

Existem casos de escravização pura e simples dos índios guarani, apesar de isto ser completamente vedado por lei²¹³. Como contou Gehm (*apud*: RÜCKERT, 1997), em 1837, em Passo Fundo, Joaquim Domingues de Brito mantinha a índia guarani Maria Petrona como escrava.

Apesar da inexistência de um instrumento jurídico, do tipo da Lei dos Pobres inglesa, que forçasse os pobres ao trabalho, o Estado cumpria um importante papel na submissão do braço livre, especialmente quanto aos índios. Em 1821, Paulet instruiu aos comandantes dos distritos (espécie de polícia) das Missões que incentivassem todos a trabalhar e, no caso de haver “[...] indivíduos que sejam vadios e não se empreguem em cousa alguma, deverão dar

²¹¹ Este tipo de relação de produção foi muito bem definida por Marx: “A peonagem consiste em um adiantamento de dinheiro sobre trabalho futuro. Com estes adiantamentos acontece o mesmo que na usura comum. O trabalhador não só permanece durante toda a sua vida como devedor, ou seja, como trabalhador forçado do credor, como também esta relação é herdada pela família e pela geração seguinte, as quais, portanto pertencem de fato ao credor.” (grifo no original) (MARX In: MARX e ENGELS, 1982, p. 75). A definição de Marx, porém, não abarca todas as relações de produção mascaradas pelo termo *peão*.

²¹² AHRS, A.M., L-160, M-02, Patricio Jose Correa da Camara – Jose Ignacio da Silva, 11/06/1803. Possuímos também uma reclamação contra um Capitão do Mato que foi buscar um índio domador fugido de seu antigo patrão. (AHRP, Registros Gerais da Câmara, Livro, 02, Prat. 03, f 133).

²¹³ Em 1750 a lei do *Diretório* havia declarado a liberdade irrestrita dos índios, proibindo a escravidão. Em 1808, Dom João VI declarou guerra ofensiva contra os índios botocudos e “[...] sejam considerados como prisioneiros de guerra todos os índios botocudos que se tomarem [...] em qualquer ataque e que sejam entregues para o serviço de respectivo comandante por dez anos e todo

*parte disto ao comandante da província [...]”*²¹⁴. Já Francisco das Chagas Santos, em carta ao conde de Figueira, relatou a prisão de 40 correntinos (militares de Corrientes), os quais: “*Eu os tenho repartido ou concedido a quem os ajusta para peões, de que há muita necessidade neste país.*”²¹⁵

O fato é que o próprio Estado aproveitava-se dos braços constrangidos ao trabalho. Assim, Patricio Jose Correa da Camara afirmava ser impossível retirar uma ração de carne ministrada aos índios que estavam trabalhando em uma serraria e uma olaria pois era a “[...] *única retribuição com que lhes paga S. A.R. a utilidade que tem nos gêneros do seu trabalho [...]*”²¹⁶.

Por segundas vezes os representantes do Estado luso-brasileiro se arrogavam o poder de requerer o trabalho dos “desocupados”. O mesmo Patricio Jose Correa da Camara foi acusado pelo comandante do distrito do Vaccacahy de solicitar os peões das fazendas daquela região para serviços públicos, acusação por ele negada, afirmando que apenas “[...] *ordenei [...] enviasse aqueles que vagassem pelo seu distrito sem ajuste ou domicílio, para os empregar nas obras do Real Serviço [...]*”²¹⁷. O uso de prisioneiros em obras públicas, sejam civis ou militares, também era muito comum. Saint-Hilaire (1974), ao passar por Torres, comentou que eram os índios guarani arrestados após a batalha de Taquarembó contra as

o mais tempo em que durar sua ferocidade [...]” (In: CUNHA, 1992, pp. 58-59). O cativo deveria ser exclusivo aos índios “ferozes”, sendo completamente proibido aos índios aldeados e/ou cristãos.

²¹⁴ AHRS, A.M., L-174, M-01, 01/04/1821, Antonio Jose da Silva Paulet.

²¹⁵ AHRS, A.M., L-174, M-02, 18/03/1820, Francisco das Chagas Santos.

²¹⁶ AHRS, A.M., L-160, M-02, Patricio Jose Correa da Camara – Jose Ignacio da Silva, 04/04/1803. No parágrafo citado, fica clara a percepção dos contemporâneos de que o trabalho *cria* a mercadoria, sendo por isto a fonte do valor. É apenas em relações capitalistas que se configura o *fetichismo* do capital. (sobre o fetichismo do capital, ver GRESPLAN, 1999, pp. 276-278).

²¹⁷ AHRS, A.M., L-163, M-06, 03/04/1810, Patricio Jose Correa da Camara. A maioria da documentação sobre o trabalho na época encontra-se na correspondência de Patricio Jose Correa da

forças de Artigas que trabalhavam nas obras de um forte naquele lugar. Grande parte dos criminosos julgados pela justiça na época eram sentenciados ao degredo para galés (trabalho público)²¹⁸.

Francisco das Chagas Santos, no mesmo ofício em que proibia o trabalho forçado indígena a particulares, promovia -o em obras públicas:

4º Que *sendo os naturais guaranis tão livres como os demais vassallos de S.A.R.*, nenhum será obrigado a servir outrem contra a sua vontade e que o que voluntariamente quiser servir de peão ou criado devendo com licença minha, afim de saber se o ajuste é voluntário ou se o que aluga é capaz de pagar: por conseguinte todos os guaranis que se acham como ocultos e descaminhados deverão recolher-se aos seus respectivos povos, para os quais, querendo muitos voltarem, consta-me que os não deixam alguns dos novos povoadores portugueses [...] E *os guaranis que por vadios ou vagabundos não quiseram* no termo de 40 dias obedecer esta determinação [...], *ordenada a seu benefício* afim de os tirar da inação e abatimento em que vivem, *serão conduzidos abaixo de prisão e destinados ao serviço público.* (grifos nossos) (02/09/1809 In: RMJCAHRS, n.º 5, ano 6, 1956, p. 420).

Em documentos como este é difícil saber onde terminam os encobrimentos ideológicos para dar lugar à mais simples hipocrisia...

Os índios da Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo também eram constrangidos pelo Estado ao trabalho forçado. O dinheiro para a administração e gastos da aldeia era conseguido através da colheita de erva-mate, trabalho coletivo ao qual todos os índios deviam se submeter²¹⁹. Seu serviço também era requisitado por seguidas vezes para os mais variados

Camara que ocupava o cargo de comandante da fronteira de Rio Pardo, espécie de comandante de polícia de toda a região fronteiriça. Ou seja, o trabalho na época era “caso de polícia”.

²¹⁸ Por exemplo, o índio Gaspar Trim foi sentenciado a “[...] três anos de degredo para galés nesta cidade [Porto Alegre] [...]” (APERGS, P-131, M-5, Est-33, Juri Sumários, Porto Alegre, 1822).

²¹⁹ APERGS, P-4376, M-86, E-9, Cível e Crime, Rio Pardo, 1828.

trabalhos²²⁰. Ficavam ainda sob o arbítrio do comandante da aldeia, que podia tentar explorá-los, como o fez Jose Ferreira Gomes que “[...] *se utiliza dos serviços dos nacionais guarani com dobradas vantagens [...]*”²²¹.

Poderíamos supor que os guarani acostumados com o trabalho agrícola em regime semi-servil submeteriam-se facilmente a estas arbitrariedades. O regime de comunidade, com sua divisão entre *tupambaé* e *abambaé*, também baseava-se na exploração através da renda em trabalho. Se lembrarmos a situação do regime de comunidade nos seus últimos vinte ou trinta anos de duração, veremos que o trabalho semi-servil nas estâncias e explorações agrícolas na região não chegava a diferir muito do próprio regime de comunidade em decadência. Alguns relatos sobre o “gênio” guarani parecem confirmar isto, dócil, obediente, bom para trabalhos pesados, porém inconstante²²² (ver Saint-Hilaire, 1974, esp. p. 109 e pp. 132-33).

Entretanto, outros documentos demonstram uma obstinada resistência por parte dos índios missioneiros ao trabalho forçado. Uma série de ofícios remetidos por Patricio Jose Correa da Camara ao governador da capitania tratando sobre o transporte da farinha, demonstram o que dizemos. No primeiro, alertava sobre o caráter dos índios peões:

[...] V. Exa. bem conhece [que] nada se pode praticar sobre semelhantes transportes, sem que se puxe pelos milicianos, tanto para se encarregarem de carros e boiadas, como para vigiarem sobre os peões, que sendo índios, nenhum recio têm de fugirem, o que muitas vezes têm acontecido²²³.

²²⁰ Por exemplo, em 1816 oito índios tiveram que seguir como peões na condução de carretas, mas ao que parece foram pagos por isto (ver adiante). (AHRs, A.M. L-171, M-04, Paulo Nunes da Silva Jardim, 09/03/1816).

²²¹ APERGS, P-4376, M-86, E-9, Cível e Crime, Rio Pardo, 1828, f-7v.

²²² Para Dreys os guarani eram “[...] *nação branda, dócil e sofredora [...]*” (DREYS, 1990, p. 74).

²²³ AHRs, L-164, M-04, 03/01/1811, Patricio Jose Correa da Camara.

Treze dias depois, reclamava:

[...] o furriel de milícias João Pereira Marques, ao qual mando recolher a ordem de V. Exa., porque sendo encarregado da dita condução, chegou àquele passo e deixou a farinha a discrição do tempo, voltando arbitrariamente, *do que resultou fugirem todos os peões, por se considerarem sem quem os governasse.* (grifo nosso)²²⁴.

Já em 1816, o mesmo Patricio Jose Correa da Camara, tratando da contratação de peões para a estância real de Saycan, reconhecia que os mesmos “[...] *poderão existir quando sejam mensalmente pagos, como já fiz ver a V. Exa sobre os que deveriam servir nas carretas destinadas a condução das farinhas.*”²²⁵

Na ausência de um mercado de trabalho constituído, era a coerção que mediava a relação entre patrão e empregado. Certas vezes a resistência ao trabalho coercivo chegava ao ponto do homicídio, como aconteceu com Jose Ribeiro da Silva, que morreu nas mãos de seu peão, o índio Cezario: “[...] *tendo o dito falecido chegado do campo de passar rodeio, e indo repreender ao peão porque não [havia?] ido ao rodeio e que, inesperadamente, [o índio] lhe dera a facada.*”²²⁶.

Outro relato neste tom nos é legado por Francisco das Chagas Santos:

Aqui se acham presos um índio chamado Lourenço Guirague e uma índia por nome Thomasia Aracay [...] que mataram no distrito daquela guarda [de Nhanduy] um estancieiro chamado Antonio Jose; o qual não querendo que se despedisse do seu serviço o dito índio, montou este a cavalo e se foi; mas sendo seguido pelo sobredito Antonio Jose, diz o índio que desesperado com as muitas pancadas que lhe dera o mesmo Antonio Jose, deu neste uma facada que o matou [...] ambos [os índios] estão na prisão doentes e o índio

²²⁴ AHRS, L-164, M-04, 16/01/1811, Patricio Jose Correa da Camara.

²²⁵ AHRS, L-171, M-04, 04/01/1816, Patricio Jose Correa da Camara.

²²⁶ AHRS, L-164, M-02, 22/11/1811, no *Corpo de Delito* incluso na correspondência de Francisco das Chagas Santos.

veio com uma coxa varada de uma estocada que diz foi dada pelo falecido [...]”²²⁷

A coerção está presente em ambos casos: no primeiro o patrão foi morto porque iria castigar o peão; no segundo o estancieiro tentou impedir, através da força, que o seu empregado abandonasse o trabalho na estância.

Um episódio parecido aconteceu em Santa Maria por volta de 1817, onde o mestiço Constantino e mais dois índios mataram Antonio Alves Nerina, de quem eram empregados. Constantino, em seu depoimento à justiça, afirmou “[...] *que tinha tido uma resinga [...] querendo ele respondente sair de peão do dito falecido [...]*”. E, mais tarde: “[...] *os seus camaradas o convocaram para que matassem Nerina, alegando eles por pretexto, que não tardaria a que o dito falecido os botasse para fora de [suas?] e lhes não pagasse os seus salários.*”²²⁸

A mesma sorte teve Serafim dos Anjos Ribas por maltratar seus escravos e não pagar a seu peão, o índio Maurício “[...] *pelo mesmo motivo por ralhar e não lhe querer contramarcas um cavalo que lhe pertencia por seus salários fora que o índio Maurício entrara com ele e seu parceiro no projeto de matar o seu senhor [...]*”²²⁹.

²²⁷ AHRS, L-162, M-02, 22/02/1810, Francisco das Chagas Santos,. Parece que era comum que patrão e empregado ou escravo fossem “às vias de fato”; assim aconteceu no distrito do Serro do Roque, quando Agostinho Gularte desejou “[...] *castigar um escravo, este atrevidamente resistiu ao referido Agostinho e, com armas de parte a parte, ali se cortaram de maneira que ambos morreram [...]*” (AHRS, A.M., L-174, M-03, 28/06/1820, Patricio Jose Correa da Camara).

²²⁸ APERGS, P-69, M-03, E-33, Júri-Sumários, Porto Alegre, 1818.

²²⁹ APERGS, P-189, M-08, E-33, Júri-Sumários, Porto Alegre, 1823, f. 5-5v.

A violência, portanto, era a principal arma de ambos os vértices envolvidos nos conflitos de classe entre patrão e empregado. O Estado envolvia-se diretamente nesse conflito²³⁰, servindo como um instrumento de dominação a serviço dos patrões²³¹.

Havia, porém, espaços para o trabalho livre e assalariado, especialmente durante os períodos de rodeio, recrutamento, marcação de gado e colheita, no caso das explorações agrícolas²³².

No início do século XIX, havia um preço específico para o dia de trabalho:

Sendo uso prático neste país vencer cada indivíduo dos que se fazem extrair e conduzir às charqueadas, os gados, assim como a invernadas e animais cavalares e muares, ou qualquer outro destino, a quantia de 640 por dia montados em cavalos próprios, vem somente a perceberem 320 aqueles [...]

²³⁰ A documentação sobre a repressão a que estavam submetidos os peões vagos e empregados em geral é abundante. Por exemplo, às partidas (espécie de patrulha policial) era dada a instrução de dar uma “[...] *roda de pau* [...]” nos “facínoras” presos na fronteira (AHRs, A.M., L-160, M-02, 22/02/1802, Patricio Jose Correa da Camara – Antonio Pinto da Fontoura). Outro exemplo interessante é a Ordem do Dia 18 de outubro de 1816, do acampamento militar do Ibirapuitam, que proibia o trânsito pela retaguarda do acampamento, do contrário: “[...] *se mandará castigar* [...] *os soldados e criados brancos com 50 pancadas de espadas de prancha, os índios e escravos com 200 açoites, sendo amarrados na culatra de uma peça* [...]” (In: RAPERGS, n.º 24, 1930, pp. 101-102).

²³¹ Alguns leitores podem achar “ultrapassadas” as idéias de luta de classes e de Estado como um instrumento da classe dominante. É verdade que o “peonato” daquele tempo não pode ser tratado no sentido estrito de classe, uma vez que nem sequer as relações de produção que produziam o peão eram uniformes, não existindo também uma mínima consciência de classe. De qualquer maneira, utilizamos o termo classe como categoria heurística, que nos permite compreender os recorrentes conflitos em torno do trabalho e do não-trabalho (sobre o conceito classe em sociedades não-capitalistas, ver Thompson, 1984 e Funari, s/d). Quanto ao papel do Estado, apesar de já termos demonstrado suficientemente o seu envolvimento na submissão da mão-de-obra, vale observar a nota 244.

²³² Para Prado Jr. (1986), numa estância de 4.000 a 5.000 cabeças de gado eram necessárias apenas seis pessoas como mão-de-obra. Segundo o mesmo autor “*Não há mesmo serviço permanente para um pessoal mais numeroso; e nos momentos de aperto concorrem peões extraordinários* [...]” (PRADO Jr., 1986, p. 98). Em nossa opinião, o autor supra-citado subestima as necessidades de mão-de-obra na agropecuária da região. Basta lembrar que nem nas maiores explorações agropecuárias a média de cabeças de gado por escravo chega a 600 animais (ver tabela na p. 85). Se é verdade que muitos dos escravos não trabalhavam na pecuária, também é correto que não estamos contando os trabalhadores livres e semi-servis, ausentes nos inventários.

que são supridos com as cavalgadas pertencentes aos donos [...] dos sobreditos animais [...].²³³

Em 1803, data do documento supracitado, uma rês custava em torno de 800 réis²³⁴, o que permitia a um trabalhador livre, em apenas três dias de trabalho, garantir o seu sustento e o de sua família por algumas semanas. Alguns dos peões que trabalharam no recrutamento do gado de Santa Tecla deveriam receber 14\$080 réis por 44 dias de trabalho, no que resultaria em torno de 18 cabeças de gado. Dissemos *deveriam*, pois até o final do ano de 1804 ainda não tinham recebido²³⁵.

O preço da mão-de-obra era o fixado, tradicionalmente, pelos donos de escravos de ganho. O seu alto preço dependia de uma escassez de mão-de-obra, que colocava os patrões em desvantagem na negociação econômica. Como atesta a representação abaixo, referindo-se à alfândega de Rio Grande.

Não há dúvida que é muito mais suave [e] cômodo o meio de [1] a fêria dos serventes deste consulado, sendo que eles se acomodassem com o jornal de duzentos réis por dia, não aconteceu assim visto que o estado da terra não o permite, porquanto, *além de estarem postos em mau costume*, acresce de mais a falta que há de escravos ou ganhadores nesta Vila, pois que havia apenas cinco ou seis que abarcavam todo o trabalho [...] pelo convite dos salários que percebiam: agora, porém, se lhes arbitra o jornal de 200 réis por dia e obrigam-se a que trabalhem, *respondem que o seu jornal é de 320 réis* (no que não há dúvida, pois é o que se exigem os senhores dos escravos de

²³³ AHRS, Fazenda II, M-63 L-13, 02/03/1803, Patricio Jose Correa da Camara. Muitos dos peões relacionados para este trabalho tinham nomes indígenas.

²³⁴ De 1802 temos um inventário em que uma rês é avaliada em 800 réis (APERGS, A-4, M-1, E-52, Orfãos e Ausentes, Mun.- Cachoeira do Sul, 1802). Já em 1809, dizia um ofício: “[...] *Acham-se vendidas pelo preço de 640 r. as trezentas reses de confisco [...]*” (AHRS, Fazenda, L-17, M-83, 07/03/1809. Patricio Jose Correa da Camara – Antonio Caetano da Silva). Para uma análise mais completa dos valores do gado bovino no início do século XIX, ver Osório (1999).

²³⁵ “[...] *mandando ajustar gente para extrair gado do rincão de Santa Tecla [...] segurando-me o escrivão da intendência que todos seriam pagos do produto que entrasse nos cofres pela arrematação que se faria do dito gado, e até agora nenhum efeito apesar de se apresentarem aqueles requerendo com justeza os seus trabalhos [...]*” (AHRS, A.M., L-161, M-02, 08/12/1804, Patricio Jose Correa da Camara – Ajudante de Ordens Jose Ignacio da Silva).

jornal, que trabalham para o particular, quer para a Fazenda Real) *não querem saber de mais nada* e concluem que os ausentam, uma vez que assim os não satisfazem. (grifo nosso)²³⁶.

Aliás, a centralidade do escravo na economia sul-rio-grandense era reconhecida pelos próprios senhores, como atesta esta reclamação contra a fuga de escravos para as forças de Artigas:

[...] [os] escravos [...] pouco a pouco vão engrossando a grande ambição dos espanhóis, estreitando-nos a sofrer a indigência pela falta daqueles indivíduos, os únicos que resistem ao trabalho dos fazendeiros e lavradores porque os peões só querem um bom salário, trabalhando pouco e pondo somente à suas vistas a andarem adantrados [sic] e, quando lhe apertam o serviço, dão as contas por justas, roubam um cavalo e se mudam para outro distrito²³⁷.

A confortável posição do trabalhador livre na sociedade sul-rio-grandense do início do século XIX dependia, justamente, de uma economia predominantemente escravista. Não era a mais-valia produzida pelo trabalhador livre que importava para a acumulação; esta podia, em alguns momentos, ser suprimida pelo alto salário.

Além disso, séculos de terras e rebanhos “públicos” haviam arraigado na população pobre indígena e mestiça (os gaúchos ou gaudérios) uma concepção de propriedade totalmente distinta da capitalista, que vinha se afirmando no processo de acumulação primitiva (ver nota 104). Desta maneira, o gado alheio era abatido sem peias de consciência

²³⁶ AHRS, Fazenda, L-175, M-73, 30/08/1805, Domingos dos Santos (inclusa na correspondência de José Feliciano Fernandes Pinheiro).

²³⁷ AHRS, A.M., L-171, M-04, 07/03/1816, Pedro Fagundes d’Oliveira (inclusa na correspondência de Patricio Jose Correa da Camara,).

burguesa, não dependendo totalmente da venda de sua força de trabalho para obter seus meios de subsistência²³⁸.

São muitas as ocorrências de conflitos entre a população branca e a população indígena, em torno da propriedade do gado. O índio José Henrique, por exemplo, foi preso no ano de 1803 por degolar e carnear reses em Nossa Senhora dos Anjos²³⁹. O mesmo ocorreu com o guarani Antonio Gonçalves, preso em 1828 em Santo Amaro, acusado de ser “[...] *ladrão formigueiro* [...]”²⁴⁰ pela morte de 27 reses, das quais confessou ter matado apenas três.

Os moradores brancos do rincão do Itacolomi, Nossa Senhora dos Anjos, provavelmente pequenos e médios proprietários agrícolas, também reclamavam do roubo de gado feitos pelos seus vizinhos guarani. Pediam ainda que os índios fossem enviados para lutar em Montevidéu:

[...] tendo eles suplicantes experimentado grande prejuízos em seus gados roubados sucessivamente [...] sem que os suplicantes pudessem descobrir os ladrões, apesar de terem toda a desconfiança nos guarani, que vivem ociosos e concubinados, *a maior parte sem sequer ajustar para serviço braçal, sem ofício, jogam, embriagam-se, provas que devendo ser bastante para [en]criminar, dizem não ter lugar pela lei*²⁴¹[...]; Portanto, requeremos ao sr. comandante, a prisão dos ditos ladrões formigueiros, remetendo-os [...] por algum tempo [...] na esquadra que se acha em Monte Vidéu [...] vindo ali a ser mais úteis a Nação por pouco que façam [...] nas Arapucas onde moram, sem fazer plantações para se nutrirem, [1] [vivendo] *somente ao pouco gado dos suplicantes* [...]”²⁴² (grifo nosso).

²³⁸ Thompson, referindo-se a realidade inglesa do século XVIII, escreveu: “*A lógica da racionalidade capitalista foi adiada por direitos de posse por aforamentos e por costume profundamente arraigados.*” (THOMPSON, 1998, p. 112).

²³⁹ AHRS, Correspondência – Governo da Capitania, Maço 01, 12/09/1803, Bernardo Jose Guedes Pimentel .

²⁴⁰ APERGS, P-4376, M-86, E-9, Cível e Crime, 1828, f. 2.

²⁴¹ Neste documento é manifestada uma espécie de “moral burguesa”, condenando as compreensões de propriedade e de trabalho guarani. Jogar, beber, não trabalhar no mesmo ritmo que os colonos portugueses eram hábitos contrários à ordem burguesa que vinha se instalando.

²⁴² APERGS, P-238, M-09, E-33, Juri-Sumários, Porto Alegre, 1827, f-4 e 4v.

Como existia ainda uma indefinição quanto à posse dos meios de produção, a população indígena e pobre em geral não precisava aceitar qualquer proposta de trabalho, vivendo do gado solto abatido²⁴³. Porém, como demonstram os documentos, a propriedade privada capitalista vinha se consolidando e, com isso, as autoridades passaram a punir o abate indiscriminado do gado.

Portanto, com a consolidação da propriedade privada e da integração da mão-de-obra indígena, já no período posterior a 1830 houve um aumento, em termos absolutos e relativos, da população disponível ao assalariamento. O salário diário real sofreu uma queda considerável e a situação do trabalhador livre piorou sensivelmente. Essa desvalorização pode ser comprovada com os inventários: em 1802 uma rês não custava mais de 800 réis e um escravo bom 150\$000²⁴⁴. Em 1813 custavam, respectivamente, 1\$000 e 200\$000²⁴⁵. Já em 1824 o preço da rês foi a 1\$600, enquanto que o do escravo manteve-se constante²⁴⁶. Mas, em 1828, o preço da rês saltou a 3\$200 e do escravo a 500\$000²⁴⁷, mantendo estes valores durante a década de 30. Em todo este período a diária da mão-de-obra livre manteve-se a

²⁴³ Marx legou-nos uma interessante reflexão sobre a relação entre os pequenos camponeses e o Estado Inglês, no contexto da perda da posse da terra: *“Uma tal massa ficou reduzida ou a vender sua força de trabalho ou a mendigar, a vagabundear ou a assaltar. A história registra o fato de que ela primeiro tentou a mendicância, a vagabundagem e o crime, mas foi forçada a abandonar este rumo e a tomar o estreito sendeiro que conduz ao mercado de trabalho por meio da força, do pelourinho e do chicote. (Por isto, os governos de Henrique VII, VIII, etc., constituem condições do processo histórico de dissolução e são os criadores das condições de existência do capital.)”* (MARX In: MARX e HOBBSAWM, 1975, p. 104).

²⁴⁴ APERGS, A4, M-01, E-52, Cachoeira do Sul, 1802. O preço do escravo variava muito segundo a sua idade, habilidade, etc.

²⁴⁵ APERGS, A4, M-01, E-52, Cachoeira do Sul, 1813.

²⁴⁶ APERGS, A17, M-01, E-52, Cachoeira do Sul, 1824.

²⁴⁷ APERGS, A1, M-01, E-14, São Borja, 1828.

mesma, 320 réis²⁴⁸. Ou seja, o jornal do trabalhador livre teve uma desvalorização aproximada de 400%.

Não cabe aqui discutir as razões para esta escalada nos preços do gado e do escravo. O fato é que a perda do valor real do jornal do trabalhador livre só pode estar relacionada com o aumento da população disponível ao assalariamento²⁴⁹. Tendo em vista que quem determinava o preço do jornal eram os donos de escravos de ganho, a subida do preço do escravo provocaria a pressão para o aumento do jornal, a menos que a maior disponibilidade de braços, livres ou não, impedisse esse aumento.

4.3. O braço indígena na composição da mão-de-obra sulina.

Neste item buscaremos avaliar o braço guarani na composição da mão-de-obra sulina. Trata-se também de investigar o peso quantitativo e qualitativo da mão-de-obra indígena na economia sul-rio-grandense.

Para este objetivo nossas fontes principais serão os censos. Contudo, não faltam avisos, dos próprios contemporâneos, de que os censos não são confiáveis. José Gonçalves Chaves, referindo-se aos mapas censitários, escreveu que “[...] ninguém se deve guiar por eles, porque se expõe a cair em erros de muita gravidade em nossa economia política.” (CHAVES, 1978, p. 131).

²⁴⁸ Escreveu o Conde de Piratini ao seu capataz em 1832: “Artigo 35. O peão Americo foi pago pela [estância de] Santa Anna até o dia 26 de junho deste ano e principiou a vencer do dia 27 do mesmo junho em diante a razão de 8\$000 por mês e, como este salário é extraordinário, deverá ser despedido, salvo se ele quiser ficar pelo de 6\$400.” (In: CESAR, 1978, p. 44). 6\$400 equivalem a 20 dias trabalhados por 320r.

²⁴⁹ No aumento deste “exército industrial de reserva” devem ser considerados os seguintes fatores: a) maior capitalização da economia sul-rio-grandense e, por conseguinte, maior importação de escravos; b) integração da mão-de-obra guarani na economia sul-rio-grandense; c) imigração interna (luso brasileiros) e externa (portugueses e alemães) para a capitania.

Outro problema a ser enfrentado é o de que no marco temporal escolhido apenas três censos foram efetuados, 1807, 1809, 1814. Todos tratam de um período em que a população guarani ainda se concentrava muito na província de Missões, sem estar completamente integrada na economia regional.

Devemos também estar atentos quanto à tendência dos censos em subestimar a população indígena. José Arouche Toledo Rendon, diretor geral das aldeias de São Paulo em 1798, em uma memória de 1822 sobre o problema indígena, dizia o seguinte:

[...] Vendo-se os mapas estatísticos da Província de São Paulo, encontra-se um grande número de brancos. Mas não é assim; a maior parte é gente mestiça, oriunda do grande número de gentio que povoou aquela província [...] (RENDON, 1863, p. 299).

Mesmo com todos estes empecilhos, a falta de outras fontes mais confiáveis nos obriga a utilizar os números censitários, que devem ser encarados como tendências.

No ano de 1750, de acordo com as estimativas da época, a população dos Sete Povos alcançava 30 mil pessoas. A guerra guaraníca (1754-56), a administração laica espanhola (1768-1801), além das constantes epidemias e fugas dos povos, diminuíram esta população para 14.010 índios no momento da conquista portuguesa.

Ainda no século XVIII, muitos missioneiros foram atraídos para a região ocupada pelos portugueses (Rio Grande, Rio Pardo e Viamão/Porto Alegre), formando aldeias guarani sob a administração lusa (Estreito, São Nicolau e Nossa Senhora dos Anjos) que, com a exceção de São Nicolau, já não existiam no início do século XIX (ver tábua cronológica). Mais de 3.500 índios missioneiros se instalaram nestes locais no século XVIII²⁵⁰.

²⁵⁰ Gomes Freire, falando do número de índios: “[...] em Viamão, vizinhanças e neste sítio excedem ao número de três mil [...]” (AN, Cód. 104, Vol. 06, fl. 167, 24/02/1759. O capitão Antônio Pinto

A população indígena que se encontrava nos aldeamentos reduziu-se drasticamente durante o final do século XVIII. Assim, os mais de 3.500 guarani que formaram Nossa Senhora dos Anjos em 1763, passaram a 801, no ano de 1784²⁵¹. Em 1807²⁵², seis anos após a conquista dos Sete Povos com suas 14.010 almas, o número de índios contabilizados no restante do Rio Grande do Sul era de apenas 1.008, 449 deles localizados em Nossa Senhora dos Anjos. Desta forma, o decréscimo da população índia de 1763 até 1807, foi de -56,6 almas por ano.

Além da diminuição populacional provocada pelas epidemias, comuns naquela época, a razão de tamanha redução também está na própria integração econômica dos missionários. Ao abandonar as aldeias, os guarani acabaram por se misturar com o restante da população pobre do que então era o Rio Grande do Sul. Miscigenados²⁵³ e mantendo hábitos comuns à população pobre, eram confundidos com os mestiços em geral, sendo contabilizados como brancos ou pardos. Esta tendência à redução da população considerada como indígena é secular e em nível nacional, e só se reverterá em tempos recentes, no processo de politização dos remanescentes indígenas a partir da década de 1970²⁵⁴.

Por outro lado, os censos de 1809 e 1814 apontam para um crescimento da população indígena fora da província de Missões (1.193 e 2.025, respectivamente), resultado da intensa

Carneiro, comandante da aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, em carta datada de 6 de maio de 1763, dizia ter a seu cargo mais de 3500 almas (*apud*: NEIS, 1987).

²⁵¹ De acordo com o *Mapa do Estado em que se acham as Famílias Guaranis que hoje povoam a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos*. Existiam 801 índios na aldeia e 501 ligados a aldeia, mas trabalhando por outras freguesias. (AN, Cód. 104, Vol. 06, fl. 218).

²⁵² Ver tabela 1.2 em que estão reproduzidos os censos de 1807, 1809 e 1814 devidamente referenciados.

²⁵³ É praticamente impossível saber até que ponto esta miscigenação aconteceu. Existem muitos relatos sobre brancos casados ou concubinados com índias, índios com negras e assim por diante, mas nenhum dado quantitativo que possa confirmá-los.

²⁵⁴ Ver Rodrigues (2000).

imigração dos índios missioneiros. Em números relativos, esse crescimento fica ainda mais expressivo: de 1807 até 1814 a população indígena fora da província de Missões cresceu 100,9%, com uma taxa média anual de 14,4%, enquanto que, nas Missões, de 1801 até 1814 o decréscimo foi de 76,2% e a média anual 5,9%²⁵⁵. Em números absolutos, a média anual de crescimento da população indígena fora da província de Missões foi de +147,3 e o decréscimo da população na província de Missões foi de -466,1 pessoas por ano.

Este crescimento da população índia fora da província de Missões, sustentado pelas migrações, ocorreu concomitantemente à tendência fundamental de redução da população indígena. O crescimento anual “bruto” deveria ser significativamente maior que os +147,3 apresentados acima.

No mesmo período 1807-1814 a população branca cresceu apenas 0,9%, e a escrava 26,7%. Já a população composta de pardos e negros livres (classificados como “livres de todas as cores”, de acordo com o censo de 1814) cresceu 47%. Só é possível compreender tal crescimento da população parda/negra livre se considerarmos que ela foi, em parte, subsidiária da migração guarani²⁵⁶.

Do total, em 1814, a população branca era de 54,2%, a escrava 33,8%, a parda/negra livre 8% e a indígena 4%. Se considerarmos a província de Missões, os números mudam em favor da população índia: 48,5%, 29,8%, 7,1% e 14,5% respectivamente. Ao menos até o abandono quase que total da província de Missões em 1828, a tendência de crescimento da população indígena fora da província de Missões deve ter se mantido, apesar de uma gradual

²⁵⁵ De 1801 até 1814 a população indígena das Missões reduziu-se de 14.010 para 7.951 (FORTES e WAGNER *apud*: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1986, p. 50).

²⁵⁶ Além das possíveis confusões entre índios e pardos nos censos, havia o já referido processo de miscigenação entre brancos/índios e negros/índios que certamente contribuiu para o crescimento da população parda.

redução na taxa anual de crescimento, até ser suplantada pela já referida tendência fundamental de redução, alcançando uma vez mais taxas negativas de crescimento da população indígena.

Jacques (1979), folclorista e historiador amador, apresenta uma avaliação completamente diferente do número da população indígena no RS do início do século XIX, baseando-se em tradição oral recolhida no início do século XX:

[...] se levamos em conta os bandos numerosos que vieram grupar-se às estâncias e que vieram formar as aldeias de S. Vicente, S. Maria da Boca do Monte, do Rio Pardo e outras, devemos admitir a existência de mais ou menos 20.000 índios de tal procedência [Missões] naquelas épocas. (JACQUES, 1979, p. 107).

20.000 índios em 1814 seria o equivalente a 30,7% da população, sem contar os mestiços. Neste caso é possível chegar a um ponto intermediário através da decomposição dos próprios números censitários: tendo em vista a população indígena “civilizada” (14,5%) mais os mestiços de índio (que poderiam ser metade dos 7,1% acima referidos), alguns poucos remanescentes Charrua/Minuano, guarani e Kaingang apresados e escravizados (talvez uns 1% dos 29,8%) chegaríamos a uns 19% da população total em 1814²⁵⁷. É claro que as digressões aqui apresentadas são totalmente arbitrárias por não termos a capacidade de visualizar de forma objetiva a participação do índio na população contada como mestiça e escrava.

Mas não basta comparar abstratamente a população guarani com as demais se quisermos avaliar a importância do braço indígena. Para o índio guarani recém-nascido, do sexo masculino ou feminino, com algumas poucas exceções²⁵⁸, o futuro era muito bem

²⁵⁷ Em 1858, 15% da população carcerária da casa de correção de Porto Alegre era de indígenas (SILVA, 1997).

²⁵⁸ “O índio retro-citado, é, entre os de sua raça, uma notável exceção. Além de saber ler e escrever, fala bem o português, anda bem vestido e é muito honrado. Goza de uma certa abastança, possuindo

definido: aos dez, doze anos, ou até mesmo antes, começaria a trabalhar, provavelmente em serviços doméstico, em seguida começaria nas lides campeiras ou na roça, labutando duramente até os seu últimos dias. Para seus descendentes restará compor a força de trabalho sulina.

Os guarani, ao abandonarem a província missioneira, perderam quase que totalmente o acesso aos meios de produção e de subsistência. Restava a integração à economia sul-riograndense. Desta maneira, eles se envolveram em todo o tipo de atividades agropecuárias, na maioria das vezes sob os auspícios dos colonos luso-brasileiros.

A mão-de-obra guarani foi muito importante para a acumulação primitiva de capital. Além de ter fornecido os braços livres para atividades complementares, os índios surgiram como opção ao escravo africano, especialmente para os proprietários menos abastados que devido a seus baixos ganhos buscavam sujeitar o trabalhador livre a relações semi-serviço de produção.

As relações de produção baseadas no trabalho livre não podiam se reproduzir de maneira ampliada naquele momento, mantendo-se como subsidiárias. A lógica da reprodução escravista que dominava a produção não deixou muitos espaços para a formação de um mercado de trabalho desenvolvido. O capital obtido com a venda do gado e do charque era reinvestido preferencialmente em escravos²⁵⁹. Esta situação manteve-se até pelo menos a

uma estância, cavalos e gado. Conduz seus negócios com método e disseram-me ter casado suas filhas com homens brancos.” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 166).

²⁵⁹ Não há consenso na historiografia quanto ao papel da escravidão e de outras relações de produção na economia sul-riograndense em geral, e na pecuária em particular (comparar, por exemplo, FREITAS, 1980 com CARDOSO, 1991). Pensamos que este impasse só poderá ser superado com um

década de 60 do século XIX, quando a crise do cativo obrigou a reorganização das atividades produtivas. É somente depois desse período que se consubstanciou o mercado de trabalho e a classe operária sulina.

No entanto, o braço missionário não foi importante apenas numericamente. Ligeiramente disciplinados pelos jesuítas, eram grandes conhecedores das lides campeiras, do trabalho agrícola, da colheita da erva e de todo o espaço missionário e de suas potencialidades econômicas. Além disso, muitos deles eram conhecedores de ofícios e de trabalhos especializados, fato incomum para a população indígena em geral.

Dessa forma, a habilidade do trabalhador guarani teve grande peso na composição das forças produtivas sulinas, fomentando a acumulação primitiva de capital que desembocará, já no final do século XIX, na afirmação do capitalismo no Rio Grande do Sul.

estudo que leve em conta *todas* as relações de produção no complexo agropecuário sulino. Em trabalho futuro buscaremos retomar esta questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao termo de mais ou menos trinta anos de dominação portuguesa os Sete Povos das Missões encontravam-se completamente destruídos, com os índios guarani que compunham sua população dispersos pelo Rio Grande do Sul e pela região platina. Das 14.010 almas iniciais restavam 372 pessoas em 1834; os edifícios estavam em ruínas, sobrando muito pouco do enorme patrimônio das comunidades.

Ao mesmo tempo, a decrépita situação das reduções que faziam parte daquela província contrastava com a visível prosperidade econômica de todo o Rio Grande do Sul, especialmente de sua classe dominante. A população, que em 1803 chegava perto de 50 mil pessoas, por volta de 1830 excedia em muito a casa dos 100.000 habitantes, a pecuária comercial e a manufatura do charque desenvolviam-se intensamente junto a um incipiente processo de urbanização. Os grupos sociais ligados à agropecuária comercial (comerciantes, charqueadores e grandes estancieiros) consolidaram-se como classe dominante, sendo reconhecidos como tal pela Corte que lhes concedeu títulos de nobreza.

Pode parecer paradoxal, mas não é. Uma situação foi decorrente da outra: grande parte da prosperidade econômica da sociedade sul-rio-grandense deveu-se à integração do espaço oriental missioneiro, e, em decorrência, à expropriação e exploração da comunidade indígena.

A exploração das comunidades indígenas ocorreu através do próprio regime de comunidade, que, integrado ao circuito comercial interno, comprovou ser uma ótima forma de obter trabalho excedente e mercadorias que alcançavam bons preços nos mercados regionais. Além disso, foram as comunidades que arcaram com a defesa do território sul-rio-grandense contra as incursões dos inimigos platinos, garantindo a atual conformação territorial do RS.

A espoliação deu-se sobre todos os tipos de bens coletivos dos indígenas, com o gado e a terra das estâncias missioneiras ocupando um papel especial para o desenvolvimento da economia sul-rio-grandense.

O gado bovino missioneiro pôde ser transformado em charque e em outros produtos derivados que, com sua venda, forneceram boa parte do “capital original” para o início da industrialização em nosso estado. Outros tipos de animais missioneiros, como cavalos e mulas, somaram-se aos rebanhos sulinos, podendo ser comercializados no centro do país.

Com a superação da exploração predatória sobre as comunidades missioneiras, as terras, trabalhadas durante mais de um século pela população guarani missioneira, permitiram a fixação e consolidação da pecuária comercial e de outras produções agrícolas e extrativistas (das quais destacamos a produção de erva) que visavam ao mercado interno. Além disso, estabeleceram uma “ponte” entre as charqueadas sul-rio-grandenses e os desejados rebanhos bovinos da Banda Oriental.

Simultaneamente, a mão-de-obra guarani ia se integrando na economia regional em atividades agropecuárias subsidiárias e mesmo substituindo o braço africano por muitas vezes. Porém, não houve um processo imediato de transição ao trabalho livre; as relações de produção permaneceram não-capitalistas, com uma centralidade econômica do escravismo.

Esse processo compõe a *acumulação primitiva*, pois retirou os meios de produção dos indígenas para entregá-los à classe que se fez dominante no Rio Grande do Sul, dispondo parte do capital necessário para o início da industrialização. No outro extremo ficaram os indígenas livres da comunidade, restando integrar-se na economia sul-rio-grandense. Estas situações foram *condição necessária* para a consagração do capitalismo em nosso estado.

O processo, como demonstramos, não foi simples e tampouco linear. Sua contradição reside na própria contra-tendência da expansão do capital dar-se em sua forma comercial utilizando-se de ‘restos de situações econômicas anteriores’, aproveitando-se do regime de comunidade e de outras relações não-capitalistas de produção, em que pese a *tendência fundamental* de superação destes tipos de relações de produção.

Por outro lado, a resistência indígena ao trabalho forçado, à racionalidade capitalista e às noções modernas de propriedade (manifestadas na privatização do gado e da terra) tencionaram ainda mais o processo. À violência promovida pelo Estado e pelos colonos luso-brasileiros respondiam os índios na mesma moeda.

Após a crise do trabalho escravo e a superação do processo de acumulação primitiva, muitas destas situações complexas foram solucionadas: o Rio Grande do Sul iniciou sua industrialização, a sociedade se modernizou e os remanescentes missioneiros, já fortemente miscigenados, foram integrados com outras populações à força de trabalho sulina, consagrando-se, enfim, o modo capitalista de produzir.

Porém, o “espectro” de todo o processo aqui estudado assombra a sociedade gaúcha contemporânea. Não é a toa que a famosa Metade Sul, essência do atraso agrário gaúcho, ocupe boa parte do que foi o espaço oriental missioneiro ou, mais precisamente, os campos ao sul do Ibicuí.

A concentração agrária naquela região, consolidada no período estudado e, possivelmente, aprofundada com o correr dos anos, tem se mantido como um dos grandes impasses econômicos de nosso estado. Parece que ali o capital continua a se utilizar dos 'restos de situações econômicas anteriores', grassando as racionalidades do capital comercial, rentista e usurário, e, por conseguinte, sobrevivendo certas relações tradicionais de poder.

O Rio Grande do Sul precisa desenvolver-se social e economicamente; para tanto, é preciso abandonar as formas econômicas legadas pelo processo aqui estudado.

Às tentativas de mudança desta realidade, reagem os grandes proprietários de terras, alegando o sagrado direito à propriedade, amparado pela lei. Ora, se suas propriedades formaram-se através de um processo histórico de expropriação de propriedades indígenas *garantidas pela lei*, nada mais justo, tanto do ponto de vista econômico, como do social, do histórico e do moral, que uma Reforma Agrária profunda e radical que devolva as terras missioneiras a seus verdadeiros proprietários: os remanescentes indígenas, os brancos, os negros e os mestiços e suas respectivas famílias, oriundos daquelas regiões, que hoje habitam as periferias das grandes cidades sulinas.

Talvez por esse motivo que a historiografia tradicional gaúcha tenha apegado-se de tal forma à tese do espaço vazio: é possível que, inconscientemente, tenha pressentido a força subversiva do reconhecimento da origem de grande parte da propriedade privada agrária no Rio Grande do Sul.

É preciso reorganizar uma vez mais o que foi boa parte espaço oriental missioneiro. Não se trata aqui de um desejo romântico de voltar ao passado, mas sim de uma necessidade sócio-econômica para o desenvolvimento de nosso estado e de nosso país. Porém, se para tanto for necessário um mito motivador, como gostaria Georges Sorel (1993) e seu

simpatizante latino-americano José Carlos Mariatégui (1975), que seja o mito socialista, ou, por que não, o mito do “socialismo missioneiro”.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- ALMEIDA, Jaime. A festa missioneira. *In: Anais do X Simpósio de Estudos Missioneiros.* (341-350). Santa Rosa: Centro de Estudos Missioneiros/Editora UNIJUÍ, 1994.
- ALMEIDA, Rita H. de. **O Diretório dos Índios.** Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Brasília, Editora da UNB, 1997.
- ALTMANN, Werner. Marx/Engels e o olhar europeu sobre a América Latina. *In: Estudos Leopoldenses* [Série História] (25-39). Vol. 1, n.º 2, 1997.
- BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. *In: VÁRIOS. A Construção do Espaço.* (1-24). São Paulo: Nobel, 1986.
- BELLOTO, Heloísa L. O espaço missioneiro e a geopolítica pombalina. *In: Anais do V Simpósio de Estudos Missioneiros.* (59-76). Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1983.
- BRUIT, Hector. **Acumulação Capitalista na América Latina.** São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARBONELL, Rafael. **Estrategias de Desarrollo Rural en los Pueblos Guaranies.** (1609-1767). Barcelona: Antoni Bosch Editor/Sociedad Estatal Quinto Centenario, 1992.
- CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional.** O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CESAR, Guilhermino. **O Conde de Piratini e a Estância da Música.** Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/IEL/USC, 1978.

_____. **História do Rio Grande do Sul.** Período Colonial. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. do Brasil/Globo, 1980.

CUNHA, Manuela C. da. (org.) **Legislação Indigenista no Século XIX.** São Paulo: Edusp, 1992.

CIAFARDINI, Horácio. Capital, comércio e Capitalismo: A propósito do chamado “capitalismo comercial”. *In:* GEBRAM, Philomena (org.). **Conceito de Modo de Produção.**(221-245). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DACANAL, José H. A Miscigenação que não houve. *In:* DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sergius. **RS: Cultura & Ideologia.** (25-33). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius. **RS: Economia & Política** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DIEHL, Astor A. **A Cultura Historiográfica Brasileira: Do IHGB aos anos 1930.** Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.

DOCCA, Souza. **História do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: Edições da Organização Simões, 1954.

FARIAS, Octavio A. de. Diccionario Geographico, Historico e Ethnographico do Estado do Rio Grande do Sul. *In:* **Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul** (68-82), 1º trimestre, ano 1, Porto Alegre: Livraria do Globo, 1921.

FERREIRA Fº, Arthur. **História Geral do Rio Grande do Sul.** 5ª ed., Porto Alegre: Globo, 1978.

- FICO, Carlos. Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil. *In: Anos 90*, (111-126), n.º. 2, Porto Alegre, maio de 1994.
- FLECK, Eliane C. D. A Igreja e a Praça: Um estudo das relações entre espaço e imaginário. *In: Estudos Leopoldenses* [Série História] (113-127). Vol. 1, n.º. 2, São Leopoldo, 1997.
- FLÔRES, João R. A. **A Vila de São Borja (1834-1887) Numa Conjuntura de Transição: História sócio-econômica e Geopolítica.** São Leopoldo: Unisinos [dissertação de mestrado], 1996.
- FLORES, Moacyr. **Colonialismo e Missões Jesuíticas.** Porto Alegre: EST/Instituto de Cultura Hispânica do RS, 1983.
- _____. O gosto do pecado: a sensualidade das índias guaranis. *In: Anais do X Simpósio de Estudos Missioneiros.* (326-340). Santa Rosa: Centro de Estudos Missioneiros/Editora UNIJUÍ, 1994.
- FREITAS, Décio. O Gaúcho: O Mito da Produção sem Trabalho. in: DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sergius. **RS: Cultura & Ideologia.** (7-25). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- FREITAS, Décio. **O Socialismo Missioneiro.** Porto Alegre: Ed. Movimento, 1985.
- FUNARI, Pedro P. Aspectos da cultura popular Antiga. *In:* <http://ceveh.com/biblioteca/artigos/pp-p-a-marxista.htm#fn3>, s/d.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul.** Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1986.
- FURLONG, Guillermo. **Cartografía Jesuítica del Rio de la Plata.** Buenos Aires, 1936.
- GARAVAGLIA, Juan C. Las misiones jesuíticas utopía y realidad. *In: Economía, Sociedad y Regiones.* (121-191). Buenos Aires: Ediciones de la flor, 1987.
- _____. **Mercado Interno y Economía Colonial.** Ciudad del México: Grijaldo, 1983.

- _____. Um Modo de Produção Subsidiário: A Organização Econômica das Comunidades Guaranizadas durante os Séculos XVII-XVIII na Formação regional Alto-Peruano - Rio Platense. *In: GEBRAM, Philomena (org.). Conceito de Modo de Produção.*(247-275). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GRESPLAN, Jorge L. da S. **O Negativo do Capital.** São Paulo: Hucitec, 1999.
- GUTIÉRREZ, Horacio. Estratégias produtivas entre fazendeiros de gado no sul do Brasil, século XIX. **Segundas Jornadas de Historia Economica.** Montevideu, julho de 1999.
- GONZÁLES, Luís R e RODRIGUEZ. El proceso de aculturación de los guaranies-misioneros en la sociedad uruguia. *In: Anais do VII Simpósio Nacional de Estudos Misioneiros* (97-116). Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1985.
- GOULART, Jorge S. **A Formação do Rio Grande do Sul.** 3ª ed. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/Martins Livreiro/UCS, 1978.
- GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-grandense.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.
- _____. A Historiografia Sul-rio-grandense e o Positivismo Comtiano. *In: GRAEBIN, Cleusa Maria G. e LEAL, Elisabete. Revisitando o Positivismo.* (47-58). Canoas: Ed. La Salle, 1998.
- HOBSBAWN, Eric. Marx e a História. *In: Sobre a História.* (171-184). São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.
- _____. O que os historiadores devem a Karl Marx. *In: Sobre a História.* (155-170). São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.
- JACQUES, João C. **Assuntos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Erus, 1979.
- KERN, Arno A. **Missões: uma Utopia Política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- KLAFKE, Mauro L. O espaço missionário: Uma tentativa de estudo. *In: Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Misioneiros.* (271-278). Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1985.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LA SALVIA, Fernando. Remanescentes das atividades agro-pastoris dentro do espaço missioneiro. **Anais do VII Simpósio Nacional de Estudos Missionários** (195-216). Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1983.

LEITMAN, Spencer. **Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LENIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LUGON, Clovis. **A República “Comunista” Cristã dos Guaranis**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACEDO, Francisco R. de. Ocupação do solo gaúcho até a Revolução Farroupilha. *In: Hoy es Historia* (60-70), Montevideo, Ano IV, n.º 19, enero-febrero, 1987.

MAEDER, Ernesto J.A. **Misiones del Paraguay: Conflicto y disolución de la sociedad Guaraní**. Bilbao: Editorial Mapfre, 1992.

_____. Los últimos pueblos de indios guaraníes: Loreta y San Miguel (1822-1854). *In: Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missionários* (156-172). Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1983.

MARIÁTEGUI, José C. **Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana**. São Paulo: Ed. Alfa Ômega, 1975.

MARX, Karl. **O Capital**. Lisboa: Edições 70, 1974A, (edição popular organizada por Julian Borchardt).

_____. O domínio britânico na Índia. *In: Textos*. Vol. 3, (286-291), São Paulo: Alfa-Ômega, 1977A.

_____. Futuros resultados do domínio britânico na Índia. *In: Textos*. Vol. 3, (292-297),

- São Paulo: Alfa-Ômega, 1977B.
- _____. **Miseria de la Filosofia**. 3ª ed., Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 1974B.
- _____. Salário, preço e lucro. *In: Textos*. Vol. 3, (333-378), São Paulo: Alfa-Ômega, 1977C.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Contribuição Para Uma História da América Latina**. São Paulo: Edições Populares, 1982.
- _____. **Correspondencia**. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1987.
- MARX, Karl e HOBBSBAWM, Eric. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MARQUES, Alvarino da F. **Episódios do Ciclo do Charque**. Porto Alegre: EDIGAL, 1987.
- MARTINS, José de S. **O Cativo da Terra**. 7ª ed., São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. **Fronteira**. A Degradação do Outro nos Confins do Humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MELO, Otávio P. de. **Tropeando Datas**. Cachoeira do Sul: Editora Sul e Cultura, 1997.
- MENZ, Maximiliano M. **A Integração do Guarani Missioneiro na Economia Sul-riograndense**, 1801-1824. São Leopoldo: UNISINOS, 1998 [trabalho de conclusão do curso de História].
- MORAES, Antonio C. R. e COSTA, Wanderley M. da. **Geografia Crítica A Valorização do Espaço**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. A Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul. *In: Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*. Vol. IV. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.
- NEIS, Ruben. A Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. *In: Gravataí História e Cultura*. (70-99) Gravataí : SMEC, 1987.

- NEUMANN, Eduardo. **O Trabalho do Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial. 1640-1750.** Porto Alegre: Martins Fontes, 1996.
- NOVAIS, Fernando. **Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial.** 6ª ed., São Paulo: Hucitec, 1995.
- OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. *In: Revista Brasileira de História* (99-134). São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 20, n.º 39, 2000.
- _____. A pecuária rio-grandense em tempo de guerra: 1815-1825. **Segundas Jornadas de Historia Economica.** Montevideu, julho de 1999.
- _____. Regime de sesmarias e propriedade da terra. *In: Biblos* (101-111), Rio Grande, n.º 5, 1993.
- PESAVENTO, Sandra J. Historiografia e Ideologia. *In: DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sergius. RS: Cultura e Ideologia.* (60-88). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- _____. **Pecuária e Indústria:** Formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha. Porto Alegre: Editora Movimento, 1986.
- PETERSEN, Silvia R. F. Historiografia Positivista e Positivismo Comtiano: Origem e desvirtuamento de uma relação teórica. *In: GRAEBIN, Cleusa Maria G. e LEAL, Elisabete. Revisitando o Positivismo.* (31-46). Canoas: Ed. La Salle, 1998.
- POENITZ, Alfredo J. E. La ocupación del espacio y la consolidación de las fronteras en la alta cuenca del río Uruguay (1801-1840). *In: GADELHA, Regina. Missões Guarani: Impacto na sociedade contemporânea* (21-39). São Paulo: Educ, 1999.
- PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai.** 2. ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954, V. 2.
- PRADO Jr., Caio Prado. **História Econômica do Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- REICHEL, Heloísa. A privatização da terra e a expansão territorial no Rio Grande do Sul nas

- duas primeiras décadas do século XIX. **Segundas Jornadas de Historia Economica**. Montevideo, julho de 1999.
- REICHEL, Heloísa, GUTFREIND, Ieda. **As Raízes Históricas do Mercosul**. A Região Platina Colonial. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.
- REVELLO, José T. **Mapas y Planos Referentes al Virreinato del Plata**. Buenos Aires: Publicaciones del Instituto de Investigaciones Historicas, 1938.
- RODRIGUES, Lia I. Os Índios do Brasil. *In: Reportagem* (7-20). Ano I, n.º 10, São Paulo: Oficina de Informações, maio de 2000.
- RÜCKERT, Aldomar A. **A Trajetória da Terra**. Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul, 1827-1931. Passo Fundo, Ediupf, 1997.
- RUDÉ, George. **A Multidão na História**: Estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- RÜDIGER, Sebalt. **Colonização e Propriedade de Terras no Rio Grande do Sul, Século XVIII**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1965.
- ROSSINI, Rosa E. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. *In: VÁRIOS. A Construção do Espaço*. (1-24). São Paulo: Nobel, 1986.
- SAHLINS, Marshall. **Economia de la Edad de Piedra**. Barcelona: Akal editor, 1977.
- SANDRONI, Paulo. **O que é mais-valia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SANDRONI, Paulo *et ali*. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SARTRE, Jean P. **Questão de Método**. 3ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

- SILVA, Armando C. da. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. *In*: VÁRIOS. **O Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.
- SILVA, Elmar M. Ligações Externas da Economia Gaúcha. *In*: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius. **RS: Economia & Política** (55-92). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- SILVA, Lígia O. **Terras Devolutas e Latifúndios**: Efeitos da lei de 1850. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.
- SILVA, Mozart L. da. **Do Império da Lei às Grades da Cidade**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.
- SILVEIRA, Hemeterio J. V. da. **As Missões Orientais e Seus Antigos Domínios**. Porto Alegre: Livraria Universal, 1909.
- SINGER, Paul. Apresentação. *In*: LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital**. 2ª ed. (VII-XLII). São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- SOREL, Georges. **Reflexões Sobre a Violência**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SOUZA, José O. C. O legado missionário frente às sociedades do continente sulamericano. *In*: **Anais do X Simpósio Nacional de Estudos Missionários**. (448-457). Santa Rosa: Unijuí, 1993.
- SOUZA, Susana B. de, PRADO, Fabrício P. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. **Segundas Jornadas de História Económica**. Montevideo, julho de 1999.
- TEIXEIRA, Francisco C. Pecuária e formação do mercado interno do Brasil Colônia. *In*: GUTFREIND, Ieda e REICHEL, Heloisa. **América Platina e Historiografia**. São Leopoldo: PPGH UNISINOS, 1996.
- TESCHAUER, Carlos. **História do Rio Grande do Sul dos Dois Primeiros Séculos**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1921, vol. II
- THOMPSON, Edward P. Costume, Lei e Direito Comum. *In*: **Costumes em Comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. (86-149). São Paulo: Companhia das Letras,

1998.

_____. Lucha de Classes Sin Classes? *In: Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase.* (13-61). 2ª ed. Barcelona: Grijalbo, 1984.

TORRES, Luiz H. A formação histórica do Rio Grande do Sul. O indígena no discurso luso-brasileiro. *In: Estudos Ibero-Americanos.* V. XX, n. 1 (173-181), Porto Alegre, julho de 1994A.

_____. Historiografia missioneira no Rio Grande do Sul (1960-1975). *In: FLORES, Moacyr. (org.) Negros e Índios Literatura e História.* (53-64) Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994B.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente.** Lisboa: Editorial Antídoto, s/d.

VÁRIOS. **Geografia do Brasil – Região Sul.** Vol. 2. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1990.

VELLINHO, Moyses. **Capitania d’El-Rei:** Aspectos polêmicos da formação Rio-grandense. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1970.

WILKINSON, John. A exploração familiar e o trabalho assalariado. Limites do debate clássico. *In: O Estado a Agroindústria e a Pequena Produção.* (45-69). São Paulo/Salvador: Hucitec/Cepa -Ba, 1986.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOOD, Ellen M. O que é a “agenda pós-moderna”? *In: WOOD, E. M. e FOSTER, John B. Em Defesa da História: Marxismo e pós-modernismo.* (7-22). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Cronistas

CHAVES, Antonio José Gonçalves. **Memórias Economo-Políticas Sobre a Administração Pública do Brasil.** Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.** Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1978, Tomo 1.

DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul.** 4ª ed., Porto Alegre, 1990.

GAY, João Pedro. **Historia da Republica Jesuitica do Paraguay.** Rio de Janeiro, 1863.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: Livraria Zelio Valverde, 1949.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. A Celebração da Paixão de Jesus Christo. *In:* **RIHGB.** (331-349). T. IV. Rio de Janeiro: Typ. de João Ignacio da Silva, 1842 (2ª ed. 1863).

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. **Anais da Província de São Pedro.** 5ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

RENDON, José Arouche de Toledo. Memoria sobre as aldeas de indios da Provincia de São Paulo, segundo as observações feitas no anno de 1798 – opinião do auctor sobre a sua civilização. *In:* **RIGHB.** (295-317) T. IV. Rio de Janeiro: Typ. de João Ignacio da Silva, 1842 (2ª ed. 1863).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1974.

SILVA, Thomaz da Costa Corrêa Rabello da. Memoria sobre a provincia de Missões. *In:* **RIHGB** (157-171). T. II, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, 3ª ed. do original de 1840.

Documentos publicados, em revistas, anais, etc.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RS. **Os Índios da Aldeia dos Anjos.** Gravataí séc. XVIII. Est, 1990.

DOCUMENTOS INTERESSANTES. *In:* **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.** Ano 5, Nº 6, Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1952.

FUNDO DOCUMENTAL VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. Doc. nº 324. *In:* **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.** Vol. 131, Porto Alegre, 1995.

LAGO, Manuel da Silva Pereira. Mapa geral dos bens e propriedades dos Sete Povos das Missões Brasileiras...*In: Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul.* n.º 1, Porto Alegre, janeiro de 1921.

ORDENS GERAES DE CAMPANHA. COLUMNA DO TENENTE GENERAL JOAQUIM XAVIER CURADO. *In: Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul.* n.º 24, dezembro de 1930.

ANEXOS

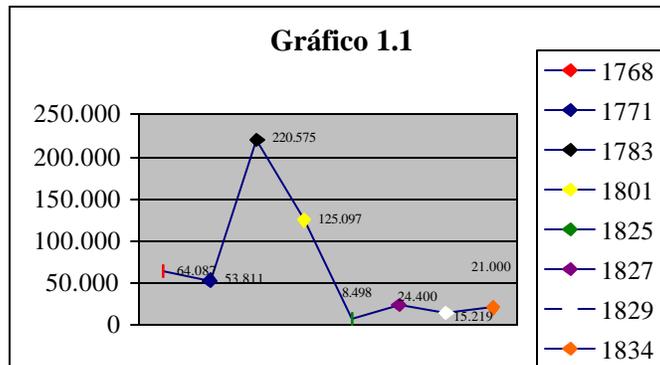
**Lista dos Governadores Militares e Presidentes da Província do Rio Grande
do Sul. 1801-1830¹**

- Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara. 1780 – 1801.
- Brigadeiro Francisco João Roscio (interino). 1801 – 1803.
- Chefe de esquadra Paulo José da Silva Gama. 1803 – 1809.
- Dom Diogo de Sousa (Conde do Rio Pardo). 1809 – 1814.
- Luís Teles da Silva Caminha e Menezes (Marquês de Alegrete). 1814 – 1818.
- Conde da Figueira. 1818 – 1820.
- Triunvirato (tenente-general Manuel Marques de Sousa, ouvidor Joaquim Bernardino de Sena Ribeiro da Costa, vereador Antonio José Rodrigues Ferreira). 1820 – 1821.
- João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun (Duque de Saldanha). 1821 – 1822.
- Junta Provisória Governativa² (presidida inicialmente por João Carlos de Saldanha e depois pelo Marechal João de Deus de Menna Barreto). 1822 – 1824.
- José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo). 1824 – 1826.
- Salvador José Maciel. 1826-1829.
- Caetano Maria Luis Gama. 1829-1830.

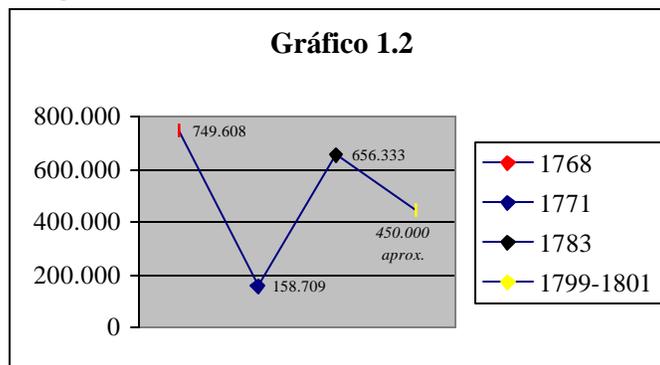
¹ Dados retirados de Cesar (1980), Ferreira Fº. (1978) e Melo (1997). Não estão arrolados os governadores interinos que tenham ficado menos de um ano no poder.

² Em outubro de 1821 as Cortes de Lisboa baixaram decreto instituindo juntas governativas provisórias nas províncias que deveriam ser eleitas nos colégios eleitorais das paróquias.

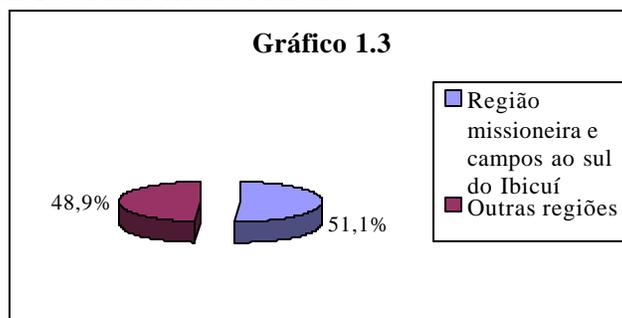
Gráficos (1)



Fontes: Para os anos de 1768, 1771, 1783 e 1801 MAEDER (1992), para 1827 RAPERGS (1921), para 1825 e 1834 GAY (1863), para 1829 AHRS, C.M., L-183, M-02, 20/08/1829, Manuel da Silva Pereira Lago.

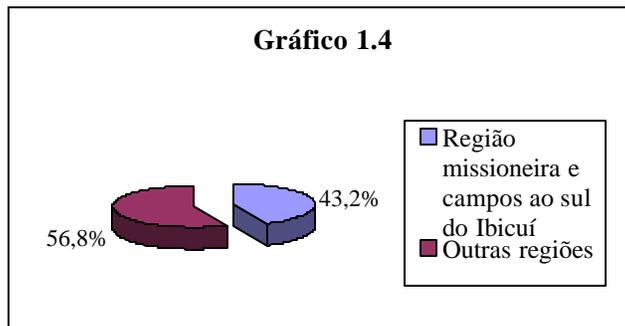


Fontes: MAEDER (1992), os anos de 1799-1801, na falta de inventários completos o autor estimou o rebanho total dos Trinta Povos entre 450.000 e 500.000.

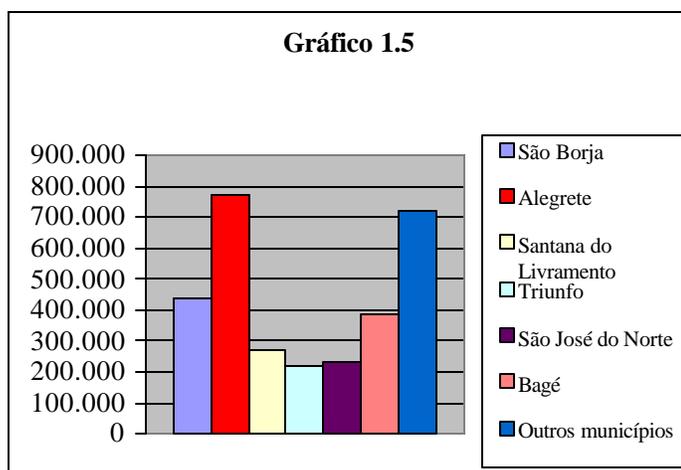


Fonte: Mapa numérico das estâncias existentes nos diferentes municípios da província¹..., AHRS, Estatística, M-02, s/d.

¹ Para a região missioneira e campos ao sul do Ibicuí, somamos os números de Santa Maria, Alegrete, Santana do Livramento e São Borja. Para as outras regiões, usamos os números de POA, Triunfo, Encruzilhada, Rio Grande, São José do Norte, Jaguarão, Bagé, Pelotas, Piratini e Canguçu (os



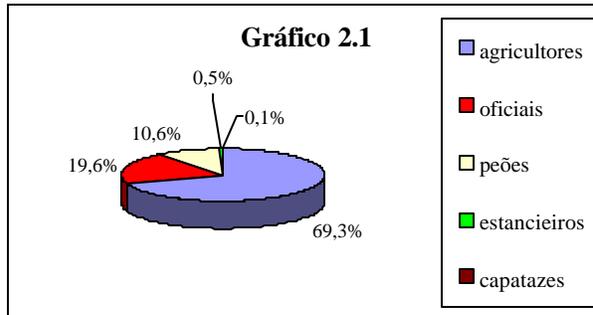
Fonte ID.



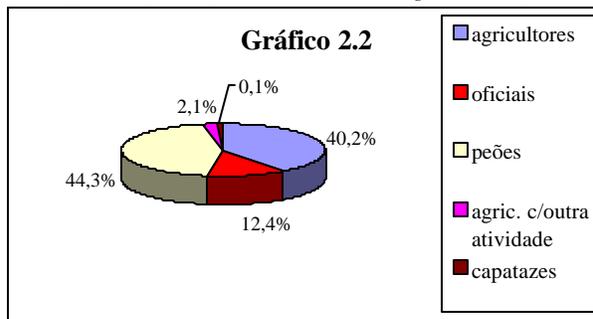
Fonte: ID.

números dos três últimos municípios estão incompletos). No mapa não constam as estatísticas dos seguinte municípios: Camaquã, São Leopoldo, Taquari, Santo Antônio, Conceição do Arroio, Cachoeira, São Gabriel, Cruz Alta e Uruguaiana.

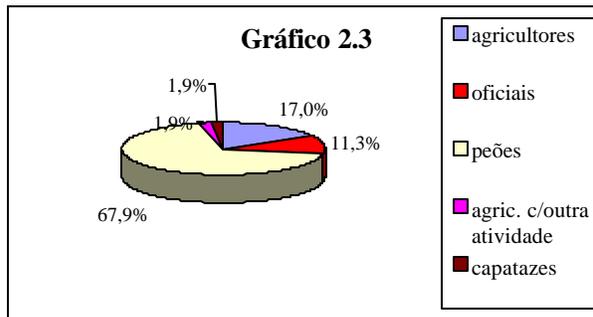
Gráficos (2)



Fonte: AHRs, C.M., L-162, M-02, Francisco das Chagas Santos, 1810.

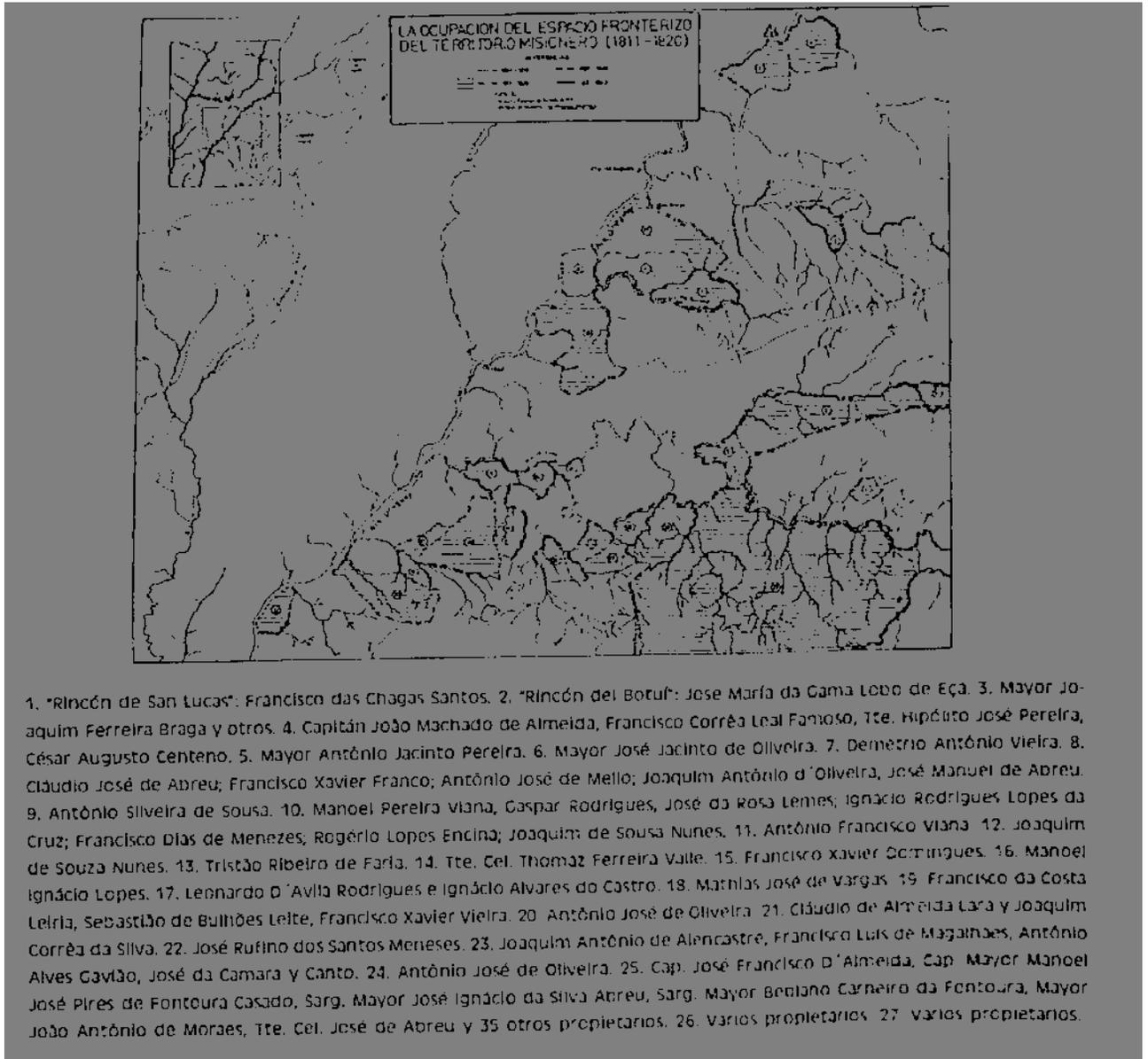


Fonte: APERGS, processos-crime, 1801-1830, cartório do Júri-Sumários, POA e cartório crime, Rio Pardo (lista dos processos utilizados em anexo).



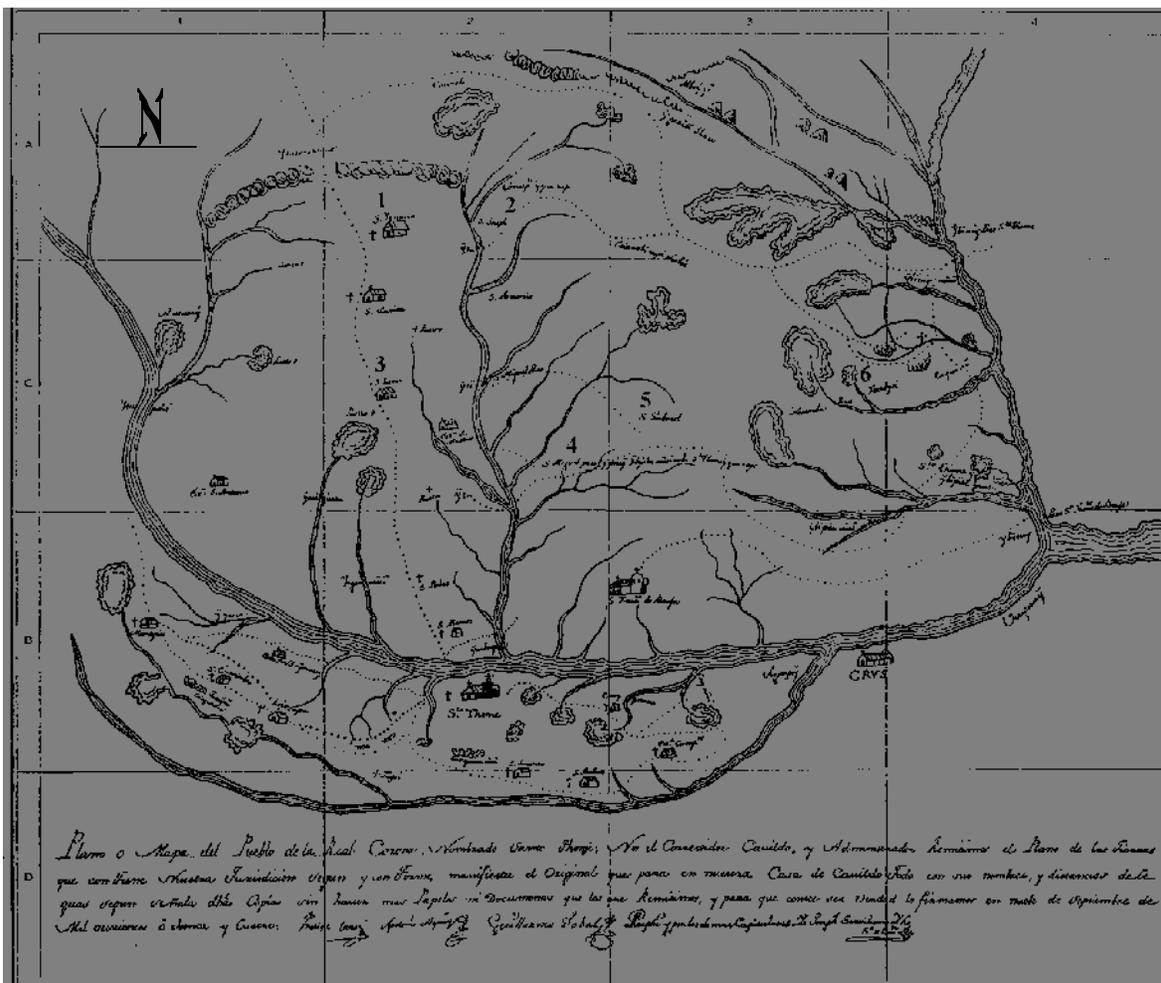
Fonte: ID.

Mapa-6



Mapa elaborado por Poenitz (1999, p. 25) com a localização de estâncias privadas no espaço oriental missioneiro (as localizações estão ilegíveis no original).

Mapa 4



- Legenda 1.**
1. Estância de Santo Inácio.
 2. Campos de São José.
 3. Estância de São Lucas.
 4. Provavelmente, rincão de São Miguel.
 5. Estância de São Gabriel.
 6. Estância de Itaroqué.

Adaptado de um mapa de 1768 em que constam os campos e estâncias ao norte do Rio Ibicuí. *Fonte:* (FURLONG, 1936 ,mapa 46).

Mapa 1

Mapa com a localização da província de Missões e campos ao sul do Ibicuí. *Fonte:* Adaptação de Vários (1990, p. 190) com os dados de Silva (1916).

Lista dos Comandantes Gerais da Província de Missões

- Sargento-mor¹ José de Castro Morais. 1801-1803.
- Sargento-mor Joaquim Félix da Fonseca. 1803.
- Sargento-mor José de Saldanha. 1803 – 1805.
- Capitão João de Deus de Menna Barreto. 1805-1807.
- Tenente-coronel Thomaz da Costa Correa Rabello e Silva. 1808-1809.
- Tenente-coronel Joaquim Felix Manso. 1809.
- Coronel Francisco das Chagas Santos. 1809-1820.
- Coronel Antonio Jose da Siva Paulet. 1820-1822.
- Coronel Jose Pedro Cezar. 1823-1826.
- Tenente-coronel Caludio Jose Abreu. 1826.
- Administrador² Manuel da Silva Pereira Lago. 1827-1834 (aprox.).

¹ Os postos militares referem-se ao momento da nomeação no cargo de comandante geral. Muitos subiram na hierarquia militar durante a comandância (foi o caso de Francisco das Chagas Santos que chegou ao posto de brigadeiro).

² A partir de 1827 foi nomeado um administrador civil para os índios, separado este cargo da comandância.

Tábua Cronológica¹

1750 – Tratado de Madrid. Portugal troca a Colônia do Sacramento pelos Sete Povos com Espanha.

1754-56 – Guerra Guaranítica. Índios resistem à demarcação do Tratado. São derrotados pelas tropas luso-castelhanas na batalha de Caibaté (08/02/1756).

1758-63 – Mais de 3.500 índios missioneiros são transportados aos domínios portugueses e instalados em aldeamentos em torno de Rio Pardo (aldeamento de São Nicolau) e Viamão (aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos).

1761 – Tratado de El Pardo. O Tratado de Madrid é anulado.

1768 – Jesuítas são expulsos dos domínios espanhóis. Nas Missões os jesuítas são trocados por capuchinhos para, em seguida, serem substituídos por administradores laicos.

1777- Tratado de Santo Ildefonso. Os Sete Povos permanecem com os espanhóis, a Colônia de Sacramento passa ao domínio castelhano definitivamente, os espanhóis reconhecem o domínio luso no litoral do que é hoje o Rio Grande do Sul. São instituídos os campos neutrais, campos que deveriam isolar as áreas de domínio luso das áreas castelhanas. Os campos neutrais foram estabelecidos em terrenos pertencentes às estâncias missioneiras,

¹ Baseada em Cesar (1980), Ferreira F. (1978) e Reichel e Gutfreind (1996).

diminuindo o território oriental. Estancieiros portugueses começam a ocupar os campos neutrais.

1780 – Tem início a produção regular de charque no Rio Grande do Sul.

1801 – Nova guerra entre Espanha e Portugal. O espaço oriental missioneiro é incorporado ao território sul-rio-grandense.

1808 – Rio Grande do Sul é alçado à categoria de Capitania Geral.

1809 – Formação dos quatro primeiros municípios sul-rio-grandenses: Rio Pardo, Rio Grande, Porto Alegre e Santo Antônio da Patrulha.

1810 – Inicia o processo de independência das colônias espanholas a partir de Buenos Aires. Tropas luso-brasileiras invadem a Banda Oriental (futuro Uruguai).

1812 – Francisco das Chagas Santos invade o território castelhano e saqueia diversos povoados, entre eles o povo missioneiro de São Tomé.

1815-1817 – Mais uma vez as tropas brasileiras invadem a Banda Oriental. Tropas fiéis a José Artigas, comandadas pelo índio guarani Andresito Artigas, atravessam o rio Uruguai e tomam o povo missioneiro de São Nicolau, cercam as tropas de Francisco das Chagas Santos em São Borja, porém são derrotadas por reforços portugueses. A Banda Oriental é transformada na província brasileira da Cisplarina.

1818 – Andresito Artigas invade uma vez mais a província de Missões, é derrotado e aprisionado.

1822 – Independência do Brasil, formação do Império Brasileiro.

1824 – Início da colonização alemã no Rio Grande do Sul.

1825-1828 – Estoura um levante na província Cisplatina contra a dominação brasileira, apoiado pela Argentina. O exército brasileiro intervêm; reiniciam as hostilidades na região do Prata.

1828 – Frutuoso Rivera invade a província de Missões saqueia as estâncias e leva consigo para Bela Unión centenas de famílias guarani.

1828 – Sob a intermediação inglesa Brasil e Argentina acertam a paz reconhecendo a independência do Uruguai.